

ORGANIZADORAS:

Rita de Cácia Santos Souza

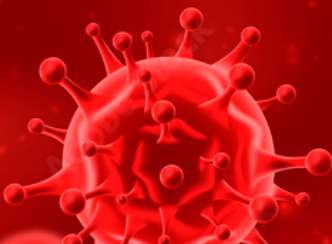
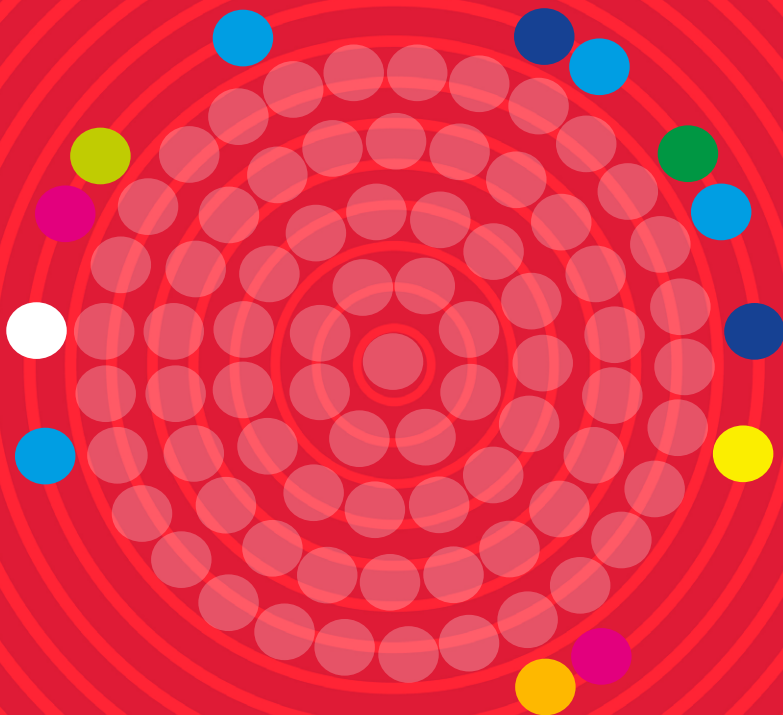
Ana Manuela Lima de Santana Hora

Débora dos Reis Silva Backes

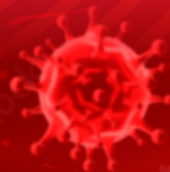
Isabela Silva Medeiros

Perolina Souza Teles

A PANDEMIA DA EXCLUSÃO: Educação Inclusiva para quem?



Criação Editora
Aracaju | 2021





A pandemia da exclusão: educação inclusiva para quem?

ORGANIZADORAS:

Rita de Cácia Santos Souza
Ana Manuela Lima de Santana Hora
Débora dos Reis Silva Backes
Isabela Silva Medeiros
Perolina Souza Teles

ISBN

978-65-88593-76-9

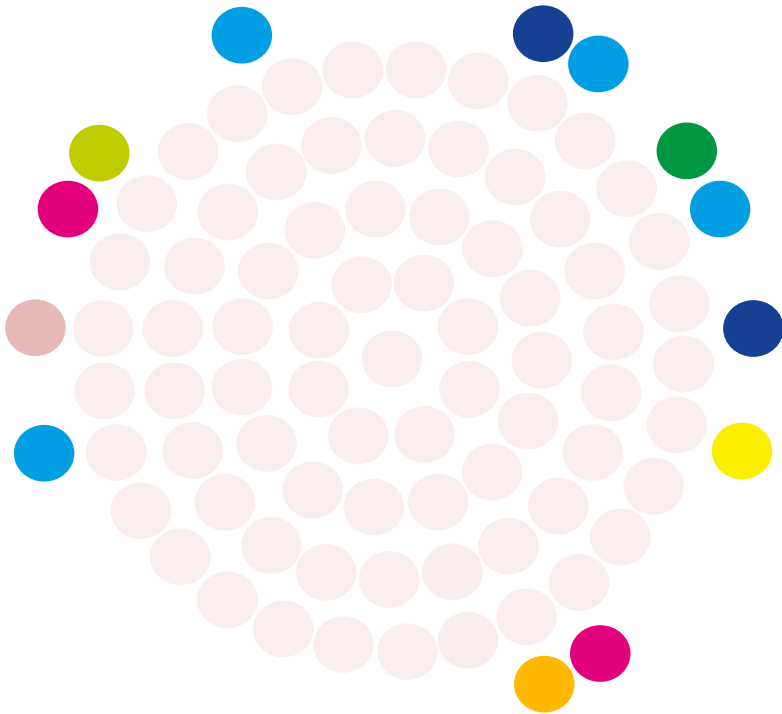
EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

ORGANIZADORAS:

Rita de Cácia Santos Souza
Ana Manuela Lima de Santana Hora
Débora dos Reis Silva Backes
Isabela Silva Medeiros
Perolina Souza Teles

A PANDEMIA DA EXCLUSÃO: Educação Inclusiva para quem?



Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by organizadoras

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

S729p

Souza, Rita de Cácia Santos (org.) et al.

A pandemia da exclusão: educação inclusiva para quem?
/ Organizadoras: Rita de Cácia Santos Souza, Ana Manuela Lima de Santana Hora, Débora dos Reis Silva Backes, Isabela Silva Medeiros e Perolina Souza Teles.-- 1. ed.-- Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.

164 p.

E-Book: 1 Mb, PDF

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-88593-76-9

1. Educação Inclusiva. 2. Ensino Remoto. 3. Pandemia. 4. Processo de Escolarização. I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

CDD 370:303.485

CDU 37:616-036.21

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Educação: Catástrofes (terremotos, epidemias, pandemias, guerras).
2. Educação; Pandemia.

REFERENCIAS

SOUZA, Rita de Cácia Santos (org.) et al. A pandemia da exclusão: educação inclusiva para quem?. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. E-Book (PDF; 1 Mb). ISBN 978-65-88593-76-9.

APRESENTAÇÃO

Estamos vivendo um momento sem precedentes na história recente da humanidade. Isso porque nenhum de nós viveu algo parecido, tendo em vista o que aconteceu e ainda está acontecendo, muitas transformações nas vidas das pessoas. Um exemplo disso é o que vivenciamos em nossas casas, pois muitos somente habitavam numa mesma residência e atualmente necessitam conviver, isto é “viver” diariamente com o outro. Por tudo isso, a vida enquanto possibilidade de existência, apresenta-se como força que nos anima, move e sustenta. Assim, existências plurais conectadas compõem esse imenso planeta que se constitui no chão da nossa morada.

Antes, é preciso salientar que todos os espaços de convivência humana foram afetados com a chegada da pandemia e o processo de escolarização, naturalmente, foi atingido. Pode-se, então, observar algumas mudanças em relação à participação das famílias no processo de ensino aprendizagem, estabelecimento de formação de professores para lidar com o contexto pandêmico, valorização do trabalho docente, necessidade abrupta de adaptação da comunidade escolar a essa nova era digital do ensino. Nesse contexto, perceber o quão responsáveis somos por essa experiência trata-se não apenas de uma constatação, mas, sobretudo, de uma apropriação sobre nossa condição humana enquanto únicos e subjetivos, ao mesmo tempo em que também estamos constantemente nos construindo coletivamente.

Deve-se, ainda, ressaltar a rica diversidade que nos constitui e é aquela que, também, nos impulsiona a sair do lugar - a busca, o passo, os horizontes, a ruptura. Assim sendo, estamos em movimento constante, vinculados e vinculantes, vivenciando e experienciando diversificados modos de interação. Dessa forma, o

filtro que nos resguarda o direito de sermos diferentes, a diversidade, afasta-se de nossas possibilidades, sendo transferida ao status de “problema”, ou em termos mais abrandados, “desafio”.

Considera-se, ademais, que a dificuldade de inclusão no período de pandemia desvela a situação de exclusão já vivenciada. Essa questão precede várias outras, até que nos encaminha para todos os problemas envolvidos no processo de inclusão. Evidencia-se, portanto, que partimos de um hiato preambular, sobre o qual ainda temos enorme dificuldade de tratar: a aceitação das diferenças.

Com efeito, foi necessário pensar em alguma estratégia que pausasse o processo de aprendizagem, dentro desse contexto de isolamento social consequente da crise sanitária causada por SARS-CoV-2, compreendendo o que produziu tantas lacunas ao longo desse tempo histórico. Nesse ínterim, foi preciso transver o conceito e a prática da normatização hegemônica, desalinhando o que, por muito tempo, foi entendido como universal e único, quer seja desconstruindo paradigmas e modelos, quer seja desagregando posturas de sujeição e exclusão. Enfim, olhar para a pluralidade de contextos, modos de ser e estar neste mundo é viver em potência e devir de existência plena.

Diante da necessidade de nos manter em movimento nesse território hostil para a vida e para os afetos, pelo qual estamos transitando desde os primeiros meses do ano de 2020, o eixo Práticas e Inclusão apresenta, a partir desta coletânea de artigos, um convite para que possamos romper a lógica excludente e opressora a qual atravessa a nossa sociedade. Logo, consoante Paulo Freire, sociedade mais justa se faz também por meio de uma educação libertadora, conscientizadora e emancipatória.

As organizadoras

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **Página 5**

A PANDEMIA DA EXCLUSÃO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA
PARA QUEM? **Página 11**

Autor: Fausto Joaquim Moreira da Silva

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE **Página 43**

*Autoras: Débora dos Reis Silva Backes; Jaqueline Montalvão Etinger de Araújo;
Perolina Souza Teles*

INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REFLEXÃO
SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO **Página 67**

*Autores: Michele Morgane de Melo Mattos; Marcos Batinga Ferro;
Rita de Cácia Santos Souza*

EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA:
(R)EXISTÊNCIA E EXCLUSÃO **Página 87**

*Autores: Anderson Francisco Vitorino; Augusto Matos Oliveira
Iara Fontes do Nascimento; Ilvanir da Hora Santos;
Maria São Pedro Barreto Matos*

RELATOS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E
PROFISSIONALIZANTE EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19 E AS
NOVAS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL **Página 107**

*Autores: Edelfrancla Gomes dos Reis; Gleiceane Souza de Jesus Amancio;
Ana Manuela Lima de Santana Hora*

ACESSIBILIDADE WEB E REDES SOCIAIS: O CASO DA BIBLIOTECA
PÚBLICA EPIFÂNIO DÓRIA EM ÉPOCA DE COVID19 **Página 139**

*Isaias Pereira dos Santos; Ana Laura Campos Barbosa; Cristina de Almeida
Valença Cunha Barroso*



AS DORES NO AMANHECER

Contemplo a doce magia desse amanhecer
vejo dores, olhares tristes e lágrimas que
desfilam desritimadas
sem harmonia e sem a doce melodia

Elas correm pelo rosto molhando-o
se misturam por um amargor triste e
dilacerando os corações partidos
são dores de todos os lados de todas as cores e
horizontes.

Quem não sente a dor do outro!
são vespas sem coração, são vermes
que se nutrem da podridão...pior do que urubu
que se nutrem de carnificinas.

Não vêes que tudo parou de repente?
o encanto da noite emudeceu e chorou
as ruas ficaram vazias...sem beija-flores
praças, bares, shopping, cinema
tudo vazio!!!!...só o silêncio.

olhe! ouça...as sirenes das ambulâncias
elas rompem as madrugadas por várias ruas
de várias cidades...os hospitais!!!
estão cheios de almas inocentes.

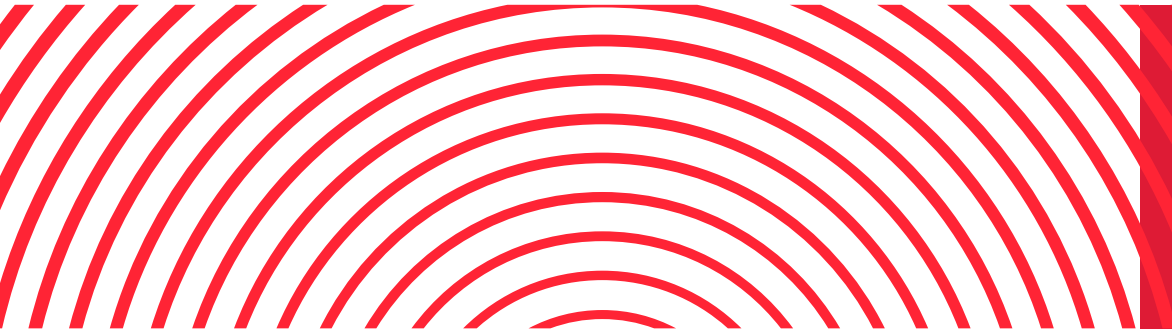
De repente! Não mais que de repente
o mundo parou, pra vê e ouvir os sinos dobrarem
as paisagens emudecidas pairam diante da
multidão
que agonizam sem o ar que respiramos.

De longe...ouve-se os clamores
todos gritam para o vento, para o sol,
para a tempestade

O Deus misericordioso!!! Pare essa praga!!!
que veio de outra galáxia...esparramando fogo
pelas narinas e assombrando a humanidade.

Maria José





A PANDEMIA DA EXCLUSÃO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA QUEM?

Fausto Joaquim Moreira da Silva

Escritor, conferencista, militante do Movimento pela Inclusão da Pessoa com Deficiência, poeta. Graduando em Pedagogia - 5º período.

E-mail: faustojoaquim@yahoo.com.br

Quando na era pré-agrícola o ser humano era nômade e se alimentava do que nascia no campo espontaneamente e os recursos alimentícios se esgotavam, o mesmo se transferia de lugar em busca de outros campos onde existissem outras fontes alimentares.

Como o meio de transporte era difícil, parentes idosos e doentes eram deixados para trás, porque se fazia muito custoso transportá-los também. E é fácil supor que a pessoa com deficiência não fugia à essa regra, isto é, não sobrevivia por muito tempo, porque ficava dentre os abandonados. Podemos até intitular tal situação de exclusão explicável, se é que se pode explicar a exclusão.

Ao chegarmos à Idade Agrícola quando a criatura humana aprendeu a plantar e colher, conseqüentemente obtendo o direito de ter residência fixa, a pessoa com deficiência talvez tenha ganho o direito de sobreviver um pouco mais, porém prosseguia isolada da força de produção, continuando excluída. Há uma tentativa de justificar tal fato apontando como razão a prevalência da força física em relação à produção, mas tal fato se justifica?

Ao percorrermos a história, verificamos que o ser humano sempre elegeu como valor maior a garantia da sobrevivência e não a vida em si, tanto assim que em séculos que antecederam este, o sustento tinha como fonte muito mais o ambiente rural do que o

urbano. Quando as mulheres davam a luz a um filho do sexo masculino, era motivo de comemoração pelo pai, pois significava que em breve espaço de tempo haveria o aumento da mão de obra na lavoura. Porém, quando o rebento era mulher, o quadro se constituía em razão de tristeza, chegando perto de um sentimento de derrota...

Tal episódio sugere que a exclusão não se dá em qualquer tempo por motivos outros, senão o da forma de sobrevivência mais fácil. Todavia, com o arcabouço tecnológico que desde a Revolução Industrial estamos construindo, a exclusão pandêmica não se justifica de modo algum; porém, a mesma continua se processando por todo o globo terrestre, a ponto de nos sentirmos autorizados a perguntar: não apenas para quem a educação é inclusiva, mas sobretudo para quê?

A história não prossegue retilínea, pois a mesma é interrompida ou sofre intervalos a exemplo da Idade das Trevas, da Segunda Guerra Mundial, da Gripe Espanhola e atualmente da COVID 19, que tirou as pessoas da sala de aula, o que nos faz não apenas citar, mas também prestar reverência a Redigi e Mascaro (2020):

Uma breve retomada histórica do processo de civilização, permite identificar situações de exclusão a que essas pessoas têm sido submetidas. Cabe ressaltar que na mais remota antiguidade eram consideradas estorvos e conseqüentemente exterminadas.

Outros estudiosos apontam razões diferentes das supracitadas para a exclusão, a exemplo de Jeremy Rifkin (2001), que permeia a sua obra “A Era do Acesso” com a seguinte afirmação: em função da abundância existente hoje em relação a tudo e ao mesmo tempo da natureza transitória das coisas, a locação toma o espa-

ço da apropriação e dá lugar ao acesso. Portanto, a exclusão deixa de fazer sentido, pois se não há mais propriedade deixa de existir também o direito de excluir.

Como é facilmente verificado pela abordagem supracitada, a exclusão pandêmica não é algo que ocorre sem propósito, isto é, há sempre interesses na condição de exclusão, pois com esta, alguns sempre se beneficiam. Tal constatação sugere que devemos estar atentos para o que se encontra por trás da situação excludente, pois nem sempre as razões apresentadas pela sociedade são verdadeiras.

O mundo dispõe na atualidade de toda a tecnologia necessária para que a inclusão da pessoa com deficiência se concretize, no entanto, o motivo deste processo depende também de uma mudança cultural global. Por esta razão, as pessoas com deficiência não estão sendo socialmente contextualizadas na velocidade que poderiam, porque o mundo depende de uma revolução coletiva atitudinal, mas como toda a reforma cultural se dá em ritmo lento, a contextualização social ainda caminha devagar.

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e também recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. (BAUMAN, 1998, p. 20).

Com base em estudiosos da contemporaneidade pode-se dizer que, como estamos na era do conhecimento, a senha da inclusão passa a ser uma bagagem intelectual que torna o ser humano utilizável pela sociedade na qual a sua mão de obra não necessita ser física. Na época atual, desde que o ser humano disponha do

conhecimento que para a sociedade contemporânea é aproveitável, o mesmo se torna mercadoria ou inclusivo. É preciso que entendamos também esta dinâmica da inclusão, pois somente nos tornamos cidadãos quando passamos a ser consumidos em uma sociedade de consumidores.

Cidadãos ou prostitutas? Se para sermos incluídos socialmente carecemos de nos tornar vendáveis, e o fato de nos vendermos implicar em nossa inclusão, tal circunstância suscita um questionamento: o conhecimento que tem o propósito de nos tornar vendáveis e não felizes, como propunham os filósofos que deram início ao processo educativo, nos confere a cidadania ou nos prostitui?

Sendo assim, mesmo o processo inclusivo que nos parece justo e nobre precisa que os seus meios sejam submetidos à uma discussão filosófica. Pois, a inclusão, pela sua própria natureza, só pode ocorrer de verdade se trilhar a esteira da ética e da moral. O ideal da inclusão ocorre sob caminhos sinuosos e perigosos, a exemplo do capitalismo selvagem e da rapidez cada vez maior, que permeiam o mundo atual. Rapidez esta que além de nos assustar, suscita em nós o seguinte questionamento: para onde estamos indo e com que propósito?

Com isto, tal reflexão em nenhum momento quer negar o mérito e a necessidade do processo inclusivo, mas evitar que este passageiro tão nobre siga em uma locomotiva desgovernada e sem direção. O capitalismo consiste num sistema do dinheiro pelo dinheiro, e não deste em função da vida. E a velocidade na qual hoje o mundo se encontra parece oferecer facilidade cada vez mais velozmente ao ser humano, mas não nos garante que o rumo que estamos tomando nos levará à felicidade.

Assim abordo, para mostrar que a inclusão não é um processo isolado dos outros processos, mas um componente que, junto a outros, construirá um novo sistema no qual ninguém ficará de fora. Porém, para que tal situação torne-se factual, faz-se necessário que homens e mulheres que idealizam um mundo fraterno se predisponham a se libertar da apatia coletiva em que se encontram.

A inclusão da qual tratamos aqui não é um sonho novo, pois Mahatma Gandhi, Martin Luther King e outros, também o acalentaram, mas é facultado a nós da época atual torná-lo factível. Porém, se não optarmos por trilhar pelas vias da educação de qualidade, permaneceremos brincando de incluir.

Mesmo porque a história já provou que não é pelas armas ou quaisquer outros meios que o ser humano se torna livre, senão pela aquisição do conhecimento. Necessário se faz entender de uma vez por todas que sem educação não há inclusão. E incluir não significa apenas promover o acesso ao espaço físico da escola, mas tornar o ser humano habilitado para pensar. Alguém pode rotular o autor deste artigo de utópico. Não vejo nenhum demérito em defender uma utopia quando se trata de defender a vida. Outros podem me chamar de conservador; todavia, se defender a vida livre é ser utópico, eu sempre vou erguer a bandeira da defesa da vida tanto quanto desta utopia.

Veja que no dia em que os seres humanos deixarem de sonhar com um mundo melhor, deixarão também de fazer jus ao lugar que ocupam no planeta. A exclusão talvez seja a mazela mais antiga e mais perversa que o homem e a mulher nutriram em si mesmos. Eu pergunto: como podemos nos orgulhar de nos encontrarmos na era pós-moderna, se ainda continuamos homens e mulheres

com mentalidade tão ultrapassada, que nos aproxima da era jurássica?

Não basta evoluirmos apenas por fora, não é bastante que tenhamos um mundo tecnologicamente tão avançado, que tudo nos propicie realizar. Necessário se faz que avancemos também interiormente, principalmente no sentido de querermos que o outro seja como desejamos, mas aceitá-lo como é.

Pois ninguém mais é improdutivo, sequer digno de ser qualificado como deficiente. O mito das sub-raças há muito a ciência já desfez. Ao invés de deficientes tais pessoas têm apenas um jeito personalizado de ser. E quem não tem?

Toffler (1972), diz que o ser humano e as coisas têm uma relação íntima, esta afirmação nos reporta à época da Revolução Industrial quando as pessoas tinham que ser iguais, porque as coisas eram iguais. A exemplo do carro que poderia ser de qualquer cor, desde que fosse preto, ou seja, prevalecia a ditadura da falsa igualdade.

Na verdade, as pessoas são sempre diversas e serão diversas, porque a vida é diversa. A ditadura da igualdade da forma física (ou dos monómórficos) é um artifício criado para atender a interesses de algumas pessoas no espectro social. Não é algo natural e assim, por conseguinte, o projeto de inclusão não é nada mais, nada menos, do que uma proposta que concilia-se com a natureza humana. Tal fato reforça a seguinte verdade: “ser diferente é normal”, ou seja, a inclusão é algo perfeitamente factível, embora ainda não seja factual. Entretanto, existem vocações que são naturais de qualquer sociedade, como a democracia e a prevalência dos direitos humanos. Porém, estes não poderão sobreviver se

não estiverem substanciados pelo respeito a estes direitos, isto é, numa sociedade inclusiva.

Há uma frase de autor desconhecido que resume com muita propriedade o que significa um mundo inclusivo: “Enquanto houver no mundo uma pessoa sequer sofrendo, eu sou responsável”. Tal corresponsabilidade de todos por todos é que consiste na concretude da proposta inclusiva, quando Jesus¹ na sua oração mais famosa disse: “Pai nosso”, subjetivamente estava falando da inclusão, pois sugeria que todos temos a mesma natureza. Então, não há porque se fazer discriminação. Esta afirmação do nazareno sugere também que somos diferentes na aparência, mas iguais em essência, ou seja, se somos feitos da mesma substância, as teses da sub-raça e da inferioridade genética caem por terra por ficar comprovado que ninguém é melhor ou pior do que ninguém e que não existe a inferioridade nem a superioridade humana.

De acordo com Gibran (1972), avaliar o ser humano pelas suas deficiências não faz sentido algum. Tal afirmação somada a outras acima citadas propõe uma ressignificação de nossos conceitos quanto ao ser humano e sugere que as condições em que este e aqueles se encontram não nos desqualifica no tocante à nossa natureza.

De Masi (2003, p.98), afirma que: “A evolução social é muito mais lenta do que a tecnológica”. Esta é uma das maiores causas responsáveis pela lentidão do avanço no projeto inclusivo. Sendo assim, fica evidente que se faz necessária a criação de mecanis-

1 Deixo evidente que no presente texto, ao me referir a Jesus, não dou ao mesmo uma conotação messiânica, mas o trato como procedo em relação a qualquer outro filósofo.

mos que acelerem esse processo, isto é, que conciliem a rapidez com que avança a tecnologia com o ritmo com que se avança no sentido cultural. Nós, seres humanos, não podemos prosseguir vivendo na era pós-industrial com a mentalidade própria da era agrícola. Não podemos continuar fascinados pela tecnologia, deixando que ela nos conduza, ao invés de conduzi-la. E para tanto, precisamos corrigir a ordem em que estão as coisas, ou seja, em vez de servirmos à tecnologia, fazemos com que ela nos sirva, isto quer dizer que enquanto não nos tornarmos senhores do processo tecnológico, continuaremos caminhando sem sabermos para onde. E tal conduta pode nos levar à autodestruição, pois a máquina não dispõe de sentimento; só o homem é capaz de amar.

O ideal da sociedade inclusiva deve ser com base no sonho de um planeta sumamente humano, no qual a vida seja o valor maior na escala de valores do mundo, e não o dinheiro. A era que pretende a todos contextualizar tem que ser humanizada e não monetizada, como se encontra na época atual. A pandemia da exclusão se dá sempre com diversas distorções existentes no sistema público, porém o papa Paulo VI diz que “Toda revolução social passa pela revolução de cada indivíduo”. Assim sendo, a Terra irmanada depende de uma revolução a título de cada pessoa no sentido de aceitar o outro como é, ou seja, na essência do projeto da civilização que contextualize a todos socialmente se encontra a proposta prevalente do espírito do amor incondicional.

Segundo Gibran (1928), uma semente de esperança no coração do ser humano é a véspera de um dia melhor. Isto quer dizer que mesmo com todos os elementos da era atual que se contrapõem à civilização inclusiva, se a semente dessa já existe no coração de alguns, o mundo da inclusão há de florescer. Em todos os perío-

dos históricos estão presentes controvérsias, todavia o ser humano nunca deve deixar se tornar escassa a esperança.

A pandemia da exclusão é tão antiga quanto perversa, pois ao marginalizar a maioria, gera sofrimento e dor, que muitas vezes condena muitos ao isolamento, à inutilidade e ao ostracismo. O propósito de disputar o desejo de ter mais em detrimento de outros, constitui uma das causas da exclusão pandêmica.

A ciência não faz apenas o que é bom, por isto contribui fortemente para que a exclusão se prolongue e ao mesmo tempo a inclusão se torne possível. Um dos fatores que podem diminuir gradativamente até um dia extinguir a exclusão é a educação com qualidade e socializada. Quando falo de educação, refiro-me àquela que além de tornar o ser humano técnico em algo, o estimule a pensar. Talvez pareça utopia o que estou defendendo, principalmente nesta época, e particularmente no Brasil, em que a educação tem sido tão desfavorecida. Mas, ainda assim, cada um de nós deve ser apóstolo da esperança no sentido de acreditar em um tempo, onde a inclusão vai raiar com o dia, e dar a sua contribuição.

Os estudiosos das áreas sociais dão diversas denominações à presente época, chamando-a ora de a sociedade pós-industrial, ora de era pós-capitalismo, até mesmo de era da não-matéria. Esses mesmos estudiosos dizem que o tempo atual tem contornos tão diversos que seria impossível dar-lhe um único nome, e sendo assim, pergunto: uma vez que múltiplas denominações são cabíveis a esta época em função do estágio evolutivo tecnológico ao qual chegamos, quando a pessoa com deficiência já não é improdutiva, por que não rotular também este tempo de a era da pós-deficiência?

Nos dias de agora, estudiosos como Jeremy Rifkin, Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro e outros, dizem que nós estamos na época do produto não materializado, na idade da ideia, com isto é fácil deduzir que nos encontramos no tempo em que o corpo físico perde o valor de mercado. E como resultado, a exclusão da pessoa com deficiência não pode mais ter como base a forma física do ser humano.

Estes mesmos estudiosos afirmam que estamos na era do intelecto, na qual o produto mais caro do mercado atual é a ideia, não importando a condição física ou sensorial do idealizador. Sendo assim, a pandemia da exclusão se constitui em mais uma conveniência política, que reflete a indiferença da sociedade, e a sua ignorância tem relação com o período da história em que se encontra. Portanto, a deficiência não está em um segmento, mas na sociedade, ou seja, da mesma forma que a exclusão é pandêmica, a deficiência também é pandêmica, pois provado está que a deficiência no tempo presente não é de natureza física, sequer sensorial, mas cultural, porque a patologia só consiste de uma mentalidade retrógrada originada em um tempo que já se foi e que dele só existem fragmentos residuais.

Quando Jesus disse que “Para se entrar no reino de Deus, o homem tem que nascer de novo”, quis dizer, sobretudo, que nós, para vivermos num tempo melhor, temos que deixar de lado o que já passou e darmos início a uma nova cultura, adequada ao tempo em que estamos, isto é, se uma das deficiências humanas é o fato de cultivarmos ainda conceitos ou preconceitos retrógrados, para que ocorra uma cura também pandêmica faz-se necessário que mudemos a nossa cosmovisão, entendendo aquilo que Gardner deixa subentendido em sua teoria.

A teoria das inteligências múltiplas, que consiste em provar que não existe essa teoria geral, ou seja, de uma única inteligência, que se supôs existir no passado, mas que somos dotados de diversas inteligências e, no processo de investigação que empreendeu, constatou que nem mesmo a mais comprometida das pessoas com deficiência é desprovida de potencialidades.

Tal teoria prova que não é a pessoa que tem um jeito singular de ser que é deficiente, mas a sociedade em si que até o momento atual insiste em não entender que a mesma é plural por natureza, e demonstra a sua deficiência até no projeto de urbanização que concebeu, pois este deixa evidenciado que as cidades foram construídas para alguns e não para todos.

Além de Gardner, os médicos, especialmente os neurologistas, são unânimes em afirmar que as pessoas com paralisia cerebral que tem um cognitivo preservado, que constitui a maioria destas, possuem um QI acima da média, sendo alguns deles verdadeiros gênios e, portanto, quando a instituição social não investe na educação das pessoas com deficiência, a sociedade tem uma perda irreparável em forma de capital intelectual. Faz-se cada vez mais evidente a necessidade de uma reformulação social em todas as estruturas, em todos os níveis, principalmente no humano.

Ao nos aprofundarmos no tocante às deficiências sociais, lembramos que muitas vezes o seu sistema é causador de sociopatas por violentar de diversas formas a dignidade da pessoa humana, tenha ela quaisquer condições. Diante da constatação, podemos afirmar sem medo de errar que o sistema, ao causar sociopatias, demonstra ser patológico também. Assim sendo, quando tratarmos de reforma política devemos não esquecer que esta deverá estar casada com a reforma da sociedade, pois uma reformulação

política que não tenha como objetivo maior a justiça social, não terá razão de ser.

É óbvio que, ao me reportar a respeito de reforma política, estou me referindo ao Brasil, aliás, porque é deste lugar que estou falando. Todavia, não me escapa à memória de que a natureza da exclusão é planetária, e assim, a transformação não deverá ser apenas nacional, porém, global. Verificamos também, ao tratarmos deste tema, que a causa da problemática aqui abordada está no ser humano, o que implica na necessidade de uma mudança interior na direção de que a todos sejam facultados acesso aos mesmos direitos, sem exceção. A falta desta transformação interior do homem deu origem à globalização imperfeita, até porque, se a palavra “globalização” é derivada da palavra “globo”, ou seja, planeta Terra, tal projeto globalizador deveria atingir a todos e a tudo, não se constituindo em um sistema apenas mercantilista.

A inclusão social não ocorrerá enquanto o compartilhamento se der apenas no campo virtual, e não no real, pois quando assim acontece estamos somente brincando de compartilhar, fingindo que estamos dividindo tudo com o outro enquanto, na realidade, ainda prevalece o egoísmo, o nacionalismo, a economia protecionista etc.

Acredito que, pelo até agora exposto, é inequívoco que a razão da exclusão pandêmica, que as mazelas que constituem o porquê da mesma se encontram no ser humano, a exemplo da ganância, do egoísmo, da maldade, enfim, da falta de amor.

A inclusão se constitui no oposto da situação patológica diagnosticada no homem há pouco citada. Isto quer dizer que a inclusão é uma proposta de um novo mundo, no qual a era do comparti-

lhar prevaleça também no mundo real, e o ser humano decida ser corresponsável não apenas pelos seus semelhantes, mas pelo meio ambiente no qual vive e do qual desfruta. Para tanto, nós temos que abdicar da falsa condição antropocêntrica, entendendo, como disse Capra (2006), que o universo é um todo e que nós somos apenas partes deste.

Esta afirmação deixa subentendido que a inclusão não é constituída apenas por direitos, mas também por deveres. Deveres e direitos que não abrangem tão somente os seres humanos, pois se estendem ao meio ambiente no qual vivemos. Como disse Martin Luther King, no seu célebre discurso: “Eu sonhei um dia ver todos os homens sentados à mesma mesa”. Eu acredito que ao utilizar a palavra ‘mesa’, ele se referia à Terra, e em relação ao fato de todos estarem sentados, se reportava a um mundo onde todos estariam incluídos. Esta é a utopia de todos os homens e de todas as mulheres que idealizam um mundo fraterno e lutam pela concretização deste.

Todas as épocas são permeadas de contradições que são peculiares à cada uma, e como já citei acima, esta não é diferente das outras nesse aspecto. Por conseguinte, o projeto da inclusão não poderia deixar de enfrentar dificuldades que estão dentro do homem, por tal razão, o mundo não será inclusivo enquanto o ser humano não se tornar inclusivo. A espécie humana precisa se libertar do calabouço do individualismo para que as fronteiras existentes dentro destes sejam desfeitas, e o mundo se torne um só.

Assim sendo, o homem não conseguirá dar as mãos enquanto não reconhecer que todos somos irmãos, independentemente de quaisquer condições. Mas, isso só acontecerá quando a criatura humana deixar de idolatrar o dinheiro. A inclusão social depende de uma reformulação profunda de valores morais, de uma correção na in-

versão da ordem natural das coisas. Pois, o mundo inclusivo é um mundo que prioriza a vida e põe tudo o mais a serviço dela.

Não estou defendendo a construção do paraíso terrestre, mas sugerindo que o ser humano deve se tornar melhor para simultaneamente o mundo se tornar também. Com isto, estou propondo que o homem mude de rota, ao invés da guerra busque a paz, que utilize a ciência para favorecer a vida, livre de condições geopolíticas, religiosas, étnicas, físicas e sensoriais, e não permaneça a serviço do poder.

Cito aqui uma frase de Einstein: “Depois da guerra tudo mudou, exceto a mentalidade do povo”, tal afirmação enfatiza a necessidade de uma revolução cultural, o que implica numa mudança de valores éticos e morais para que o mundo inclusivo aconteça.

Quando Jesus, diante de certas circunstâncias disse: “Paz na terra aos homens de boa vontade”, quis afirmar que há seres humanos capazes de operar uma auto-revolução e com disposição de contribuir. Sendo assim, a ideologia que exclui alguns não contribui em nada para uma sociedade feliz e solidária.

Por esta razão, quando critico a globalização mercantil é porque a mesma, que pela sua própria denominação deveria ser solidária, desenvolve uma política internacional excludente, a qual privilegia alguns povos e deixa outros à margem do contexto desenvolvimentista. Portanto, o projeto globalizador mercantil não é nada mais, nada menos do que uma distorção no que diz respeito ao que deveria ser a globalização em si.

É inconcebível que virtualmente o homem tenha dissolvido todas as fronteiras, mas no mundo real continue a erguer mais muros

do que construir pontes. Esta afirmação se coaduna com o conceito de Aristóteles: “O que está explícito está implícito”, ou seja, o que está fora está dentro, isto é, existem mais muros do que pontes fora de nós. É porque no nosso interior, criamos muitos mais meios de separar do que de unir, de excluir do que de incluir.

É hora de mudarmos este sistema, porém para fazê-lo precisamos nos modificar também, ou seja, aceitar o outro como é, e não querer que ele seja como queremos. Precisamos vivenciar a Declaração dos Direitos Humanos que deixa claro o fato de que a condição de cada indivíduo é um direito, e não razão de marginalizá-lo, de inferiorizá-lo e excluí-lo do contexto social.

É mister que entendamos que a exclusão não atinge apenas os marginalizados, mas toda a sociedade. Tal constatação lembra a afirmação de São Francisco de Assis: “se a primeira vez que uma pessoa sentisse frio, encontrasse uma túnica para se agasalhar, não haveria ladrão”. Tal assertiva sugere que a exclusão violenta a natureza humana e torna o excluído violador das regras preestabelecidas socialmente.

Há quem entenda que a exclusão não é mais um fator de ordem geográfica ou econômica, mas deriva-se da situação que implica em se estar desconectado do organismo social. Pois, segundo alguns estudiosos, praticamente a metade da população mundial nunca deu um telefonema sequer, todavia, ao que parece na realidade, ainda que todos estivessem conectados, a problemática da exclusão não estaria resolvida. Entendendo que tal situação não se resolve apenas virtualmente, pois embora no planeta plugado a prevalência da palavra compartilhamento seja incisiva, na dimensão que existe independente de plugs, o compartilhar de maneira equânime não acontece ainda. As fronteiras,

mesmo não existindo na virtualidade, continuam erguidas no mundo real.

Essa verificação comprova que a exclusão não é uma situação apenas de natureza virtual, mas que tem origem dentro do ser humano e que, enquanto não houver uma revolução atitudinal em cada indivíduo, a marginalidade não se fará inexistente.

A pandemia da exclusão suscita uma indagação, dentre outras: se devido a evolução tecnológica atual nós abandonamos a era da escassez e alcançamos um tempo de abundância, por que o capitalismo, que é o sistema econômico que consiste em cada um poupar cada vez mais para si, prossegue prevalecendo?

Percebemos ao estudar a história geral, que as formas de marginalizar se alteram de acordo com cada época, cada país, porém a causa é a mesma: a política de sobrevivência, a exemplo da cidade de Esparta na Grécia Antiga, na qual as pessoas que nasciam com deficiência eram submetidas ao infanticídio, pois devido ao propósito expansionista espartano, o ser humano ali nascido era treinado desde criança para ser guerreiro e, por esta razão, a criatura humana que não tivesse condição física ou mental de guerrear era eliminada. Essa situação demonstra inequivocamente que os métodos de excluir sofrem alterações de acordo com o lugar, com as conveniências, mas a exclusão em si até agora em tempo algum deixou de existir.

O próprio episódio bíblico travado entre Caim e Abel demonstra a insistência do homem em não viver no mundo fraterno, como também a história de Adão e Eva esboça a perseverança humana em não viver numa sociedade em que todos tenham acesso às mesmas coisas. A referida constatação suscita os seguintes questionamentos: por que o desejo de privilégios habita desde o prin-

cíprio o âmago do homem? Por que a sede de supremacia é maior na criatura humana do que o anseio pela igualdade? Tais episódios, de conotação simbólica ou não, insinuam que há uma razão oculta para a exclusão por trás do que está expresso.

Freud nos fala do narcisismo e conclui que, quando este excede num determinado limite, se torna patológico, o que nos faz supor que o elemento humano talvez desde o princípio seja acometido do narcisismo excessivo e desse talvez não deseje ainda se libertar. Todavia, um aspecto da lenda de Narciso deve ser observado: o mesmo, ao contemplar a sua própria imagem refletida na água, morreu afogado. Será que a mulher e o homem ao alimentar a pandemia da exclusão, que é uma consequência do sistema individualista ou corporativista, não estão sentenciando-se à autodestruição? Se tal questionamento atingir a condição de constatação, ficará provado que o homem e a mulher precisam empreender esforços no sentido de conhecerem a si mesmos, pois só assim se tornarão capazes de curar-se das suas mazelas, e curando-se, curarão o sistema também.

Entretanto, pelo que parece, o tempo que nos resta é exíguo em virtude do ambíguo estágio tecnológico atual, ou seja, ao mesmo tempo que esse cura, adoece e da mesma forma que salva, mata. A exemplo do átomo que, quando utilizado como combustível, se constitui em um dos mais baratos que existem, porém quando enriquecido em urânio a 100% se transforma em bomba nuclear, necessário se faz reduzir os motivos de conflito e direcionar a evolução da ciência e da tecnologia para um mundo de paz no qual a inclusão prevaleça.

Mais uma vez fica evidenciado que o projeto de uma civilização inclusiva não beneficiará apenas alguns, mas toda a humanida-

de, direta ou indiretamente. Há algumas décadas atrás, a era em que todos estejam totalmente contextualizados parecia ser um sonho fantasioso, devaneio de poucos. Hoje é um imperativo, uma condição irrevogável para que a vida prossiga sem ameaça de extinção.

Não estou querendo rotular a época atual de apocalíptica, mas chamar a atenção para o fato de que o momento em que estamos agora é tempo de refletir. Pois, até o instante atual a ciência e a tecnologia caminharam sem questionar-se onde queriam chegar. Até hoje nós vivemos na idade da redundância no qual o dinheiro serve ao próprio dinheiro, o poder ao poder, a ciência à ciência e a tecnologia à tecnologia, ou seja, optamos por um progresso, onde o homem não é senhor, mas escravo, em prol do qual a vida ganha um valor menor do que o natural e a cultura do caos assume a prevalência.

Quando o homem exclui o próprio homem, torna-se predador da sua própria espécie. Tal comportamento deixa transparecer que o ser humano encontra-se acometido da disfunção denominada autofagia, a qual o leva a devorar o seu semelhante. Se tal situação for cientificamente constatada, provará que a humanidade está doente e que um dos sintomas dessa patologia é a exclusão.

A humanidade partiu da Idade da Pedra Lascada e chegou à era do conhecimento, na qual tudo parece solucionável, mas apenas exteriormente pois, se Aristóteles está correto quando afirma que “o que está explícito está implícito”, e a exclusão continua existindo, significa que há de vir o tempo em que o conhecimento se case com o amor para que a cura destas mazelas que, por estarem dentro, se expressam do lado de fora, seja operada.

Sócrates diz que “tudo que sei é o que nada sei”; espero que o ser humano atinja esse estágio de humildade, pois quando assim o fizer terá condição de admitir que precisa ser tratado, ou seja, processar uma reformulação dos seus valores para que a alma humana se torne sadia, a exclusão seja erradicada do seu interior e, conseqüentemente, do exterior também.

A filosofia contemporânea nos retira da Era cartesiana, na qual tudo no universo estava desconectado de tudo e nos põe na época da conexão, onde nada se encontra isolado de nada. Tal fato nos autoriza a unir o que está dentro ao que está fora, estabelecendo um paralelo entre o primeiro e o segundo, da mesma forma que para que a iluminação incida sobre o ambiente, uma luz precisa estar acesa.

Assim me reporto, para mostrar que quando defendo a necessidade de que o ser humano se modifique por dentro para que o mundo seja modificado, estou baseado na premissa sistêmica que consiste numa totalidade indivisível. Quando Capra diz em sua obra literária “O Tao da Física” que o universo está conectado por uma teia invisível, este defende ao mesmo tempo que cada ser é apenas conexão. Com base nessa afirmação, podemos dizer que a exclusão é uma situação que contraria toda a natureza, ou seja, é um comportamento que pode ser caracterizado como uma anomia no espectro universal.

Assim sendo, a pandemia da exclusão é muito mais do que uma opção livre do ser humano, se constitui numa anomalia da qual o ser humano se encontra acometido desde os primórdios da espécie humana. Todavia, o planeta não consegue mais sobreviver sob o império de um sistema caótico.

Embora a física por algum tempo afirme com a teoria do Big Bang que antes existia o caos e de uma explosão o universo se estru-

turou, Chopra (2017), afirma que apesar da teoria do Big Bang, que se constitui na melhor elaborada até o momento, jamais na história da Terra encontrou-se registros de que a explosão estruture alguma coisa, ou seja, na opinião do célebre cientista faz-se impossível explicar a existência do mundo sem admitir a existência de Deus, o qual segundo a crença coletiva é o que dá sentido à busca humana pelo bem comum.

Se assim é, a exclusão contraria a própria natureza da vida. Esta é a convicção dos que defendem o Criacionismo, ao contrário de Darwin que entende que o ser humano surgiu na Terra por Evolução, sustentando assim a supremacia do mais forte sobre o mais fraco como uma lei natural. Se dessa forma for, a exclusão constitui um processo justificável, todavia há estudiosos que insinuam que o Darwinismo tem como objetivo defender a existência do capitalismo, que consiste na devastação de alguns e na preservação de outros. Entretanto, provado está pelas vias da Ciência e da Teologia que a ideia de exclusão de alguns para a inclusão de outros só encontra respaldo em teorias que, ao invés de preconizar a cultura da vida, preconizam a cultura da morte.

Quando se pleiteia a inclusão social de todos, esta proposta consiste em uma humanidade saudável, um universo saudável para que todos os seres tenham uma vida holisticamente saudável. Assim, acredito que está óbvio que, no tempo de agora a pandemia da exclusão além de contrariar os direitos humanos, contraria também o projeto de um mundo feliz. Felicidade essa que por sua natureza não pode ser um bem que se constitua prerrogativa de apenas alguns, mas de todos.

Está provado de maneira inequívoca que quando o homem exclui outro ser de sua espécie, este é portador de uma patologia

que lhe desumaniza, distanciando-lhe da sua essência, ou seja, não se encontra de posse do endereço de si próprio. Porque rompe com a natureza do universo e perde-se, sem saber quando se encontrará.

Tal situação pandêmica exige esforços robustos no sentido de fazer o ser humano trilhar o caminho de volta, reconstruindo dentro e fora de si o que um dia foi destruído. Tão somente assim a inclusão – que é sinônimo da justiça social – assumirá a prevalência e o ser humano se tornará mais feliz.

Enquanto o paraíso tecnológico está pronto, o mundo real encontra-se distante de ser justo ou inclusivo. Porém, a situação tecnológica paradisíaca está pronta apenas em tese, pois sem a transformação humana de ordem moral a mesma continuará sem rumo e divorciada da ética, o que ao mesmo tempo lhe confere a capacidade de construir e eleva cada vez mais o potencial de destruição que lhe é outorgado pelo homem e pela mulher.

Sendo assim, a prioridade maior nos parece consistir em promover uma revolução humana que leve os homens a reconhecer a irmandade natural independentemente de quaisquer condições. Certo dia, assisti a um filme intitulado “O Pássaro Azul” e nesse, verifiquei uma situação metafórica que me levou a refletir, dois cães com pedigree discriminam outro por ser vira-lata, tal fato suscitou em mim o seguinte questionamento: as pessoas são melhores ou piores do que outras, a depender dos títulos que possuem? A condição financeira, religiosa, étnica ou qualquer outra nos torna superiores ou inferiores a outrem? Entendo que a proposta da inclusão retira de nós a falsa supremacia dos títulos e nos liberta da ilusória impressão de que esta ou aquela condição exterior nos torna melhores ou piores que outro alguém.

Para construirmos uma civilização inclusiva nós precisamos também nos despojar dos nossos ‘pedigrees’ para que não excluamos os pseudo ‘vira-latas’, isto é, tão somente uma sociedade destituída de privilégios poderá ser inclusiva. Onde não exista senhor nem escravo, explorador e explorado.

Entendo que, em países neoliberais, a contextualização social de todos se torna inviável, pois a doutrina do Estado mínimo leva ao enriquecimento cada vez maior dos mais ricos, e ao empobrecimento cada vez mais profundo dos mais pobres. Estou fazendo essa ressalva para provar que, enquanto não removermos algumas pedras do caminho da civilização equânime, a própria não se concretizará.

E lamentavelmente o Brasil, através do governo atual, aderiu à doutrina da qual terminei de citar no parágrafo anterior, retirando, inclusive, recursos do bem maior de qualquer povo, que é a educação, projeto tal que leva os cidadãos a viverem cada vez mais alienados e, conseqüentemente, suscetíveis a serem usados como massa de manobra.

Tamanha distorção contraria o que prega alguns filósofos da Grécia antiga que foi o berço da democracia, os quais dizem que, tal regime só funciona com povos educados, o que quer dizer que não sendo brasileiro um povo que desfruta da educação de qualidade, o Brasil é constituído de uma pseudo democracia. Alguém disse com muita propriedade: “no Brasil, vivenciamos uma democracia política, mas uma ditadura econômica”.

Tal paradoxo é mais uma das barreiras que impedem que a inclusão aconteça, e esta circunstância suscita alguns questionamentos: como incluir sem educar? Como tornar os cidadãos li-

vres sem estimulá-los a pensar? Sempre foi dito que o Brasil é o país do futuro, mas de que natureza será este futuro e quando o amanhã chegará?

Um dos traços do perfil do citado futuro será a existência da maior parcela deste povo incluído socialmente, pois a exclusão tem como um dos seus efeitos mais nefastos a negação do direito a um amanhã digno, e há momentos que, embora a exclusão seja pandêmica, chegamos a imaginar que é epidêmica, ou seja brasileira, devido à dor tão aguda que ela causa. Não acredito numa solução para tal pandemia que não passe pela educação, entretanto, ficamos a perguntar: quando esta educação chegará? Quando deixaremos de ser um país do futuro e passaremos a ser do presente? Tal questionamento surge substanciado por profunda angústia, pois os nossos antepassados também ouviram o presságio acima citado, o qual ecoa até hoje em nossos ouvidos, mas esta previsão fora feita há tanto tempo, que está ‘profecia’ assume hoje uma conotação de um ininterrupto adiamento de um dia que jamais alvorecerá.

Somos excludentes por opção e não pelo caráter humano. Excluimos porque queremos e não por instinto, ou seja, se a exclusão é uma distorção do sistema, nós a fazemos porque escolhemos fazê-la. Demos preferência a um regime cartesiano, que desconecta tudo de tudo, o qual esquarteja o universo, contrariando a sua natureza sistêmica, contrapondo-se ao natural.

Sendo assim, a exclusão, apesar de ser uma anomia do sistema, não tem a mesma vocação da pérola, que cientificamente falando se constitui na doença da ostra, mas é dotada de uma beleza sem igual. Porém, mesmo a marginalização sendo uma patologia sistêmica, a mesma é desprovida de valor, pois nada acrescenta de edificante à vida em si.

Fica provado que a humanidade em sua natureza é única, dispõe de uma diversidade de maneiras de ser, o que quer dizer que a sua polimorfia não causa nesta uma alteração “augênica”², isto é, na essência, as pessoas são iguais. Constituindo assim uma verdade incontestável o fato de que os seres humanos têm a mesma origem e, com base nessa evidência irrefutável, permanece óbvio que a exclusão é algo que violenta o âmago da criatura humana e o sistema que a promove é violentador.

Com base nestes diagnósticos que apontam o ser humano como ainda acometido de tanta agressividade e dotado de uma capacidade tão grande de destruir a sua própria espécie, seja biológica ou socialmente, surgem aqui interrogações que não podem ser silenciadas: quando o homem vai admitir a sua doença e buscar a sua cura? Existe vantagem em excluir a maioria para só a minoria se encontrar incluída? Nós percebemos incoerências que levam a tal situação até na Constituição Federal do Brasil, quando esta diz que todos são iguais perante a lei e permite quando determinada autoridade tem que ser interrogada, realizá-lo até através de questionário, enquanto o cidadão comum não desfruta de tal direito.

Outrossim, quando este que sustenta o sistema com os tributos que mantêm a estrutura pratica uma ação lesiva, o mesmo não responde por este em foro privilegiado, o crime de um e de outro tem a mesma natureza, qualquer criminoso é criminoso independentemente da condição que tenha, da função que desempenhe, do cargo que ocupe.

2 Augenia: “mudar a essência de uma coisa viva. As artes augênicas são dedicadas ‘à melhoria’ dos organismos existentes e ao desenho de outros completamente novos, com o intuito de tornar seu desempenho ‘perfeito’”. (RIFKIN, 1999, p.34).

E assim, procuramos deixar claro que a solução da exclusão não passa por uma panaceia, um decreto ou por todas as medidas paliativas que têm sido tomadas até o momento, mas por uma revolução profunda que passe tanto pelo âmago do homem quanto pelas estruturas externas. A própria psicologia demonstra em seus estudos que, da mesma forma que o exterior influencia o interior humano, o interior também incide na forma de alterações sobre o exterior deste.

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, entendemos mais uma vez que não se pode mudar o mundo sem mudar o homem, e vice-versa. Certo dia um estudioso estava sem conseguir efetuar os seus estudos, porque seu filho pequeno estava a atrapalhar. E o intelectual para conseguir serenidade, colocou nas mãos do seu filho um mapa-múndi, o qual era de encaixe e tinha por detrás de si a foto de um homem e mandou-lhe reconstruí-lo. Quando a criança voltou estava entusiasmada dizendo ao seu genitor que reconstruiu a foto do homem, reconstruiu o mapa. E o primeiro respondendo ao segundo exclamou: “é assim mesmo meu filho, sempre que consertarmos o homem consertaremos o mundo”.

Sendo assim verificamos que entre o ser humano e o mundo há uma simbiose indissolúvel. Não existe como tratar da exclusão sem eliminá-la de dentro da criatura humana; não há meios de erradicar uma doença sem tratar o doente. Assim sendo, fica provado que para curar a patologia social da exclusão o excludente precisa curar-se.

Há muito é dito que o nosso planeta se encontra na UTI e que um dos elementos causadores dessa grave situação é a explosão demográfica. No entanto, se ao invés de ‘explosão’ disséssemos ‘marginalização’, estaríamos mais próximos da verdade, pois esta

era da abundância leva países ricos a desperdiçar toneladas de alimento, ao tempo em que povos pobres morrem. Tal fato sugere que a solução da exclusão não se encontra no controle da natalidade, mas em trazer a palavra compartilhamento do mundo virtual para o mundo real.

Se assim é, o caminho consiste, não em exterminar as pessoas, mas eliminar a ganância; não em buscar o poder pelo poder, mas em fazê-lo para servir, ou seja, precisamos efetuar uma alteração robusta na ordem das coisas para que a natural volte a prevalecer.

Utilizo-me aqui da frase de um autor desconhecido: “a paz não é apenas a ausência de guerra”. A paz é constituída da dignidade humana democratizada, e democracia é sinônimo de respeito aos direitos humanos e aos direitos individuais também. Não devemos, em nome de uma globalização distorcida, violentar os direitos de cada indivíduo, de cada povo, de cada país, com o propósito de impor uma cultura global em detrimento da cultura de cada nação.

Uma civilização inclusiva só se dará com a correção desses aspectos distorcidos, pois a inclusão consiste na assimilação contextual de todos, do jeito que cada um é na totalidade das suas dimensões. Portanto, o projeto de um mundo globalizado só pode ser democrático.

A exclusão não é pandêmica por natureza, mas por opção do homem. No entanto, a democracia e os direitos humanos terão que imperar um dia sobre o planeta Terra, pois fazem parte da natureza humana e planetária. Por tal fato, as duas são adiáveis, mas nunca abortáveis.

Assim sendo, o pesadelo da exclusão está fadado a morrer, embora não se saiba o dia. A utopia da inclusão encontra-se destinada a assumir o trono da prevalência, apesar de não ter hora marcada. O momento em que chegará depende da boa vontade de cada homem e de cada mulher, depende do ritmo que estes imprimirem, pois isto passa pelo livre-arbítrio de cada um.

Acredito que, no dia em que a diplomacia imperar sobre as relações internacionais, substituindo as armas letais, nós estaremos próximos de um mundo inclusivo, onde todos farão parte do mesmo contexto, tendo as suas diferenças respeitadas. Não estou sonhando com um mundo homogêneo, pois este já existiu, sonho, sim, com um mundo heterogêneo, no qual a heterogeneidade de cada ser seja sinônimo de versatilidade, e não de inferioridade.

Esse mundo não existirá na estratosfera ou em qualquer outro lugar distante da Terra, mas aqui mesmo, pois a edificação de tal situação planetária só depende de nós. A experiência que nos é transmitida através da História nos ensina que a felicidade sempre se encontra perto e que ninguém consegue ser feliz sozinho. A inequívoca possibilidade demonstra que a inclusão social, a qual consiste em um viés de uma condição global mais feliz, será parte desse mundo que há de vir.

De acordo com Gibran (1928), quando a semente da esperança está germinando no coração humano, o dia em que os direitos estarão ao alcance de todos há de alvorecer. Fazendo uma analogia entre essa frase e o que expressei acima, me sinto moralmente autorizado a dizer que a semente equivale à esperança que já se encontra sendo cultivada no âmago de alguns homens e de algumas mulheres, ou seja, o mundo inclusivo em que acredito existe, ora adormecido, ora desperto, o que quer dizer que a véspera da

inclusão planetária neste instante está dentro de alguns de nós e que o dia que a antecede já existe, o qual, na minha maneira de interpretar, constitui uma situação global onde os direitos estão democraticamente acessíveis a todos.

Assim sendo, a pandemia da exclusão é uma escolha humana, mas ao que me parece, a inclusão constitui-se em um projeto divino, o qual alguns homens e algumas mulheres predispõem-se a executá-lo, como acredito que o bem, quando plantado no coração de alguns seres humanos, é perene e que o mal é perecível e, por conseguinte, por mais que se demore o fruto da inclusão, esse, um dia, frutificará.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CAPRA, F. **O Tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CHOPRA, D. **Você é o Universo**. São Paulo: Alaúde, 2017.

DE MASI, D. **A Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

GIBRAN, K. **Jesus — Filho Do Homem**. Brasil: Sinodal, 1928.

_____. **O Profeta**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 1972.

REDIGI, A, MASCARO, C. Educação e Democracia em Tempos de Pandemia. **Revista Interinstitucional de Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.6, n. especial, p.139-156. jun. - out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2020.51349> 141.

RIFKIN, J. **A Era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

_____. **O Século da Biotecnologia**: a valorização dos genes e a reconstrução do mundo. São Paulo: Makron Books, 1999.

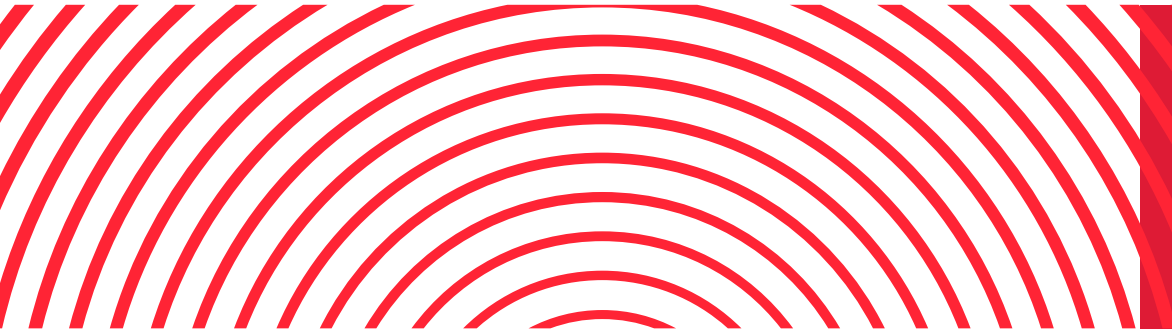
TOFFLER, A. **Choque do Futuro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.



MÃE DA PANDEMIA

Homens são feitos de matéria e desejo
Mas de que é feito uma mulher?
De que é feito uma mãe?
Mãe é feita de cuidado e descuido
Sabedoria e ignorância
Copo cheio e vazio
Abraço e distância
Sabe tudo e sabe nada
Santidade e loucura
Mãe rima com alegria,
Mas também tem uma melancolia...
Presença e saudade
Casa cheia e solidão
Excesso e abstinência
Nada pode ser mais doce que uma mãe
Nem mais amargo também
Profunda e rasa
Gargalhadas e choro
É verdade e mentira
Prazer e tédio
Saúde e doença
Nascimento e morte
Barulho, barulho, muito barulho
E aquele silêncio ENSURDECEDOR!

Perolina Souza



DESAFIOS DO ENSINO REMOTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Débora dos Reis Silva Backes

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Maranhão
Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe
Pesquisadora da área Gênero, Maternagem, Inclusão, Educação e Diversidade.
Especializanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Jaqueline Montalvão Etinger de Araújo

Possui graduação em Pedagogia Licenciatura, pela Universidade Federal de Sergipe

Perolina Souza Teles

Possui graduação em Pedagogia Licenciatura, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é Mestre em Educação, também pela UFS, e Psicopedagoga Clínica e Institucional, pela Universidade Tiradentes. Atua principalmente nos seguintes temas: escola, didática, produção do conhecimento, políticas públicas, inclusão social, inclusão escolar e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No ano de 2020, a exemplo do que já vinha acontecendo em outros países, o Brasil começou a identificar os primeiros casos de Covid-19. Em questão de dias, as rotinas e os hábitos cotidianos - como trabalhar, estudar, passear – ficaram em suspenso. Foi necessário rever nosso comportamento diante da vida e construir o chamado “novo normal”, que inclui novas formas de convivência, interação, reconfiguração do trabalho e da escola. Desde o início do isolamento social o Brasil procura se ajustar às mudanças e o âmbito educacional passou por drásticas modificações, já que se manifestava principalmente em um espaço de intensa interação física e social, que é o espaço escolar.

Em Sergipe, as instituições escolares, assim como diversos espaços que podem apresentar aglomeração, tiveram seu funcionamento suspenso através do Decreto governamental Nº 40.560, de 16 de março de 2020. Este determina, em seu Artigo 2º, a suspensão de diversas atividades, entre elas “IV - atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada, pelos próximos 15 dias” (DECRETO Nº 40.560, p. 02, 2020). Com o passar dos meses este trecho do decreto foi se renovando, e até a presente data não temos perspectiva de retorno aos trabalhos presenciais nas instituições de ensino.

Em um curto espaço de tempo, família, alunos e profissionais de educação tiveram que se adaptar às novas possibilidades de en-

sino e aprendizagem. Todos os processos de adequação às novas tecnologias de educação e comunicação pelos quais a escola vinha passando paulatinamente, foram rapidamente antecipados. A formação, para construção de práticas pedagógicas de ensino remoto, começou acontecer ao passo que a escolaurgia por novas estratégias metodológicas de ensino não-presencial.

Nesse ínterim cada rede de ensino vem se organizando, desde março, para cumprir com a tarefa de promover, não apenas o ensino e a aprendizagem dos alunos, como também manter o vínculo social, cultural e emocional que circundam as instituições escolares. Como o momento é sem precedentes, professores e alunos estão aprendendo a fazer fazendo e cada dia superando desafios para a promoção da educação neste momento singular.

No bojo desses desafios, sem dúvida está a tarefa de promover a educação inclusiva, com o caráter não presencial. Pensar em cada particularidade dos alunos com deficiência e construir uma possibilidade de ensino que seja acessível e que dialogue com a condição socioeconômica das famílias, certamente tem sido um grande ponto de reflexão para as escolas. Todavia, é sabido que a inclusão enfrenta em condições “normais” dificuldades em diversos aspectos para se efetivar. Os obstáculos ainda vão das barreiras arquitetônicas às atitudinais nas escolas.

A demanda por rapidez e busca por estabelecer formas coerentes de se estabelecer essas relações entre alunos, professores, escola e famílias para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem vem exigindo profundas discussões, análises e reflexões, se constituindo numa necessidade constante o acompanhamento do processo. Quando consideramos o processo educacional de alunos com deficiência, há fatores adicionais a se considerar, vis-

to que tal acompanhamento demanda observações singulares a respeito dos materiais utilizados e práticas a serem adotadas, de acordo com as especificidades de cada aluno, além da necessidade de apoio que essas famílias necessitam no tocante aos instrumentos necessários ao acesso de qualidade às aulas.

Diante desse contexto, pensamos até que ponto este público tem sido, de fato, inserido nos planejamentos e nas práticas pedagógicas dos professores? Nossa hipótese inicial é que a exclusão cotidiana, com a qual as pessoas com deficiência convivem, apenas mudou de cenário, com o advento do ensino remoto. Para verificar nossa hipótese escolhemos como campo de pesquisa famílias de alunos matriculados em redes de ensino do município de Nossa Senhora do Socorro, localizado no estado de Sergipe, considerando que o mesmo faz parte da chama “Grande Aracaju” e tem se destacado economicamente e em termos de promoção de políticas públicas inclusivas no cenário sergipano.

Para tanto, o Eixo Práticas e Inclusão Educacional do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva (NUPITA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), iniciou reflexões acerca da realidade do chamado ensino remoto que se estabeleceu subitamente na vida de alunos, professores e gestores escolares. Nossas ponderações começaram na nossa primeira reunião remota, realizada em 11 de junho de 2020, às 19h, através do aplicativo *Skype*. Na oportunidade, as participantes trouxeram relatos de experiências com o ensino que se estabeleceu no pós-pandemia, falando sobre o acompanhamento de filhos - enquanto mães - e alunos - enquanto professoras.

A partir desses relatos, começamos a perceber que algumas temáticas se repetiam, como por exemplo: abismos sociais mais

evidentes, questão social, intensificação das vulnerabilidades sociais, ausência de planejamento dos sistemas de ensino, contexto de muitas incertezas para as famílias e estabelecimento da educação à distância como meio possível de efetivação dos processos de ensino. Ao longo da reunião, percebemos que tínhamos em mãos possíveis objetos de pesquisa, que poderiam, não apenas refletir sobre o momento atual, mas, sobretudo, pensar em possibilidades de políticas públicas para a educação e estruturação dos sistemas de ensino, no tocante ao enfrentamento da crise sanitária provocada pelo avanço do novo coronavírus.

A segunda reunião remota do eixo ocorreu dia 19 de junho de 2020, também às 19h, pelo *Skype*, começamos a nos organizar em grupos de trabalho (GT's), de acordo com a temática de interesse de cada membro. À princípio nos dividimos em dois GT's, 1 - Educação à distância física e social: relatos de docentes em meio à pandemia do COVID-19 e 2 - “Nada será como antes”: relatos de práticas educacionais de mães inseridas nas tentativas de educação *on-line* no contexto pandêmico. Na terceira reunião realizada pelo aplicativo *Skype* no dia 26 de junho de 2020, às 18h, traçamos nosso plano de trabalho, com o objetivo de organizar 6 artigos que seriam fruto da nossa construção coletiva de reflexões e do trabalho de pesquisa de 12 participantes do Eixo Práticas e Inclusão Educacional/NUPITA/UFS.

Este artigo é parte integrante do bloco do grupo de trabalho 2 – “Nada será como antes”: relatos de práticas educacionais de mães inseridas nas temáticas de educação *on-line* no contexto pandêmico. Nele buscamos manter o foco nos desafios enfrentados pelas famílias de alunos com deficiência em idade escolar e que estão, de alguma forma, estudando remotamente. Após este percurso, seguimos rumo ao estabelecimento dos procedimentos

metodológicos necessários para a verificação da nossa hipótese inicial, com a elaboração de um formulário, através da ferramenta Formulários, na plataforma *Google for Education*, objetivando colher dados de forma segura, neste momento de distanciamento social.

O próximo passo foi traçar nossos objetivos. Assim, definimos o seguinte caminho:

Objetivo geral: Analisar a realidade de alunos com deficiência, inseridos na modalidade de ensino remoto, em meio à pandemia do Covid-19.

Objetivos específicos:

- 1 Conhecer as práticas pedagógicas realizadas junto a alunos com deficiência, no contexto pandêmico.
- 2 Verificar as estratégias metodológicas utilizadas no ensino de alunos com deficiência na modalidade não presencial, que se estabeleceu com a chegada da pandemia do coronavírus no município de Nossa Senhora do Socorro/SE.
- 3 Elencar as principais dificuldades relatadas pelas famílias pesquisadas, no acompanhamento dos seus filhos com singularidades, no contexto do ensino remoto que se impôs devido ao covid-19.

Seguindo tais perspectivas, apresentaremos então nossa fundamentação teórica relacionada ao processo da educação à distância, inclusão e práticas pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas durante o estabelecimento do contexto pandêmico, buscando en-

trelaçá-las às análises dos dados coletados através do questionário aplicado às famílias de pessoas com deficiência matriculados na escola, em Nossa Senhora do Socorro-SE, com o objetivo de compreender as questões referentes aos fatores que permeiam a realidade do processo educacional desses alunos e os desafios enfrentados por suas famílias nesse atual contexto. Seguindo-se a essa proposta, traremos nossas conclusões, a partir dos dados coletados e analisados.

Atravessamos atualmente um momento bastante delicado e complexo, que demanda de todos nós muita atenção, paciência, bom senso e disponibilidade para os enfrentamentos que compõem o pacote extra de desafios emergentes, os quais o contexto da pandemia de COVID-19 nos demonstra mais visíveis que nunca. Especialmente no campo educacional, a necessidade da utilização de ferramentas pedagógicas síncronas e assíncronas, no desenvolvimento das ações pedagógicas juntos aos alunos, em consonância com a urgência das formações pedagógicas – através de *lives*, reuniões *on-line*, *webnários*, entre outros – colocou professores e alunos em outro patamar de ensino, aprendizagem e possibilidades de interação.

Assim, a proposta do ensino remoto aproximou-se da única alternativa acessível momentaneamente, promovendo a necessidade de adequação por parte dos sujeitos que constroem e reconstroem o lugar institucional escolar, aos novos modelos de conviver, interagir, fazer, intermediar, acompanhar e avaliar todo o processo de ensino e aprendizagem.

Buscando compreender melhor a proposta torna-se importante caminharmos um pouco sobre alguns tópicos referentes a educação remota, partindo-se da portaria nº 343 publicada no Diário

Oficial da União, em 17 de março de 2020, que dispõe a respeito da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do COVID - 19 (BRASIL, 2020), que marcou o início da busca por ajustes necessários, por parte dos professores, alunos, famílias e instituições.

Algumas das muitas problemáticas relacionadas ao nosso sistema educacional estão sendo intensamente visibilizadas agora durante o contexto pandêmico. A modalidade de Ensino à Distância, antes restrita ao ensino superior, tornou-se uma “luz”, como modalidade educacional viável a todos os níveis de ensino, em caráter de urgência, durante a crise sanitária da COVID-19. A concepção de EaD, que reflete os referenciais teóricos internacionais, é exposta na legislação que trata do assunto no Brasil. De acordo com o parágrafo 1º do Decreto nº 9057/2017:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Constituindo-se em uma modalidade de ensino que vem se tornando cada vez mais comum, a Educação a Distância (EaD) se apresenta como uma forma de ensino e aprendizagem mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permitindo que professores e estudantes estejam em ambientes físicos diferentes, caracterizando-se assim na separação no espaço, separação no tempo e planejamento específico. Todavia, ressalta-

mos que o conjunto de práticas que vêm sendo realizadas pelos sistemas de ensino, neste momento sem precedentes, não se trata propriamente de Educação à Distância, considerando que esta possui metodologia própria. Os professores estão buscando estabelecer práticas pedagógicas de ensino remoto, respeitando as singularidades dos alunos, bem como a questão social na qual os mesmos estão inseridos.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas podem ser síncronas, quando professores e estudantes necessitam estar conectados ao mesmo tempo – por meio de plataformas virtuais, *chats* e videoconferências – ou assíncronas – quando professores e estudantes estão separados no tempo – Assim as aulas e as atividades podem ser assistidas e realizadas no tempo disponível e conveniente ao aluno.

Sousa e Ramalho (2012) destacam os inúmeros desafios da formação de gestores em serviço e com a utilização de metodologias que incluam a EaD, não só para os cursistas, mas para toda a equipe técnica, pedagógica, as instituições e os executores desses projetos, considerando os vários fatores que devem ser analisados para que os alunos à distância possam ter um atendimento adequado e um aprendizado eficiente.

Colaborando com a compreensão sobre essa modalidade de ensino, Bebber (2009) assinala que o processo exige um novo tipo de professor e de aluno, mais flexível e interessado. Um profissional que não apenas conheça a tecnologia, como também seja capaz de transformar o espaço escolar, modificar e inovar o processo de ensino e aprendizagem, bem como um estudante que não esteja apenas interessado em comodidade, mas que seja engajado no aperfeiçoamento individual e coletivo.

Tais características denotam uma modalidade de ensino que apresenta especificidades em relação a seu desenvolvimento, frutos de muito tempo de estudos, pesquisas e experiências para o desenvolvimento de métodos próprios relativos à metodologias, sistematizações, práticas, acompanhamento e avaliação, nos fazendo perceber que, muito pouco ou nada se assemelha ao arranjo de emergência que está sendo desenvolvido com muita ligeireza, na tentativa de sanar a ausência do espaço escolar como meio de interações e construções de aprendizados.

Outra problemática consiste na exclusão digital visibilizada proeminentemente com a emergência da implantação do ensino remoto por conta do isolamento social causado pela pandemia de COVID-19, característica infelizmente bastante evidente em um país de vasta extensão geográfica e alicerçado em enormes abismos sociais, os quais podemos perceber analisando dados expostos na Pesquisa Nacional por amostra de domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) de 2018, divulgada em 29 de abril desse ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual demonstra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet.

Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a internet. Tal inacessibilidade emerge aspectos relacionados às precariedades a que milhares de brasileiros desassistidos enfrentam, revelando-se como entrave a implantação do ensino remoto como alternativa viável capaz de atender os preceitos de equidade e justiça e desenvolvimento de um processo educacional digno a todos.

Junto a essas observações sobre as condições estruturais estão as relacionadas as condições de trabalho docente, a qualidade

do processo de ensino e aprendizagem, ao cuidado e pertinência sobre os temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes, o resgate das responsabilidades do aluno sobre o seu processo de aprendizagem, o envolvimento das famílias no processo de formação das crianças e jovens, isso tudo em um contexto de isolamento, onde pais precisam se organizar diante de suas demandas de trabalho em casa ou saindo pra trabalhar diante de risco de contaminação e a tomada de todas as medidas para evitá-la, dentro e fora de casa, em uma esfera de profunda insegurança, angústia, perdas, ausências e limitações.

Diante disso percebe-se a dimensão do problema perante a implantação de uma modalidade de ensino de forma despreparada e não planejada, sem que os professores recebessem formação adequada para desenvolver metodologias específicas da EaD para dar continuidade a atividades letivas, sem que grande parte dos docentes e familiares dos alunos estivessem preparados em relação ao ambiente e ferramentas tecnológicas adequados e necessários para atender às demandas do processo. Os efeitos infelizmente estão sendo percebidos na fragilidade da tentativa de continuidade do processo de aprendizagem dos alunos, que na verdade está demonstrando disparidades perversas, onde muitos estão tendo que desistir do processo por não apresentar condições de acompanhar, o que não lhe é permitido por ausência de recursos, sendo a mesma situação analogamente observada no prejuízo do desenvolvimento laboral de muitos professores.

Nesse cenário alicerçado pela necessidade de criteriosa observação, discussão e análise para tomada de medidas de enfrentamento às problemáticas relativas a inúmeros aspectos, torna-se imprescindível o olhar específico ao acompanhamento do pro-

cesso educacional das pessoas com deficiência, matriculadas nas instituições de ensino.

Ao tratarmos a questão da inclusão, evidencia-se a necessidade de rompermos com velhos estigmas profundamente enraizados na sociedade, que permeiam a construção de padrões normativos. Essas ideias pautadas em expectativas relacionadas a homogeneidade, moldaram fortemente as dificuldades que ainda encontramos diante do processo de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

Mantoan (2003) compreende a instituição escolar como um ambiente perpassado pelo formalismo da racionalidade, tecendo segregações como, modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares e burocracias. Havendo, portanto, para a autora, a necessidade de uma reorganização na base estrutural organizacional, como caminho para que a escola possa fluir, novamente, contribuindo significativamente ao processo de aprendizagem para todos que dela participam, implicando assim em mudança do atual paradigma educacional, saindo de um lugar que fomenta a competição, a individualidade e o conteudismo, para um ambiente que acolhe a diversidade, a aceitação e reconhecimento das diferenças, um lugar de identificação das potencialidades e equânime em suas propostas e práticas.

Entre os muitos desafios que vieram à tona, junto ao contexto pandêmico, emergiram nossas dificuldades diante do processo inclusivo, visto a complexidade em lidar com a implementação de uma significativa aceitação das diferenças. Mais do que nunca, a pauta da inclusão se torna essencial e urgente, sendo fundamental conhecer as formas pelas quais as pessoas com deficiência e suas famílias estão sendo assistidas, isso se for o caso

de estarem recebendo assistência, bem como quais são seus principais desafios, diante do ensino remoto, e todas as complexidades que surgem dessa novidade que, de súbito, tornou-se a única alternativa de viabilizar, de alguma forma, o processo de ensino e aprendizagem, na atual conjuntura que vivenciamos.

A inclusão das pessoas com deficiência no contexto pandêmico, através do ensino remoto, constitui-se em uma questão que demanda uma reconfiguração das formas de pensar e pôr em prática fazeres pedagógicos, alinhando-os à observação quanto a flexibilidade do uso das tecnologias, na busca por compreender as singularidades dos alunos. Neste repensar, as instituições de ensino têm a oportunidade de aprimorar suas concepções sobre uma aprendizagem que contemple a todos, utilizando-se de vários recursos tecnológicos, de apoio complementar e das diferentes possibilidades de ensino.

Para tanto, os profissionais envolvidos na aprendizagem dos alunos com deficiência precisam estar atentos ao desenvolvimento de vínculos afetivos, além de suas demais atribuições, já que o comportamento das pessoas vem passando por mudanças devido ao COVID-19 - em decorrência da mudança brusca de rotinas, ausência de terapias e consultas médicas, alteração no sono, aumento de processos de ansiedade e estresse, entre outras questões, sobre as quais os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das classes regulares devem destacar constante atenção.

Abreu (2020) observa que os desafios a transpor, para que alcancemos uma qualidade educacional nesse processo, bem como para atender às demandas dos estudantes com necessidades educacionais específicas, ainda são enormes. A autora escreve sobre

a necessidade do apoio pedagógico e a parceria da família para acessar e realizar as atividades educativas propostas pelos professores, sendo que, considerando-se o contexto pandêmico, tais dificuldades tornam-se maiores, por conta do acesso reduzido, ou pela suspensão dos atendimentos referentes aos tratamentos de saúde e acompanhamentos especializados, situação essa que acarreta em prejuízos, alterando o aproveitamento educacional.

Essas transformações trouxeram mudanças para toda sociedade, sendo necessário o distanciamento social em benefício à saúde pública. Muito tem se falado no ensino remoto, nesse momento de pandemia, que remete se relacionar com as inovações tecnológicas. Porém, sob quais condições as famílias das pessoas com deficiência, que estão nesse momento tentando lidar com seus filhos sem atendimento educacional especializado, sem aulas remotas, lidam com essa realidade? Quais são as estratégias utilizadas no ensino não presencial no município da pesquisa? Essas são apenas algumas questões que nortearam a construção desta pesquisa.

Segundo a Nota Técnica (2020), o retorno às aulas no contexto da pandemia de COVID-19 deverá causar, “[...] além do impacto emocional direto do período de quarentena, o momento atual deverá trazer, também, traumas de outras naturezas, como aquelas vindos das crises econômica e de saúde pública que estão em curso”. (BRASIL, 2020)

É importante ressaltar que, assim como há uma via dupla, no processo de construção de ensino e aprendizagem, entre professores e alunos, também precisamos considerar o efeito que a pandemia do COVID-19 tem causado nos docentes, que mais do que nunca necessitam de um apoio mais amplo da família

na mediação e no acompanhamento dos estudos dos alunos em casa, que configura um novo espaço e tempo de ensino formal. Segundo a Nota Técnica, 2020:

O fato de o envolvimento da família na Educação ter impactos positivos na aprendizagem dos estudantes já está amplamente documentado em estudos e é um consenso na comunidade educacional. Entretanto, as pesquisas de opinião mostram que os professores brasileiros não se sentem apoiados no processo educativo pelas famílias e que a participação dos responsáveis na vida escolar dos estudantes ainda é muito fraca. (BRASIL, 2020, p. 18)

A matrícula dos alunos com algum tipo de deficiência nas instituições escolares desencadeia inúmeros desafios e novas expectativas no ensino aprendizagem. As dificuldades deflagradas a partir do advento da crise sanitária mundial vêm causando impactos reveladores da fragilidade de todos os seres humanos, sendo que, considerando-se o sistema educacional, tais impactos trazem consequências que afetam a vida de muitas pessoas. Através desta pesquisa, podemos observar a mistura de sentimentos que revelam questionamentos, angústias, sentimento de abandono, conflitos emocionais e existenciais, esperanças e a constante determinação de muitas famílias em transpor as barreiras para garantir acesso e qualidade no processo de aprendizagem dos seus filhos. Não é raro perceber algumas dessas vulnerabilidades por parte das famílias ao lidar com seus filhos em casa, sem acompanhamento necessário das escolas, visto que as famílias vivenciam um desgaste emocional muito grande.

Buscando adentrar neste cenário, elaboramos um questionário, através da ferramenta Formulários do *Google*, com 16 perguntas, direcionado às famílias de alunos com deficiência do município

de Nossa Senhora do Socorro/SE. O mesmo ficou disponível para ser respondido de 28 a 31 de julho de 2020, sendo que o quantitativo de questionários respondidos e reenviados totalizaram 12.

Na primeira pergunta constava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no qual informávamos o objetivo da pesquisa, bem como a garantia da privacidade dos dados. Após responder sim, o participante era direcionado para a próxima questão: Identidade de gênero – 91,7% do público que respondeu se autodeclarou como mulher cisgênero e apenas 8,3% homem cisgênero, demonstrando a presença marcante da mulher cuidadora, em geral mãe ou avó, como responsável pelo acompanhamento escolar dos filhos.

Na terceira questão foi perguntado em qual faixa etária estava a pessoa que estava respondendo - 8,3% entre 18-28 anos, 16,7% 29-39 anos e 75% 40-50 anos, sendo esta última faixa a da grande maioria dos pesquisados. Na quarta questão, perguntamos o município de residência, obtivemos 100% das respostas como residentes de Nossa Senhora do Socorro/SE. Na quinta, solicitamos a autodeclaração de etnia - 50% se identificaram como branca, 41,7% negra, 8,3% parda. Todos responderam possuir filhos em idade escolar, na sexta questão. Na sétima foi perguntado sobre a rede de ensino que seu filho estuda - 50% responderam que estudam na rede pública municipal, 16,7% na rede pública estadual e 8,3% na rede privada. Neste quesito, observamos a prevalência de respostas de familiares de alunos da rede pública de ensino, como 66,7%, ao todo.

Através das informações obtidas, podemos destacar que 91,7% dos entrevistados tem filhos com algum tipo de deficiência, distúrbio ou transtorno e 8,3% não identificaram nenhuma dessas condi-

ções. As deficiências informadas na nona questão são diversas, sendo observável que 33,3% apresenta epilepsia, 25% estão dentro do Transtorno do Espectro Autista, 16,7% têm Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, 8,3% são desatentos, 8,3% não identificou nenhum tipo. Portanto, a grande maioria possui um filho ou familiar com uma especificidade, relatada através de um diagnóstico.

Na décima questão, perguntamos se o seu filho tem assistido aulas remotas durante a pandemia - 50% dos filhos têm assistido aulas remotas e 50% estão sem assistir. Esse dado é extremamente preocupante, especialmente quando consideramos que 66,7 dos alunos pesquisados são estudantes de escolas públicas, fato que pode estar relacionado às questões de exclusão social e digital. Na décima primeira, quando foi perguntado quais ferramentas pedagógicas a escola do seu filho está utilizando durante a pandemia é observável a variedade de possibilidades, 8,3% desenvolve atividades na folha, livro didático, *Google meet*, aulas gravadas, canal do *YouTube*, módulos impressos, aulas ao vivo e 56,3% outros canais de comunicação. *Zoom, Facebook, Instagram*. Este dado é interessante para observar que os professores estão lançando mão de diversas possibilidades para promover o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, apesar das dificuldades encontradas ao longo do caminho e da ausência de direcionamento de políticas públicas educacionais para este momento de pandemia, por parte do governo federal.

Entretanto, no tocante às questões das deficiências, os pais dos alunos matriculados na rede pública e privada destacam que 33% das escolas têm respeitado as especificidades dos seus filhos, na elaboração das atividades escolares durante a pandemia, através do uso de tecnologias assistivas, 33% não respeitam e 33% em

parte. Enquanto que apenas 50% das escolas têm oferecido apoio pedagógico para as famílias, já que 47% dos alunos não estão recebendo nenhum apoio e 8,3%, apenas em parte. Esses dados demonstram as contradições existentes no processo educacional, as quais apenas ficaram realçadas nesse momento pandêmico.

Na décima quarta questão, perguntamos aos entrevistados sobre a avaliação do desempenho dos seus filhos durante a pandemia - 41% concordam que é regular, 25% compreende que é bom, 25% péssimo e 8,3% ótimo. Portanto, apenas 33,3% dos entrevistados reconhecem o desempenho escolar dos seus filhos como ótimo ou bom neste momento.

As experiências dos entrevistados nos trazem uma riqueza de informações e demonstram um retrato da atualidade escolar durante a pandemia. Seus depoimentos nos permitem vislumbrar por reconstruções do que já experienciamos, além de lançar novas possibilidades. Para tanto, é importante conhecer as vivências de alguns entrevistados, que estão retratadas nas duas últimas questões propostas no documento, sobre os quais a seguir descreveremos: “A escola não dá nenhum apoio pedagógico, mesmo sabendo das deficiências, eu por conta própria e com ajuda da professora do AEE, que me orienta, que faz jogos adaptados para eu trabalhar em casa, para não prejudicar ainda mais o aprendizado delas. “A escola está longe de ter uma educação inclusiva para nossas crianças com deficiência, com a pandemia pude ver e viver essa insuficiência da inclusão na pele, sem aula, sem apoio pedagógico...está difícil!” “Me sinto abandonada, com dois adolescentes, um com distúrbio da epilepsia e a outra normal”. “Conversamos muito com a professora”. “As aulas pelo zap têm sido muito proveitosas”, “Ela gosta muito do contato com a professora”. “Minha filha não está tendo nenhum suporte peda-

gógico durante a pandemia!” “Ao contrário eu estou exercendo em casa o papel que era para ser da instituição escolar que ela frequenta, para que ela não fique sem atividade alguma durante esse período”, “Infelizmente eles não estão tendo atividades, nem aulas online”. “Apenas estou trabalhando com eles o material dado pela professora de sala de recursos”, “Nunca passamos por isso mas, tá sendo boa”(em relação às aulas remotas). “Minha filha não consegue ficar todo período da aula concentrada”, “Não tem nenhum acompanhamento”.

Encontramos uma variedade de vivências, sendo que a maioria dos registros levanta questionamentos a respeito da ausência de atuação das escolas no tocante as especificidades dos alunos. Sempre que emerge dos relatos a necessidade da presença do apoio pedagógico, infelizmente parece ser restrito à figura da professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado), quando na verdade assentimos que estes alunos não são apenas responsabilidade da professora da sala de recursos multifuncionais, mas, sim de toda a escola.

Por fim, na décima sexta questão, solicitamos sugestões para as escolas dos seus filhos e diante dessa solicitação recolhemos as seguintes sugestões: “Que a inclusão não ficasse no papel, o dever é estar na escola, mas cadê os direitos?”, “Ter mais atenção com as crianças que tem necessidades especiais”, “Ter mais atenção e cuidado com os alunos”, “Recursos”, “Vamos respeitar esse momento”, “Continue com essa atenção”, “Melhorar o ensino e a adaptação escolar conforme a deficiência de cada um”, “Inclusão social e suporte técnico para todos”, “Que ao menos passassem atividades”. “Pelo menos uma vez por semana uma vídeo-aula”, “Nada, os professores são ótimos, bem atenciosos”, “Reduza o tempo da aula e faça mais dinâmica”.

Portanto, tratando-se de alunos com deficiência, distúrbios ou transtornos é crucial o fortalecimento nas relações, pois os mesmos não se sentem articulados no novo processo de ensino. Com base nas respostas, sobre o momento atual, acredita-se que a coleta de dados dos familiares venha subsidiar as escolas e estreitar vínculos e refazer práticas pedagógicas, para além da pandemia.

Nas falas observadas, foram percebidos aspectos importantes para reflexão de professores e gestores, pois revelam o poder de resignificação que cada entrevistado apresenta, perante suas vivências em ensinar seus filhos e ajudar as escolas a pensar em novas possibilidades. É importante ressaltar a necessidade dos profissionais da educação adentrarem nesse novo cenário de forma colaborativa, onde as famílias fortalecem suas ideias e vivenciam a importância das escolas no cotidiano dos seus filhos. Bem como é essencial reforçar a necessidade de redução das desigualdades sociais no Brasil, pois que, neste momento, nossos abismos sociais estão mais gritantes que nunca.

Ressaltamos ainda, a necessidade de atenção às demandas dos docentes, diante dessa crise sanitária a qual todos estamos vivenciando. Com a leveza e eficiência exigidas para que seja possível colocar em prática a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem, visualizamos também a sobrecarga sobre o trabalho docente, que busca se adequar às novas formas de fazer, construir e acompanhar aprendizagens. Evidencia-se essencial um olhar atento e cuidadoso para as condições de trabalho dos docentes nesse contexto, visto que, acumula-se, para esses profissionais, suas atividades laborais e as demandas domésticas com todos os desdobramentos sobre tal situação.

Revela-se essencial o desenvolvimento de pesquisas que contemplem esse tema, para que possam fundamentar práticas que referendem formas de apoio, como formações aos professores para conhecimento das ferramentas e possibilidades digitais, além de suporte necessário para o desenvolvimento das aulas, que em muitos casos, ficam sob a responsabilidade exclusiva do profissional. Para abraçar a diversidade e um fazer pedagógico significativo é necessário também uma estrutura de trabalho que ofereça suporte ao professor, compreendendo-se que as mudanças atitudinais configura-se em fio condutor em todas as instâncias da comunidade escolar, tanto nesse contexto pandêmico atual, como em qualquer época e lugar.

A vivência das famílias dos alunos com deficiência é um fenômeno marcado por angústias, anseios em oferecer para seus filhos melhores condições de aprendizagem, resultando para muitos no fortalecimento da resiliência. Algumas dessas histórias retratam a capacidade dessas famílias de se adaptarem ao novo cenário em que estamos inseridos. Dispostas a ressaltar que seus filhos, independente das suas condições, são alunos das escolas públicas e privadas e como tal, são sujeitos de direitos e deveres.

Elas compartilharam relatos de vida, experiências que denotaram muitas características em comum entre essas famílias. Vozes que, sem dúvida, precisam sair do lugar de silêncio a que, por muito tempo, estiveram sujeitadas, para legitimarem seu direito. Seu direito de existir e de estar, seus lugares de questionar, de se constituírem como sujeitos participantes e de modificarem essa realidade de exclusão, de familiares daquelas pessoas por muito tempo consideradas insuficientes, sem potencialidades, dignas de caridade. A pessoa com deficiência é capaz e tem direito à educação de qualidade. Legitimemos essa premissa em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Bianca de Macedo. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. IN: **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 155-165, 2020.

BEBBER, Cristiano Alberto. **Educação a distância: uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem**. Erechim, 2009. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/1029.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 02 ago. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

PELA EDUCAÇÃO, Todos. **O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19**.

RAMAL, Andrea. **Ensino remoto não é educação à distância**. O Globo. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/rio/bairros/ensino-remoto-nao-ensino-distancia-diz-especialista-em-educacao-1-24501996%3fversao=amp>> Acesso em 15 de julho de 2020.

SERGIPE, Governo do estado. **DECRETO Nº 40.560 DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: <https://www.edocsergipe.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Decreto-40560_2020.pdf> Acesso em 10 de julho de 2020.

SOUSA, A. da S. Q.; RAMALHO, B.L. Políticas de Formação de Professores no Brasil e a modalidade à distância: pontos para reflexão, IN **Revista Exitus UFO-PA** Belém, PA: Editora: Destaque-se, ano 2, 2012.

TOKARNIA, M. **Um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em 05 de julho de 2020.

A-CRE-DITAR

Acreditar em quê?
Em algo que não se vê?
Em notícias que a gente lê?
Em lutas pelo poder?

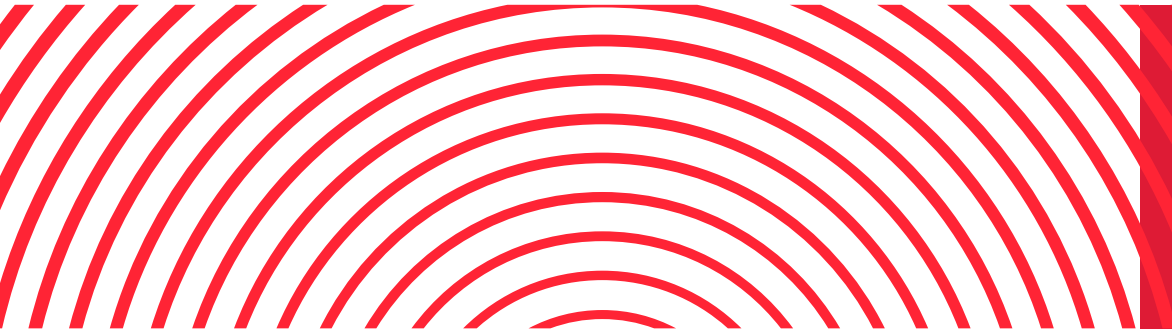
Acreditar = dar crédito ou
Receber mérito?
Fazer aquilo que é necessário
Em troca de um mínimo salário?

Creio eu que acreditar
É muito mais que desejar, almejar.
É um pouco, ou tão forte quanto aceitar.
Mesmo que na hora do sentir
Tu não tenhas coragem de admitir.

Mesmo que em cada contexto
Seja complicado entender o pretexto:
Acredite em quem tu és
Independente dos teus papéis.

Juliana Farias





INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Michele Morgane de Melo Mattos

Doutorado em Educação em andamento - Universidade Federal Fluminense
Técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcos Batinga Ferro

Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe
Professor da prefeitura de São Cristóvão -SE

Rita de Cácia Santos Souza

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Professora Titular da Universidade Federal de Sergipe

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva fundamenta-se na concepção de direitos humanos. Isso significa que a inclusão escolar está intimamente relacionada à oferta de uma educação democrática e de qualidade, à remoção de barreiras, à promoção da participação, à perspectiva da diferença e ao respeito à diversidade dos educandos. O compromisso com uma educação de qualidade para todos os estudantes foi firmado por meio da Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jontiem, na Tailândia. Em 1994, a Declaração de Salamanca, na Espanha, ratifica esse direito e reforça a perspectiva da educação inclusiva acolhedora das diferenças por meio da satisfação das necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1990; 1994).

Embora entendamos que a educação inclusiva não se limita a um grupo específico, cumpre ressaltarmos que, neste texto, estamos abordando a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (EPAEE), ou seja, aqueles que apresentam deficiência de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento¹; alunos com altas habilidades/superdotação (CNE/CEB, 2009).

1 O termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) é utilizado pelo CID-10 que engloba o Autismo e outras síndromes, como Transtorno Desintegrativo da Infância, a Síndrome de Rett e o Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.

Para além de trazer os EPAEE para dentro da escola regular, a educação inclusiva busca efetivar a sua participação como construtores e sujeitos da sua história. Isso implica romper com os valores da sociedade fundamentados na homogeneidade, na competitividade e no individualismo, cuja ordem social capitalista vigente exclui os que estão fora dela. Mesmo com todas as contradições, a educação inclusiva é necessária à construção de uma sociedade mais justa e menos desigual (CROCHIK; COSTA; FARIA, 2020).

Quando nos deparamos com o atual cenário de pandemia, causado pela Covid-19, em que o distanciamento social foi imposto para conter o avanço da doença, a escola encontra-se diante do desafio de pensar em novas possibilidades de ensino-aprendizagem, sem deixar de considerar as desigualdades próprias do nosso sistema educacional que foram acentuadas com a pandemia. Nesse contexto, pensar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) também é um desafio imposto à escola. Além das questões relacionadas ao acesso, também é fundamental pensarmos nas suas individualidades, potencialidades e necessidades, contando com o apoio da família, principais mediadores desse processo, enquanto o presencial não pode ser possível.

Como pensar o atendimento educacional especializado no cenário que temos? Que reflexões podemos tecer sobre o AEE antes do contexto pandêmico? Partindo desses questionamentos, nosso objetivo é refletir sobre a inclusão escolar de estudantes PAEE, trazendo para o debate os desdobramentos do AEE, pensando em possibilidades para o atual contexto. Para tanto, iniciamos o texto tecendo reflexões sobre o AEE, bem como sobre os seus desdobramentos e possibilidades; e finalizamos com orientações para o atendimento de estudantes PAEE em tempos de pandemia.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: APONTAMENTOS SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Fundamentada em documentos internacionais que versam sobre inclusão e o direito das pessoas com deficiência a um ambiente educacional inclusivo, as políticas de educação inclusiva do Brasil foram constituindo-se gradativamente, principalmente, a partir do entendimento da Educação Especial na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como uma “modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades da educação, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para pessoas com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996). Embora a Constituição Federal, em 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, já mencionavam o Atendimento Educacional Especializado de estudantes com deficiência, preferencialmente, em escola regular.

Outro documento fundamental para a constituição da educação inclusiva no país foi o compromisso com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, outorgados pela Organização das Nações Unidas, em 2007. Esse documento, que destaca a necessidade da implantação de um sistema educacional inclusivo, foi ratificado no Brasil por meio do decreto nº 6.949, de 2009 (BRASIL, 2009).

Focando no decreto nº 7.611, de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, entende-se a Educação Especial como um meio de garantir “os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011, art. 2º). E define o Atendimento

Educacional Especializado como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes. Deve ser realizado, prioritariamente, de acordo com o art. 5º, “na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns”. Está intimamente relacionado à matrícula do EPAEE na escola regular, sendo seus objetivos:

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, art. 5º).

Partindo dessa normativa, o que vai nortear a atuação do atendimento educacional especializado são as características, individualidades, necessidades e potencialidades de cada estudante. Nesse contexto, é imprescindível não perder de vista que a criança ou jovem estudante faz parte de um grupo/turma e, portanto, o que ele vai aprender deve estar conectado com os conteúdos dos seus colegas, por meio de um currículo escolar que possa abranger e acolher a diversidade dos estudantes. O AEE deve estar totalmente integrado ao cotidiano escolar, partindo da premissa de que todos os estudantes, independentemente de qualquer condição, precisam aprender, ter acesso ao conheci-

mento, à cultura e progredir em diversos aspectos, como social, cognitivo e emocional.

Também é função do AEE identificar possíveis barreiras para a aprendizagem, provendo recursos pedagógicos e de acessibilidade que viabilizem a participação dos estudantes nos tempos e espaços da escola. Não podemos mais permitir que estudantes sejam impedidos de participar de atividades escolares, porque existem barreiras que a impedem. A barreira não está na pessoa com deficiência física, visual ou auditiva, por exemplo; mas sim, na ausência de recursos materiais e/ou humanos e de serviços de acessibilidade, como: rampa, piso tátil, livros em braile, computadores com leitores de tela, audiodescrição de imagens, tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, dentre outros inúmeros recursos.

Mesmo o AEE sendo localizado dentro da escola regular, mais especificamente, nas Salas de Recursos, o que se percebe frequentemente é um serviço de AEE desconectado e sem diálogo com o cotidiano da escola. Limita-se ao atendimento do estudante na Sala de Recursos com o dia e hora marcados, muitas vezes sem uma conexão com a sala de aula. Também faz parte do AEE o apoio dos “mediadores”, executado por diversos profissionais, diferenciando-se entre as redes de educação, que podem ser os professores, auxiliares ou profissionais de apoio do quadro técnico ou estagiários, que, em geral, realizam o acompanhamento dos EPAEE em sua rotina escolar. Muitas vezes, o estudante cria e aprofunda vínculos com o mediador que se torna o responsável pelo seu processo de aprendizagem, em detrimento de sua relação com o professor regente e a sua turma, o que corresponde a uma contradição da educação inclusiva. O trabalho que deveria ser inclusivo, se torna fragmentado.

Reconhecemos que, em muitas escolas, pelas condições que lhes são dadas pela rede, como a falta de investimentos suficientes e de profissionais, dentre outras questões, a construção do trabalho de inclusão caminha de forma limitada e engessada. Porém, o que queremos destacar é a possibilidade da escola, por meio de uma educação emancipadora, ser autônoma na construção do processo de inclusão de seus estudantes com base em sua realidade, necessidade e potencialidade, possibilitando a participação de toda a comunidade escolar nessa construção.

A educação inclusiva no Brasil, ao longo dos anos, vem se desenhando de modo embaraçado, contraditório ou sinuoso, com políticas não lineares que refletem no cotidiano das escolas na construção do processo de inclusão de seus estudantes. Silva (2019), em sua tese de doutorado, destaca que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no ano de 2001, apontava funções e atribuições diferentes como formas de realização do AEE, desde que respondessem às necessidades educacionais dos educandos, embora as mesmas diretrizes também permitissem a criação, extraordinariamente, de classes especiais (BRASIL, 2001).

Nos anos seguintes, parecendo haver uma descontinuidade no desenho da educação inclusiva, o AEE passa a ser realizado de forma restrita à Sala de Recursos, com base na compreensão da Resolução nº 4/2009 – documento que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – e no Decreto nº 7.611/ 2011 – que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (SILVA, 2019; BRASIL, 2009; 2011). Os documentos sugeriram várias formas admitidas para a oferta desse serviço, porém, o fato de que o artigo 5º da Resolução nº

4/2009 definir que o AEE deve ser feito, prioritariamente, na Sala de Recursos da própria escola ou em Centros de Atendimento e no contraturno, persistiu a compreensão do formato único de atendimento na Sala de Recursos (SILVA, 2019).

É importante destacarmos que, em 2001, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica, ficou instituído pelo Ministério da Educação, em seu artigo 8º que a organização das classes comuns nas escolas da rede regular deveria contar com “professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos” (MEC, 2001). Como ressaltam Mendes, Vilaronga; Zerbato, outros documentos também apontam para a possibilidade de profissionais trabalhando em colaboração para garantir a inclusão do EPAEE. Entretanto, “percebe-se que, no contexto educacional brasileiro, há o amparo legal para a proposta de trabalho em coensino, porém, ‘parece não ter sido dada ainda a importância merecida a esta filosofia de trabalho’” (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014, p. 64).

As autoras apresentam a perspectiva do ensino colaborativo ou coensino como uma alternativa ao modelo do atendimento educacional especializado, com base na experiência com educação inclusiva de outros países:

É um dos modelos de prestação de serviço de apoio no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes. Tal modelo emergiu como alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, especificamente para responder às demandas das práticas de inclusão escolar de

estudantes do público-alvo da Educação Especial, pois uma vez que o aluno deve ser inserido numa classe comum, todos os recursos dos quais ele pode se beneficiar têm que ir junto com ele para o contexto de sala de aula, incluindo entre eles o professor especializado (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014, p. 64).

Nesse sentido os dois professores juntos pensam e constroem uma proposta de ensino para o estudante, sob perspectivas diferentes, com olhares diferentes. Mas ambos trabalham com todos os estudantes.

Mendes, Vilaronga; Zerbato (2014), ainda apontam que, para substituir o termo professor de apoio que não reflete a perspectiva da relação de colaboração entre os dois profissionais, ou seja, de trabalhar junto, os termos coensino e ensino colaborativo foram adotados e traduzidos do inglês *co-teaching* e *collaborative teaching*, pois eles se adequam melhor à proposta.

Entretanto, nada disso pode ser pensado sem um esforço e investimento suficiente em educação para a aquisição de recursos e contratação de professores especialistas, regentes gerais e demais profissionais, pois, como já dissemos, o trabalho fica engessado ou limitado, principalmente, quando, desde 2019, o orçamento destinado à educação básica vem sendo continuamente reduzido².

Como mais uma forma de descontinuidade no terreno sinuoso que é a educação inclusiva no país, vem sendo delineada e recen-

2 Seguem algumas reportagens: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2019/09/13/orcamento-do-governo-federal-preve-cortes-para-educacao-basica-em-2020.ghtml> e ainda <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2020/08/10/orcamento-do-mec-preve-corte-de-r-42-bilhoes-para-2021.ghtml>

temente promulgada a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio do Decreto nº 10.502/2020 (BRASIL, 2020). Essa política retoma a possibilidade de a educação de crianças e demais estudantes público-alvo da Educação Especial, aqueles, em particular, que não se beneficiarem da escola regular, ser realizada em escolas ou classes especializadas inviabilizando, assim, a já difícil construção de uma escola pública, democrática e inclusiva. É necessário que a sociedade se debruce cuidadosamente sobre tal decreto para compreender o que pode estar por trás dos interesses e do retorno das escolas especializadas visto que sempre representaram uma privatização de um atendimento que deveria ser ofertado pelo governo, além de outras questões importantes.

É urgente uma reflexão sobre a lógica que direciona e submete a educação, que, em tempos de pandemia, torna-se ainda mais urgente! Ou a educação vai na contramão do culto ao modelo, à padronização e à homogeneização ou sempre haverá estudante fadado ao fracasso e, portanto, direcionado à classe especial. Autores como Mantoan (2007) e outros, vêm denunciando a culpabilização do aluno pelo seu fracasso escolar, como um meio de invisibilizar as condições desiguais sob as quais os nossos estudantes brasileiros são submetidos.

No próximo item, continuaremos a discutir o atendimento educacional especializado, que, no contexto atual, tem se tornado um desafio cabendo seguinte questionamento: educação inclusiva para quem em tempos de pandemia?

3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA DE RECURSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUAIS CAMINHOS?

A lei nacional que rege a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão estabelece o Atendimento Educacional Especializado aos EPAEE oferecendo complementação ou suplementação para a sua formação, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Disponibiliza, ainda, o acesso ao currículo, à comunicação, aos aspectos físicos, reconhecendo e atendendo às individualidades e necessidades específicas desses estudantes e promovendo sua formação integral:

Salas de Recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum [...] (BRASIL, 2001, p.50).

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Ressaltamos que, em todo o processo de desenvolvimento do indivíduo aprendiz, torna-se imprescindível a parceria entre a família e escola, a fim de que as estratégias pedagógicas e de acessibilidade possam ser adotadas em todos os ambientes de aprendizagem do estudante.

Diante do novo cenário, a situação emergencial impele à escola o (re)pensar de formas de atendimento ao público da Educação Especial. Sugerimos algumas orientações para nortear o trabalho complementar dos profissionais do atendimento educacional especializado, com o apoio e colaboração de toda a comunidade escolar para a manutenção e generalização das habilidades que vinham se constituindo no ambiente educacional, considerando sempre as individualidades dos estudantes:

- Desenvolvimento de estratégias de manutenção do vínculo para favorecimento do processo de aprendizagem do estudante por meio da continuidade da orientação familiar;
- Escuta atenta e sensível na tentativa de compreender o contexto atual e orientação para estruturação de nova rotina de aprendizagem, que será uma construção conjunta (entre família e escola);
- Conforme o perfil do educando, o envio de sugestões de tarefas práticas, de aplicativos, das plataformas de aprendizagem, vídeos e/ou atividades;
- Incluir nos planos educacionais individuais e/ou em orientações às famílias atividades pedagógicas que abordem noções de higiene e segurança como medidas preventivas da Covid-19, realizando, inclusive, conversas e antecipações sobre o distanciamento social;
- Feedback semanal para checagem do que foi desenvolvido e o que não foi possível desenvolver e se há a necessidade de troca e/ou manutenção das orientações;

- Para os estudantes que estão desenvolvendo atividades remotas do ensino regular, continuar o processo de articulação entre o professor das Salas de Recursos Multifuncionais e os professores do Ensino Comum, por meio de informes do professor do AEE ao coordenador pedagógico da sua respectiva escola para ciência pela equipe das orientações e tarefas enviadas às famílias;
- Dentro das demandas do coordenador escolar, mediar as informações aos professores do ensino regular, as orientações e ações desenvolvidas pelos professores da sala de recursos com seus estudantes, bem como os demais profissionais de apoio a inclusão e a suas respectivas famílias, caso necessário;
- Organização de uma equipe técnica de atendimento remoto para dúvidas e orientações da construção colaborativa de programas de ensino em período de isolamento social, devido à Pandemia do Covid-19.

Salientamos a necessidade de algumas orientações para os docentes da sala regular de ensino, pois dessa forma, contribuirá no processo de ensinagem. São as seguintes orientações:

- Conhecer o contexto familiar, frente a esta nova rotina configurada neste período de pandemia;
- Alinhar as necessidades educacionais específicas e as estratégias junto às famílias;
- Selecionar tarefas que ajudem no enriquecimento do ambiente domiciliar e estimulação do estudante;

- Realizar um cronograma de ensino semanal, levando em consideração essas particularidades;
- Efetivar adequações, conforme os feedbacks realizados com as famílias, quando necessário;
- Focar na generalização dos domínios das funções adaptativas (conceituais, social/comportamental e vida prática).
- Contribuir com a elaboração do Plano Educacional Individualizado do estudante a ser construído pelo professor da Sala de Recursos;
- Envolver os EPAEE em seu planejamento para a turma, com o apoio e colaboração do professor da Sala de Recursos.

Os docentes das Salas de Recursos, muitas vezes, têm dificuldade em prestar o atendimento educacional especializado para o educando porque nem sempre recebe o apoio e a sustentação dos demais profissionais da escola para uma efetiva inclusão, tornando-se mais grave quando se trata da falta de diálogo e articulação entre professores da Sala de Recursos e regentes de turmas, o que compromete o processo de inclusão do estudante. Exemplos clássicos: quando o professor regente não fornece o material do currículo escolar a tempo para adaptado para um estudante com deficiência intelectual ou para a transcrição em braile que ajudará a um estudante com deficiência visual.

Portanto, insistimos nos questionamentos: Onde está o EPAEE no planejamento da sua turma? Existe a participação do professor da Sala de Recursos no planejamento da turma e do professor da classe regular no plano educacional individual? Em qual momen-

to esses profissionais podem dialogar e trocar informações sobre o EPAEE?

Mais do que nunca, é preciso que a comunidade escolar seja corresponsável na construção do processo de inclusão. Como dissemos, é um processo que deve ser construído com a participação de todos e com a responsabilidade de todos. É preciso pensar em uma oferta de AEE, quer seja na Sala de Recursos, quer seja com o apoio de mediadores, que considere as individualidades dos estudantes e que também eles também sejam protagonistas em seu processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito de todos os cidadãos, um bem público e universal. Se é um direito de todos, não pode ser guiada por princípios como a competição e o individualismo, pois, assim, privilegia a alguns em detrimento de outros. Ora, numa perspectiva freireana, a escola tem papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Não é a chave para a transformação social, mas é indispensável para tal mudança (FREIRE, 2019). As experiências vivenciadas naquela instituição são levadas pelos seus sujeitos para fora dos muros da escola e constroem a sociedade. Portanto, ao vivenciar experiências educacionais acolhedoras e que caminham na contramão da lógica individualista e competitiva, os sujeitos vão levar para fora essas experiências e assim podem contribuir com uma sociedade melhor.

Portanto, este texto não propôs esgotar o tema de uma educação inclusiva e de formas de atendimento educacional especializado, pois esse debate é muito profundo e requer uma análise muito aprofundada. Mas sim, refletir sobre possibilidades para pensar

o atendimento educacional especializado mais integrado com a escola e que não se resume ao atendimento previamente definido à Sala de Recursos, mas que busca estabelecer relações mais humanizadas e que olham para sujeito aprendente em suas individualidades, principalmente, em tempos de pandemia, por meio do acolhimento do EPAEE e de sua família.

Com isso, queremos ressaltar a importância da Sala de Recursos para a construção do processo inclusivo, que não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular, sob hipótese alguma. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o EPAEE encontra condições necessárias para o desenvolvimento do seu processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001. *Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso: 20 mar. 2021.

_____. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.502%2C%20DE%2030%20DE%20SETEMBRO%20DE%202020&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,Aprendizado%20ao%20Longo%20da%20Vida.. Acesso em 20 mar. 2021.

_____. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília: Conselho Nacional de Educação Básica/ Câmara de Educação Básica. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 18 abr. 2020.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Secretaria de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2009. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 07 mar. 2021.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Brasília: Ministério da Educação, 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 20 mar. 2021.

FREIRE, A. M. A. (org.); FREIRE, P. Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 3ª ed., Petrópolis/SP: Vozes, 2011. p. 121-151.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCAR, 2014. p.68 – 88.

SILVA, Maciel Cristiano da. Programa de Colaboração Docente na Educação Infantil: a sala de recursos como mediador de desenvolvimento profissional para inclusão. 2019. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://152.92.4.120:8080/handle/1/10297#preview-link0> Acesso em: 20 mar. 2021.

UNESCO, Declaração de Salamanca sobre princípios, política práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em 18 out. 2020.

UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2020.

CATA-VENTO

Vivemos à espera de bons momentos
Que tragam o alento, a quem tanto esperou
De um aconchego,
De um sentimento sem favor

Como um cata-vento
Aguardando ansioso pelo movimento
Para dançar conforme o vento
Momento esse, que o tempo tirou.

E nessa ventania, rumo a uma nova trajetória
Deseja que renasça, além de tudo, a esperança
De girar com o vento
Ser um cata-vento
E autor da sua história.

Kátia Cilene Moura





Anderson Francisco Vitorino

Doutorando em Educação pela UFPR - Federal do Paraná. Mestre em Educação pela UFS (2017). Professor de Libras pela UFAL - Arapiraca. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa - Pedagogia, Complexidade e Educação GEPPCE(CNPq), Membro do Projeto de pesquisa FALIBRAS - UFAL. Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia assistiva (NUPITA/UFS), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interiorização da Língua de Sinais (NEPILS).

E-mail- andersonvitorino3@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/0431749235312279> ID Lattes: 0431749235312279

Augusto Matos Oliveira

Professor da rede Municipal de Piritiba-BA, Especialista em Gestão Escolar, Pós-graduando em Neuropsicopedagogia, trabalha na educação básica da Zona Rural. Pesquisador sobre educação inclusiva e educação ambiental no contexto rural e formação docente. Participante do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia assistiva (NUPITA/UFS).

E-mail: professoraaugustoneto@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/8363811906553765> ID Lattes: 8363811906553765

EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: (R)EXISTÊNCIA E EXCLUSÃO

Iara Fontes do Nascimento

Graduada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) Pós graduada em Libras pela Faculdade Futura, Graduanda em Letras Libras na Universidade Federal de Sergipe (UFS) Tradutora/Intérprete de Libras, atuante na Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: iara232429@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/2944574713940896> ID Lattes: 2944574713940896

Ilvanir da Hora Santos

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (UFS), Especialista em Libras (Faculdade São Luís de França), Pedagoga (Pio X), Graduanda Letras – Libras (UFS), membro do grupo de pesquisa Núpita (UFS) no eixo de Educação dos Surdos.

E-mail: vanirhora@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/1150357495637091> ID Lattes: 1150357495637091

Maria São Pedro Barreto Matos

Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (NPGECIMA) UFS-SE; Formadora de Professores da Editora Moderna/SE; Psicopedagoga, Professora de educação básica do Município de Aracaju-SE. Participante do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia assistiva (NUPITA/UFS), e do Grupo de Pesquisa Formação Interdisciplinar e Meio Ambiente .

E-mail: mapedro@hotmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/3434450784119230> ID Lattes: 3434450784119230

INTRODUÇÃO

Desde o início de 2020, o mundo tem vivido um cenário de grave crise econômica e sanitária, com impactos em diversos níveis, devido a pandemia causada por um novo vírus, denominado Sars-CoV-2, popularmente conhecido como coronavírus, causador da Covid-19. O vírus decorrente de uma mutação foi identificado no final de 2019, na China, e tem sido o motivo do isolamento e distanciamento sociais em nível global. (OSÓRIO *et.al*, 2020)

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou, em declaração oficial, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus constitui-se uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional e, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia (OMS, 2020). O atual cenário rompeu com a história não só do Brasil como do mundo. A sociedade foi obrigada a isolar-se, em todas as esferas, sejam sociais, educacionais, políticas, biológicas, entre outras áreas.

Com o olhar voltado para comunidade surda, nesse momento pandêmico, é importante mencionar parte do seu contexto histórico, marcado por dificuldades e lutas por direitos, permeia a educação dos surdos até os dias atuais. Diante desse cenário,

apresentamos uma revisão bibliográfica acerca dos avanços e dificuldades enfrentadas para a efetivação da educação de pessoas surdas durante a pandemia do Covid-19, os quais acentuam a exclusão e a necessidade da (r)existência em favor de uma educação para todos, bem como do diálogo com os possíveis movimentos, objetivando a quebra de paradigmas, para se alcançar uma educação inclusiva e capaz de promover a linguagem necessária à comunicação entre ouvintes e surdos.

Nesse contexto, é necessário ressaltar o temido contágio pelo novo coronavírus, que ficará marcado em nossa história, não só pelo grande número de vítimas que conseguiu dizimar, mas também pelas graves consequências nos âmbitos da convivência humana, como as instituições de ensino, as quais sofrem devido ao grande atraso no uso das mídias digitais, causando uma reviravolta na Educação. Os partícipes dessa área tiveram que se reinventar para se adaptar ao “novo normal” imposto pela pandemia. Com isso, a história da Educação de surdos no Brasil ganhou mais uma página em suas lutas diárias. (SIMÕES, 2020).

Na história educacional, os surdos sempre foram excluídos por causa da sua evidente diferença. Até a chegada da Lei que assegura seus direitos, muitos deles foram negados, tanto os relacionados à inclusão nas escolas, como tantos outros de vários contextos sociais. À medida que a marcha rumo à inclusão, mesmo que a passos lentos, é trilhada por professores e pesquisadores da área, nasce um modo diferente de pensar e agir por parte da maioria dos educadores, bem como novas propostas e estudos com relação ao público, centro dessa discussão.

É fato que a educação dos surdos tem sido um desafio ao longo de toda sua história. Em períodos remotos eles eram vistos como

incapazes de aprender acerca de qualquer área de conhecimento; até mesmo de serem educados e terem um comportamento bem aceito pela sociedade. A exclusão sofrida por essa comunidade até os dias atuais, apesar dos grandes avanços e conquistas alcançadas, comprova que ainda há uma longa estrada pela frente até ser alcançada uma educação de qualidade.

É importante ressaltar que, com a aprovação da Lei 10.436/2002, a comunidade surda ganhou mais visibilidade na sociedade, pois devido a ela, a língua brasileira de sinais (Libras) tornou-se reconhecida e acessível. Ocorreram outras conquistas com a Lei 11.796/2008, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, impulsionando, em especial, a educação dessa parte da população. Essa lei também instituiu o Dia Nacional dos Surdos no Brasil, entre outras ações que deram visibilidade ao surdo, a sua língua e contribuíram para equidade no processo de ensino-aprendizagem. A história educacional dos surdos ganha uma nova página.

No atual momento, faz-se necessário um distanciamento social, e por isso as aulas passaram a acontecer de forma remota, consequentemente, a tecnologia entrou em cena como aliada fundamental para continuidade do ano letivo e aprendizado dos alunos em escolas e universidades. Nessa nova realidade de pandemia e ensino remoto, voltamos nossa preocupação para o alunado surdo, ressaltando que é necessário o desenvolvimento da Libras como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para alunos surdos. Será que esse tipo de ensino tem sido satisfatório e suficiente para o aprendizado desses alunos por meio de aulas remotas? Ou tem trazido à tona o passado de exclusão?

Em uma sociedade desigual, que cidadãos ainda precisam lutar para terem seus direitos respeitados, e em que a desigualdade de

classes dá oportunidades a alguns e a outros nenhuma, questionamos se as ferramentas tecnológicas, tão necessárias neste momento, têm sido acessíveis a todos? O ensino 100% remoto inclui ou exclui os alunos com surdez? Uma vez que ele necessita de apoio para ter acesso às informações. Quais os desafios que os agentes desse processo têm vivenciado? O que se tem feito para amenizar os impactos negativos com relação ao ensino-aprendizagem nesse momento de pandemia?

O tema em questão, sobre aulas remotas, é algo novo, apesar de algumas propostas de estratégias de ensino virtual já fossem discutidas e que em decorrência da pandemia foram antecipadas, é uma temática que está sendo bastante discutida por todos sem exceção. Com base nas análises bibliográficas das publicações sobre o tema, e baseados ainda em nossa própria experiência como atuantes no contexto educacional, pretendemos, portanto, discutir alguns pontos importantes. Com o objetivo de colaborar para a reflexão do que se tem feito a respeito dos direitos da comunidade surda, especialmente no que concerne ao seu direito de aprender.

1 EDUCAÇÃO DE SURDOS E PANDEMIA, COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

A educação dos surdos, no Brasil, vem sendo desenvolvida há mais de uma década desde o reconhecimento da Libras como língua em 2002, pela Lei 10.436/02, que afirma: “Art. 1º: é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” A partir desta Lei, os surdos passaram a ter o reconhecimento como pessoas que têm uma língua própria para se comunicar e desenvolver sua cultura: a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS.

Em 2005, o decreto 5.626 regulamentou a Lei 10.436/02 que, em seu art. 2º segundo esclarece que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Este decreto especifica o grau de perda auditiva da pessoa surda, assim como apresenta a forma estrutural da Libras que se estabelece por meio da experiência visual. O capítulo II apresenta a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória para os cursos de licenciaturas e fonoaudiologia. O capítulo V apresenta como deve ser a formação do tradutor e intérprete de libras - língua portuguesa.

Em 2008, ocorreu o movimento mundial pela educação inclusiva: a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, o qual apresentou o direito da pessoa com deficiência ter acesso à escola regular, na busca de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Segundo o MEC/SECADI:

Para o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola (BRASIL, 2008. p. 15)

Diante das lutas pelo reconhecimento da pessoa surda, a inclusão foi ganhando forças e buscando a efetivação de seus direitos, buscando a valorização da educação do surdo em nosso país. Depois, foi realizada mais uma conquista: a do tradutor/ intérprete de Libras, com a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

Com lutas e conquistas, a educação do surdo vem, aos poucos, ganhando seu espaço. Sabe-se que esta inclusão ainda está sendo conquistada e, gradativamente, ganhando espaço e sendo articulada no ambiente escolar, para que alunos obtenham melhores resultados. O compromisso de incluir a pessoa surda é de todos; trata-se de uma ação que envolve todos que fazem parte da comunidade escolar, bem como da sociedade em geral, incluir para a vida.

O movimento educacional tem, de fato, inserido os alunos surdos no contexto de sala de aula, porém na prática, a garantia da permanência não lhe é assegurado como está prescrito na Lei de acessibilidade. A presença do intérprete de libras é direito do aluno surdo, infelizmente, muitos ficam sem esse direito por falta de uma organização administrativa. Se o aluno já está inserido na educação com a necessidade do intérprete, qual a intenção de não executar esse direito.

1.1 AS AULAS REMOTAS NO MOMENTO ATUAL

A partir da necessidade de mudança de modalidade de ensino, por conta da pandemia citada na introdução deste artigo, foram adotadas como proposta as aulas de forma remota. Segundo Vercelli, (2020, p. 50) “As aulas remotas ocorrem de forma sincrôni-

ca, portanto com a presença do professor em tempo real, sendo que as dúvidas podem ser sanadas no momento em que surgem, por vídeo ou por chat”. Essa modalidade de ensino foi a forma encontrada para que alunos da rede regular de ensino continuassem seus processos de aprendizagem, assim como afirma Vercelli (2020, p. 49) “adotaram-se aulas remotas para que as atividades não fossem paralisadas e os estudantes prejudicados em seu processo de aprendizagem”, como também para as famílias perceberem que a educação é um complemento de casa para escola.

Nesse contexto, os professores reinventaram-se, e como parte desse grupo, estamos incluídos nessa necessidade de reinvenção. Sabe-se que nem todos os alunos têm conhecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e não têm recursos financeiros para se manter de forma virtual, são elas que proporcionam ensino-aprendizagem à distância.

Com essa nova forma de ensino nos ambientes virtuais de aprendizagem, os alunos têm a possibilidade de trocar informações e experiências com os professores, realizando possíveis trabalhos em grupos, debates, fóruns, criação de e-mail, o chat, a agenda de grupo online, comunidades virtuais, webcam, entre outros, que possam trazer um relacionamento entre as pessoas.

Buscamos assim novas possibilidades de ensino-aprendizagem agora virtualmente, usamos novas estratégias que possam auxiliar no desenvolvimento e continuação do trabalho docente de forma remota, embasados em autores e em pesquisas que possam nos ajudar nesse processo. Segundo Imbernón:

A meu ver as modalidades e estratégias de formação para aumentar a qualidade da formação é, portanto, sua efetivi-

dade deve organizar-se, antes de tudo, tendo como base o trabalho em grupo entre o professorado, centrar-se em um trabalho colaborativo para a solução de situações problemáticas que surgem da prática laboral. (IMBERNÓN, 2016, p. 162)

Diante desse pensamento de Imbernón, observamos a necessidade do trabalho em grupo para conseguirmos enfrentar os desafios entrelaçados, neste momento da pandemia, com as dificuldades na vivência familiar: falta de internet, problemas financeiros, saúde, entre outros, que interferem na continuação dos estudos em casa. Observamos que uma das maiores dificuldades seria com a família, principalmente, quando se refere aos alunos surdos, que na maioria dos casos, é a mãe desempenha um apoio maior.

Ratificando o exposto, com a concepção de Quadros (2017, p. 21): “É um trabalho que exige empenho por parte das famílias, pois, com a língua usada nos demais espaços sociais...” Nesse sentido, podemos observar que os estudos voltados para a pessoa surda sempre destacam o apoio familiar, que é de suma importância, principalmente no momento que estamos no isolamento social, afastados do ambiente escolar, resolvendo praticamente tudo pela internet, na busca da continuação dos estudos.

No entanto, acerca desse ponto, temos o fato relevante: a maioria de surdos ser filhos de pais ouvintes. Nesse contexto, o apoio familiar torna-se ainda mais difícil, considerando que pais e filhos muitas vezes não usam a mesma língua. De acordo com Fernandes e Moreira:

O fato real é que as famílias dos surdos constituem contextos monolíngues em língua portuguesa pelo fato de que as crianças surdas, em mais de 95% dos casos, são nascidas e

criadas em meios ouvintes. Na infância, não se apropriam de referências culturais da comunidade surda e não têm interlocutores fluentes em Libras para garantir seu direito à língua materna, até os três anos (FERNANDES; MOREIRA, 2014, p. 58)

Outro ponto relevante nesse contexto de ensino remoto são as Tecnologias da Informação e Comunicação TICs, elas abriram novos horizontes para a comunidade surda, especialmente pelo fato de serem visuais que, segundo Stump (2010, p. 2), “o uso do computador e da Internet inaugurou uma nova dimensão às suas possibilidades de comunicação, pois são tecnologias acessíveis visualmente”. Para ela, o impacto transformador dessas tecnologias na vida dos surdos foi ainda mais significativo do que para a comunidade ouvinte.

Entretanto, a autora salienta algumas barreiras encontradas por eles para o devido aproveitamento dessas TICs. A primeira citada é a falta de acesso a elas, superficialmente superada pelo rápido barateamento, característica própria dessas tecnologias. Atualmente telefone celular, computadores e tablets estão nas mãos da maioria dos surdos urbanos e alfabetizados. Porém, não podemos esquecer que no Brasil existe uma numerosa população longe dos centros urbanos, com baixíssima renda e totalmente analfabeta, sem condições de ter acesso a essas tecnologias.

Outra barreira, ainda de acordo com a autora, é que apesar de as TICs serem visuais, em sua maioria, demandam sujeitos alfabetizados. Porém, grande parte da população surda no Brasil, como em outros países, é composta de analfabetos funcionais na escrita da língua oral predominante. Contudo, Stumpf (2010) afirma que o fator crucial para o desenvolvimento de uma inserção social e

consequentemente tecnológica, é a necessidade da aquisição de uma língua de sinais que, nas palavras dela:

Anterior a estas demandas, existe uma que, no caso dos surdos, é crucial para dar início a qualquer processo de inserção social e cultural, esta é a aquisição de uma consistente língua de sinais, primeiro passo para a constituição do sujeito como indivíduo com uma identidade própria e participante de um contexto cultural (STUMPF, 2010, p. 2,3)

Esses são desafios que devem ser superados para tornar acessível à população surda as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs. No entanto, infelizmente, nesse momento pandêmico, esses desafios têm se agravado.

Quando falamos em educação dos surdos, sabemos que sua história é de muita luta e enfrentamentos para ter seus direitos validados e, nos dias atuais, com a proposta de inclusão, o surdo está inserido diretamente na sociedade, embora ainda haja um imenso trabalho pela frente (SIMÕES, 2020). É inegável que a educação dos surdos ainda enfrenta uma problemática, a qual se agravou com a pandemia do novo coronavírus, que fez as instituições fecharem suas portas e a única alternativa em caráter emergencial foi o ensino remoto, mas muitas escolas não se encontravam preparadas, nem os professores, tampouco os alunos.

As aulas on-line já são complicadas para os ouvintes, para os surdos torna-se pior essa estratégia de ensino, visto que ela exige preparo e habilidade para lidar com as ferramentas que a tecnologia oferece. Para o surdo não é somente ter acesso a internet, mas ter condições de traduzir o conteúdo do português para Libras; e para que isso aconteça é necessária a presença do tradutor/intérprete de Libras.

Esse profissional colabora com a inclusão do aluno surdo e é de fundamental importância para que a informação chegue a ele. Segundo Cruz:

A profissão de intérprete surge a partir do momento em que dois grupos com línguas diferentes não se compreendem, necessitando então de alguém que faça parte dos dois mundos linguísticos para fazer a mediação, a tradução e interpretação para ambas as partes. (CRUZ, 2016. p. 12)

A presença dele nas aulas remotas, da mesma forma que nas presenciais, assegura o direito de aprendizagem do aluno surdo. No entanto, é necessário um trabalho em conjunto, com o professor regular e o intérprete.

2 O INTÉRPRETE PARA O ALUNO SURDO DURANTE O ENSINO A DISTÂNCIA É (IN)EXISTENTE?

A Educação em tempo pandêmico nos possibilitou experienciar situação atípica daquilo que estamos acostumados a viver. Ações como afastamento social e/ou isolamento social foram comuns no enfrentamento da pandemia. Em consequência disso, as escolas foram fechadas através dos decretos estaduais e municipais. Apesar disso, as aulas continuaram acontecendo com um formato de ensino on-line (síncrona e assíncrona), completamente diferente do habitual. Os professores precisaram se reinventar e flexibilizar as práticas pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem com os alunos. Assim,

“A flexibilização do percurso de ensino começou a ocorrer on-line, de forma assíncrona, e toda a comunidade escolar (profissionais de educação, alunos e famílias) está tendo que adequar suas práticas educativas, de alguma forma e com certa rapidez” (ABREU, 2020, p. 156).

Neste sentido, as aulas ocorrem em casa, o professor necessita utilizar recursos midiáticos para potencializar suas aulas, por intermédio de gravações das aulas, posteriormente, enviá-las em uma plataforma on-line. Nessa, os alunos interagem com professores e com outros alunos acessando os materiais disponibilizados em plataformas, como também em movimentos de entregas presenciais nas escolas, para que seja efetivada a inclusão dos alunos nas escolas.

A inclusão não deve ser vista como algo imposto, mas sim, como uma premissa de que o indivíduo surdo faz parte dos contextos sociais. Todo indivíduo é um cidadão, possui direitos e deveres iguais, o que implica dizer que esse deve ser matriculado na escola. Todavia, a capacitação de profissionais para atender o aluno surdo é algo necessário e indispensável. Mantoan (2015, p. 27-28) ressalta que a inclusão “é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática”

Na formação dos professores e/ou intérpretes de Libras, a língua de sinais é a chave para proporcionar condições didático-pedagógico no processo de ensino-aprendizagem para o aluno surdo, visto que a inclusão escolar é uma realidade legítima para o desenvolvimento de uma educação bilíngue.

Destarte, a pessoa surda depende da Libras como instrumento identitário da propagação linguística no processo de pertencimento social, cultural e político. Além disso, o intérprete de Libras possibilita o religamento de fios condutores de expressão e comunicação entre o surdo e o ouvinte.

Com base nisso, podemos observar que o aluno surdo, apesar de pertencer a realidade da educação de inclusão, encontra-se

prejudicado no contexto de aprendizagem. Diante disso, um dos indicadores pode estar relacionado a falta de organização de trabalho coletivo e pedagógico, é a ausência de rigor metodológico para potencializar as práticas educacionais dos docentes, deixando-os aptos ao desconhecido. Então, como interagir com esse grupo de alunos? Como interpretá-los? Como fazer-se entender? Para a prática inclusiva é necessário que os profissionais da educação participem, efetivamente, no processo de construção e emancipação do cidadão surdo.

Desta forma, é assegurado à pessoa surda o direito de o uso da Libras, como também a mediação do profissional intérprete de Libras, durante as aulas, nas escolas - profissão regulamentada pela lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, (BRASIL, 2010), que, especialmente nesse momento de pandemia, continua tendo papel fundamental na educação dos surdos. Ele é, muitas vezes, a porta para a interação com esse público e a ferramenta mais utilizada na mediação entre a escola e os alunos surdos, interpretando-os e contribuindo para a sua livre expressão e desenvolvimento. Entretanto, em tempos de distanciamento social, tem sido um desafio para o profissional intérprete de Libras manter a qualidade de seu trabalho via internet, através de plataformas ou gravações de vídeo. Para isso, muitos precisaram se adaptar tecnologicamente.

Para Lacerda (2006), a relação entre o intérprete e o aluno surdo, em sala de aula, possibilita um dinamismo linguístico, cultural, social e estreitamento entre ambos. No ambiente de ensino, o intérprete de Libras fica na incumbência de interpretar o conteúdo ministrado pelo professor na modalidade de ensino à distância, mas também, está comprometido com o aprendizado do aluno. Assim sendo, o ato de interpretar e a forma de aprender do aluno surdo estão intrinsecamente imbricados no contexto educacio-

nal. Nessa relação de interpretar e educar, Lacerda (2006), explicita a importância do profissional intérprete educacional,

Alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissoluvelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno (Ibid., p. 174).

Contudo, é sabido que o trabalho do intérprete de Libras não se restringe em apenas interpretar, mas também está correlacionado com a subjetividade do aluno surdo. Dito isso, podemos analisar que o intérprete de Libras possibilita impactar positivamente e/ou negativamente o discente surdo no processo direto da aprendizagem (SANTOS, 2017). Isto pode acontecer porque tem intérpretes preocupados com o aprendizado dos alunos surdos para além do momento de sinalizar, que participa ativamente no processo de construção do conhecimento.

Essas ações são importantes dada a necessidade do intérprete pela escola, para que se assegure a mediação do diálogo entre o professor e o aluno, bem como a tradução da aula, quando esta ocorrer de forma síncrona.

Notavelmente, a dificuldade de um intérprete em sala presencial ainda é de grande relevância; conseqüentemente a educação remota acentua essa deficiência do sistema em operacionalizar este recurso humano para a aprendizagem do aluno com surdez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, apresentamos uma pesquisa que teve como objetivo entender como está sendo o ensino remoto para a Educação dos surdos, com a presença do intérprete de Libras, considerando o novo contexto educacional o qual estamos vivendo em decorrência da pandemia do coronavírus. Como o vírus é altamente contagioso, fomos obrigados a cumprir o isolamento social e, com isso, diversos setores precisaram ser fechados, inclusive as escolas que, para tentar dar continuidade ao ensino e a aprendizagem, adotou o ensino remoto com aulas online.

As tecnologias na educação apresentam inúmeras potencialidades, assim como também trazem seus desafios. Se essas forem aplicadas de forma adequada e de acesso para todos, acredita-se que os benefícios obtidos, no processo de aprendizagem, se apresentarão de forma significativa e evidente.

Para, foram necessárias adaptações, aceitações, investimentos principalmente com as ferramentas tecnológicas que foram e são recursos aliadas nesse novo cenário. Considerando o fato de que o surdo necessita da presença do intérprete de Libras como mediador das línguas, as escolas precisaram atender a esse requisito que é direito do aluno surdo.

Notadamente, é preciso investir na capacitação do professor regular, bem como, na presença do intérprete em sala de aula, para que garanta o diálogo entre o professor e o aluno com surdez. Além disso, é fundamental a atuação conjunta de todos os agentes envolvidos nesse processo, se quisermos vislumbrar um ensino de qualidade para os surdos.

O contexto pandêmico também deixou explícito as fragilidades da educação, principalmente para alunos que necessitam de atendimento especializado, aqui em questão, o aluno surdo. Com a pandemia, as problemáticas já existentes agravaram-se ante a uma forma excludente de calar aqueles que precisam falar com uma língua que poucos têm acesso por diversos motivos, e calar quem precisa aprender uma língua própria para poder, através de gestos e sinais, explicar tudo o que pensam e sentem. Todavia, essa era a maneira como os alunos surdos, na maioria das vezes, eram ensinados.

Portanto, a incompletude deste estudo aponta para a importância de se prosseguir com estudos dessa natureza e fortalecer a necessidade de replanejamento das práticas pedagógicas que contemplem os surdos. Dessa maneira, caso continuemos fechando nossos olhos, podemos estar praticando a pandemia da exclusão na educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, B. M. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 12-25. 2020.

BRASIL. Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CRUZ, R. M. H. Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Petrópolis, n. 17, p. 1-22. fev. 2016.

_____. Decreto 5.626 de 22/12/2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS**, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FERNANDES, S; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 51-69, 2014.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>. Acesso em: 13 de abril. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer, São Paulo: Summus, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANAS DE SAÚDE-OPAS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Brasília. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=610:workshop-de-consolidacao-da-web-2-0-no-brasil&Itemid=875

OSÓRIO, N. B. METÓDIO, F. S. SILVA NETO, L. S. S. PAULO, M. H. O impacto da educação física na saúde de idosos em isolamento social em tempos de Pandemia: Relato de experiência. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 2, p. a4pt. 1 abr. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/9514>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

SANTOS, R. F. F. O direito do discente surdo: reflexões acerca da influência do intérprete de Libras na sua aprendizagem. **Anais- [IV CINTEDI IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E V JORNADA CHILENA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos.]** Campina Grande, UFPE, 2017. p.1-11.

SIMÕES, R. C. S. **EDUCAÇÃO NA PANDEMIA**: a realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1192>. Acessado em: 12 de abril de 2021

STUMPF, M. R. **Educação de Surdos e Novas Tecnologias**. Florianópolis, 2010.

FAÇA UMA LISTA DOS AMIGOS

*Faça uma lista de todos os amigos
alguns deles foram-se por morte natural; outros por um vírus traiçoeiro
e pela insanidade de um verme sobrenatural.*

*Faça uma lista de alguns parentes
que foram arrebatados por esse vírus traiçoeiro com seus dentes brancos
e língua envenenada amarelou os sorrisos dos entes queridos e molhou
todos os rostos de lágrimas.*

*Faça uma lista dos seus conhecidos e de joelhos faça uma oração ao pai
peça com fé que eles saiam do coma e
retornem ao seio dos seus familiares*

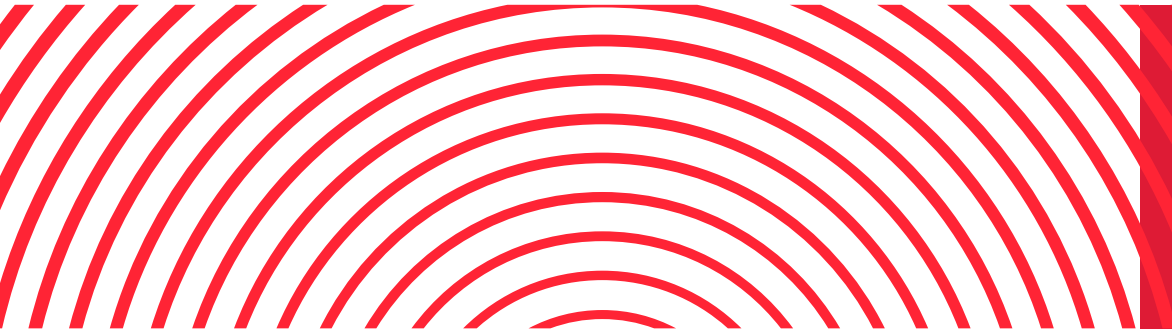
*Faça uma lista! de tudo que viu
como fiz hoje ao acordar: não vi crianças nas ruas, nem nas praças, não
vi os idosos sentados nas calçadas não vi jovens jogando no campo...vi
escolas paradas, sirenes das ambulâncias passando barulhentas
e os sinos dobrando nos altares.*

*Vi notícias nos jornais
vacinas impedidas de serem fabricadas os amazonenses morrendo com
falta de ar o mundo parado...líderes descontentes,
e até aqueles que nos faziam rir
nos deixaram.*

*Faça uma lista!
de tudo que iremos fazer amanhã
quando o dia amanhecer.
voltar a abraçar, caminhar nas ruas de mãos dadas vê crianças brincan-
do nas praças, a população vacinada.
isso só o tempo vai nos responder*

*esse vírus! É igual a alguns políticos não tem nenhuma pena...e tudo só
vale apena;" quando a alma não é pequena"*

Maria José



RELATOS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZANTE EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19 E AS NOVAS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL

Edelfrancla Gomes dos Reis

Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática – UFS. Graduada em Pedagogia pela Faculdade São Luís de França - FSLF. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Jardins - FAJAR. Especialista em Educação Infantil, anos iniciais e educação inclusiva – UNIBF.
E-mail: edelfrancla1983@gmail.com

Gleiceane Souza de Jesus Amancio

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Amadeus - FAMA. Especialista em Educação Inclusiva, Pós graduada em Alfabetização e Letramento, e Pós graduada em Atendimento Escolar Especializado em Educação Especial e Inclusão - INTERVALE.
E-mail: gleiceanesja@gmail.com

Ana Manuela Lima de Santana Hora

Mestranda em Administração pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Psicologia pela Universidade Tiradentes. Pós-graduada em Recursos Humanos e em Psicopedagogia. Professora Titular do Centro Acadêmico Estácio de Sergipe. Diretora Pedagógica dos Colégios Dinâmico e Michelangelo.
E-mail: anamanuelalima@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a crise estabelecida por meio da pandemia da *Covid-19* afetou diretamente diversos setores e segmentos de larga escala, a saber: aviação, turismo, bares e restaurantes, shoppings, varejo, construção civil, veículos e indústrias. Além do setor econômico, a educação foi um dos segmentos que mais sofreu com o impacto da doença, haja visto que a partir da medida provisória estabelecida pelo governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, as escolas das redes pública e privada ficaram dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de cumprir os 200 dias de ano letivo e a carga mínima de 800 horas para a educação infantil e para o ensino fundamental e médio, a carga horária igual (800h), mas sem a necessidade de cumprir o mínimo de 200 dias¹.

Tal medida² prevê o enfrentamento da atual situação de emergência de saúde pública estabelecida pelo novo coronavírus. Pautando-se na atual medida, as instituições de ensino têm utilizado diferentes estratégias de ensino a fim de manter o isolamento social e dar continuidade as suas atividades laborativas e pedagógicas.

1 Segundo o texto base da medida provisória nº 934/20 que aborda sobre as normas excepcionais sobre a duração do ano letivo.

2 Projeto de lei de conversão (nome que recebe a medida provisória alterada por lei)

Diante dessa situação atípica, gestores públicos começaram a suspender as aulas em alguns municípios e estados brasileiros a partir do dia 11 de março de 2020, objetivando a minimização do avanço dos casos de contaminação. Fato que tem gerado dúvidas e angústia tanto para os alunos quanto para os professores em função da falta de infraestrutura de acesso à internet e recurso tecnológicos como computadores, celulares, tablets, etc.

Desta forma, o escopo desta pesquisa tem por objetivo analisar os relatos dos docentes da educação básica e profissionalizante em meio a pandemia da Covid-19 e as novas possibilidades educacionais no Brasil.

Alinhado a isso, a pesquisa possibilitou categorizar as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente, verificar as soluções encontradas pelas escolas para continuar ministrando as aulas e esboçar como os docentes avaliam as suas aulas.

A relevância do tema se dá por tratar de relatos oriundos de docentes que têm enfrentado o desafio de trabalhar durante o isolamento social por conta da pandemia.

A inquietação sobre o assunto deu-se em função da suspensão das aulas em março de 2020 devido à alta taxa de disseminação do vírus, fazendo com que escolas e corpo docente se reinventem para continuar o processo de ensino e aprendizagem.

A metodologia aplicada é de natureza quanti-qualitativa, na qual foi aplicado um questionário direcionado a professores da educação básica e instrutores de formação profissional de todos os estados para a obtenção de coleta de dados.

O questionário contou com um total de quinze perguntas, sendo doze questões fechadas e três questões abertas. Os participantes que contribuíram na pesquisa somam um total de noventa e sete profissionais, entre eles, professores e instrutores.

Tópicos como: entendendo a pandemia da Covid-19, relatos de docentes da educação básica e profissionalizante em meio a pandemia da Covid-19 e as novas possibilidades educacionais são elencados a fim de refletir as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente e como vem superando-as nesse novo cenário pandêmico.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa indicaram a necessidade de formação continuada dos professores, visando a melhoria da qualidade das aulas remotas por eles produzidas e alinhadas ao uso de metodologias ativas que torne o aprendiz mais participativo e engajado.

Nessa direção, foi crescendo o interesse em buscar compreender o gatilho inicial da pandemia, entender o que pensam os docentes da educação básica e profissionalizante sobre a atual conjuntura e as novas possibilidades educacionais são elencados a fim de refletir as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente e como vem superando-as nesse novo cenário.

2 ENTENDENDO A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos

pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório - método de respiração que utiliza um gerador mecânico para aumentar ou satisfazer inteiramente ou a maior parte das necessidades do fluxo aéreo do doente³).

O agente da Covid-2019 foi descoberto em 31/12/19, quando a OMS foi comunicada a respeito de vários casos de pneumonia, sem causa definida, ocorrendo na cidade de Wuhan (sétima maior cidade da República Popular China), capital da província de Hubei. No dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades identificaram o agente causador da doença. Logo em seguida, a Covid-19 espalhou-se por vários locais do planeta, levando a OMS a classificar a doença como uma pandemia (é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo indica que a enfermidade espalhou-se por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa⁴).

Para conter o avanço da doença pelo mundo, várias cidades suspenderam eventos e aulas, além de fecharem suas fronteiras. A quarentena foi adotada em locais da China e Itália a fim de evitar que o número de casos aumentassem ainda mais. No Brasil, até 17 de março de 2020, apenas medidas de distanciamento social tinham sido adotadas para prevenir que a doença avançasse pelo território, mas logo em seguida também foi estabelecido a quarentena.

3 <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

4 <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/o-que-e-pandemia-definicao-historico-e-gravidade/>

Dentro desse contexto, precisamos entender a diferença entre Quarentena, Isolamento e Distanciamento Social: Quarentena que diz respeito à reclusão de indivíduos sadios do convívio com outras pessoas quando possam ter sido expostas a agentes causadores de uma determinada doença. A quarentena humana geralmente é aplicada em casos **de surtos epidêmicos** e visa garantir a **proteção da sociedade** como um todo. Assim sendo, trata-se de uma medida de **saúde pública**⁵.

O **isolamento social** é o ato de separar um indivíduo ou um grupo do convívio com o restante da sociedade. Esse isolamento pode ser voluntário ou não. Quando há uma **força maior**, seja imposta pelo governo, seja por uma situação de guerra ou pandemia, ou até mesmo um toque de recolher provocado pela violência urbana, o **isolamento é forçado**. Quando o próprio indivíduo ou grupo se isola voluntariamente, por questões de saúde mental, por questões pessoais ou por questões religiosas, há um **isolamento social voluntário**⁶.

Distanciamento social é um termo muito utilizado nos dias atuais, uma vez que se trata de medidas adotadas na mais recente pandemia da história: a pandemia da Covid-19. A adoção de medidas de distanciamento social, como o nome sugere, garante o afastamento das pessoas e a redução da transmissão de uma determinada doença. Apesar de causar impactos negativos em todos os setores da economia de uma região, o distanciamento é essencial para evitar que os números de casos aumentem de maneira descontrolada⁷.

5 <https://mundoeducacao.uol.com.br/doencas/covid-19.htm>

6 <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm>

7 <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/distanciamento-social.htm>

2.1 A COVID-19 E O BRASIL

A propagação da Covid-19, no Brasil, deu-se conforme a seguinte ordem cronológica:

- 26/02/2020: o primeiro caso: após já ter se espalhado por cerca de 40 países, matando mais 2.700 pessoas e infectando mais de 80 mil, o primeiro caso é confirmado. Trata-se de um homem de 61 anos que viajou à Itália a trabalho.
- 17/03/2020: A primeira vítima de covid-19 no país é um homem de 62 anos, morador de São Paulo e que sofria de diabetes e hipertensão. No mesmo dia, um hospital em Niterói, no Rio de Janeiro, anuncia a morte de um idoso de 69 anos com sintomas de coronavírus.
- 21/03/2020: confirmada o registro da doença em Roraima, o último estado que ainda não registrava, reporta dois infectados. Com isso, todos os estados brasileiros e o Distrito Federal já têm casos de covid-19 confirmados.
- 22/05/2020: o Brasil torna-se o segundo país com mais casos de covid-19 no mundo, chegando a 330.890 pessoas infectadas, tornando-se o segundo país com mais casos em todo o mundo. A soma supera a da Rússia e fica atrás apenas dos EUA. Diversas instituições de saúde em todo o país alertam que os números da pandemia no Brasil devem ser muito maiores em razão da baixa quantidade de testes feitos na população e da subnotificação de casos e mortes.
- 04/06/2020: Brasil ultrapassa Itália e é o terceiro país com mais mortes por covid-19. Exatos cem dias após o primeiro caso re-

gistrados. O país contabiliza 34.021 mortes e fica atrás apenas dos EUA (108.211) e do Reino Unido (39.987).

No dia 19.06: o Brasil supera a marca de 1 milhão de casos confirmados. Menos de quatro meses após a confirmação do primeiro caso, o país soma 1.032.913 ocorrências da doença e é o segundo do mundo com mais casos e mortes, atrás apenas dos EUA.

No dia 22.06: o Brasil é o primeiro país fora do Reino Unido a iniciar testes de uma vacina desenvolvida pela universidade britânica. O projeto financiado pela Fundação Lemann contará com 2 mil voluntários em São Paulo e outros mil no Rio. A vacina está atualmente na fase 3 de testes. Um dos motivos que levaram à escolha do Brasil foi o fato de a epidemia estar em ascensão no país⁸.

O Ministério da Saúde criou um site específico para trazer relatos diários sobre o novo vírus, <https://covid.saude.gov.br/>.

2.2 A COVID-19 EM SERGIPE

No estado de Sergipe, a propagação da Covid-19, tem aumentado demasiadamente, como mostra a cronologia dos fatos:

- 04/03/2020: foi registrado o primeiro caso do novo coronavírus no Estado é confirmado em Aracaju. O paciente é uma mulher de 36 anos com histórico de viagem à Europa, Espanha, entre os dias 16 e 23 de fevereiro.

⁸ <https://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-covid-19-no-brasil/g-52930927>

- 02/04/2020: Sergipe registrou a primeira morte pelo COVID-19 em Aracaju. Tratava-se de uma mulher de 61 anos, tinha diabetes e hipertensão. Ele não tinha histórico de viagem.
- 13/07/2020: Sergipe tem 38.221 pessoas que já testaram positivo para a COVID-19 e 1.012 morreram, depois de pouco mais três meses que foi registrada a primeira morte. O Laboratório de Economia Aplicada e Desenvolvimento Regional (Leader) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) publicou uma nova projeção da evolução da contaminação por covid-19 em Sergipe, estimando a estabilização da epidemia no estado a partir do final do mês de agosto⁹.

Com base nos boletins epidemiológicos da Secretaria de Estado da Saúde, no período de 1º de maio a 10 de julho deste ano, os pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe (UFS) projetam um crescimento equilibrado do número de casos do novo coronavírus entre os dias 27 de agosto e 8 de outubro, iniciando-se, assim, a estabilização da epidemia no Estado.

A projeção, por outro lado, indica a aceleração de infecções até o dia 26 agosto de 2020, ocorrendo o pico de casos. “Fica evidente que estamos aproximadamente no pico da pandemia e que sua finalização ocorrerá a partir do início de outubro”¹⁰.

Diante dessa estimativa, temos uma perspectiva positiva para um possível fim da Pandemia, mesmo com ruas desertas, hospitais

9 <http://www.faxaju.com.br/index.php/2020/07/13/crescimento-de-casos-da-covid-19-em-sergipe-sera-equilibrado-a-partir-do-final-de-agosto/>

10 <http://www.faxaju.com.br/index.php/2020/07/13/crescimento-de-casos-da-covid-19-em-sergipe-sera-equilibrado-a-partir-do-final-de-agosto/>

cheios e necrotérios lutando para lidar com o número de corpos, não é de surpreender o medo do desconhecido, o sofrimento com toda essa situação. Entretanto, há pessoas com expectativas de um futuro bom e seguro, nos encorajando a continuar lutando, vencendo desafios diários e aprendendo dentro das nossas casas, com nossos filhos, companheiros, companheiras, amigos e familiares de uma forma geral.

Todo esse momento atual tem unido as pessoas em tempos incertos e desafiadores, gerando esperança, em meio a crise. Nesse viés, os profissionais tiveram que se reinventar. A pandemia acelerou a mudança na vida de todos e das empresas, fazendo com que a palavra *adaptação* fizesse ainda mais sentido, frente ao caos instaurado.

3 RELATOS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONALIZANTE EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19

Com o isolamento social inesperado e a necessidade de reestruturar o planejamento pedagógico, professores e instrutores seguem reinventando-se e buscando, diariamente, novas formas e possibilidades de trabalho. Novos desafios surgem e estão sendo enfrentados cotidianamente e para que os alunos não fossem prejudicados pela pandemia do novo coronavírus, os condutores da construção do saber buscam adaptar-se em plataformas digitais, criando aulas virtuais.

Embora a sociedade esteja vivenciando um momento difícil com muitas perdas correlatas pelo Covid-19, no âmbito educacional, surge a oportunidade de refletir e enxergar a profissão de outra forma.

3.1 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresenta os resultados provenientes da pesquisa quanti-qualitativa. Serão apresentados os resultados da parte qualitativa comumente com a quantitativa, seguindo a ordem do roteiro das perguntas direcionadas aos entrevistados.

Primeiro, foi feita a leitura sobre o texto base da medida provisória nº 934/20 que aborda sobre as normas excepcionais sobre a duração do ano letivo, face às questões da pandemia do novo coronavírus. Posteriormente, um questionário com quinze perguntas foram elaboradas, sendo 12 (doze) questões fechadas e 3 (três) questões abertas.

O questionário foi encaminhado via redes sociais e e-mails a fim de ser respondido por profissionais da área da educação. Cerca de 97 (noventa e sete) profissionais colaboraram na pesquisa, entre eles, professores e instrutores de instituições pública e privada.

A análise dos resultados da pesquisa foi feita utilizando o método de análise de dados. Sendo assim, esta pesquisa propôs-se a identificar as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente, esboçar como os docentes avaliam as suas aulas e quais soluções foram encontradas pelas escolas durante a pandemia.

3.2 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, será apresentado os resultados da análise quanti-qualitativa referente ao questionário usado na pesquisa. Para melhor explicitar cada um dos resultados, um questionário com o total de quinze sentenças, foi respondido em uma escala ordi-

nal. A partir dessas respostas, foi possível evidenciar as angústias sofridas por professores e instrutores.

A primeira pergunta respondida pelos contribuintes foi sobre como eles definiam seu sexo: 92,8% identificaram-se do sexo feminino e 7,2% do sexo masculino. Observa-se com isso, que mediante amostra dessa pesquisa, no ensino básico e profissionalizante ainda existe a predominância de Mulheres.

A segunda pergunta tratou da região que cada respondente reside: 74,7% reside no nordeste, 9,5% no sul, 9,5% no sudeste, 5,3% no centro-oeste e 1,1% no norte. Dados mostram que a região nordeste apresentou-se com mais professores e instrutores participativos na pesquisa que as demais regiões.

A terceira pergunta abordou sobre a atuação profissional de cada indivíduo: 48,5% informou ser professor do ensino fundamental, 22,7% professor da educação infantil, 21,6 professor da educação profissionalizante e 7,2 professor do ensino médio.

A quarta questão tratou de qual rede de ensino o profissional atua: 45,4% informou atuar na rede particular, 37,1% da rede municipal e 17,5% da rede estadual.

A quinta questão versou sobre se as aulas da escola que leciona estão acontecendo: 81,3% responderam sim e 18,8% responderam não. Ressaltando que predomina a região nordeste.

A sexta questão pontuou sobre qual meio a escola utilizou para realizar as aulas: 92,7% responderam que foi utilizada a aula remota e 7,3% disseram que utilizam de outros meios que não aula presencial.

Antes da pandemia, não se falava em aulas remotas, como tanto se fala na atualidade. Por isso, a necessidade de desmistificar o conceito de ensino à distância (ou EaD) de Aulas Remotas, pois muitos educadores ainda confundem os conceitos, não sabendo a diferença entre as modalidades. Educação à distância não é aula remota.

A primeira, Educação à distância, consistem em aulas gravadas, para que o aluno estude quando e onde quiser, apoiados de tutores. As aulas são permitidas e regulamentadas apenas para alguns cursos e a metodologia desenvolvida é própria para a educação a distância, atendendo bem os alunos dessa modalidade. Educação à distância é um conjunto de tecnologias e técnicas aplicadas a um modelo de aprendizagem.

Já as Aulas Remotas, nomenclatura usada na atual conjuntura, são as que acontecem ao vivo, onde professores que não foram preparados são colocados em frente a uma câmera e precisam ministrar suas aulas como se estivessem numa sala presencial. É preciso respeitar dias, horários e os ministrantes são os mesmos das aulas presenciais. As aulas foram regulamentadas pelo Ministério da Educação em caráter emergencial, durante a Covid-19 e seguem o cronograma previsto no semestre do presencial.

A sétima pergunta aludiu sobre se a instituição que o profissional leciona ofereceu treinamento para utilizar a modalidade de ensino definida como aula remota: 61,4% responderam que não e 38,6% responderam que sim. Ponto que entona quão inseguros encontram-se os profissionais da educação por estarem lidando com uma ferramenta que não dominam.

A oitava pergunta referiu-se sobre como o professor e instrutor avalia suas aulas ministradas remotamente: 64,2% definem ser boa,

17,3% afirmam ser ótima, 14,8% consideram ruim e 3,7% julga ser péssima. As respostas dessa pergunta contradiz um pouco quando comparada com a sétima questão, pois eles alegam não ter recebido treinamento, mas consideram suas aulas boas e desperta uma curiosidade quando justificam a resposta na pergunta seguinte.

Na nona questão, foi indagado o porquê responderam: péssima, ruim, boa ou ótima. Os que classificaram sua aula como ótima, justificaram da seguinte maneira: “As aulas não deixaram a desejar comparada às aulas presenciais, pois é muito interativa com professores qualificados e menos cansativas.” “Acho ótima, porque estou me saindo bem, os alunos estão interagindo super bem”. “Estou vendo resultados. Aulas com conteúdo, com foco na aprendizagem.” “Procuro sempre, através de qualquer meio de comunicação, fazer com que os alunos atinjam seus objetivos.” “Me dediquei bastante a procurar meios de aprender a montar aulas boas e dinâmicas, mas não considero efetiva para a idade dos meus alunos.” “Mais clara e objetiva para que os alunos entendam o conteúdo.” “Utilizo também abordagens lúdicas. Estou gravando vídeo-aulas e alguns pais me enviam fotos, vídeos e áudios dos filhos assim, posso acompanhar um pouco o desenvolvimento e dificuldades dos alunos. A parceria com as famílias também tem sido uma experiência interessante e gratificante.” “É uma situação nova para todos nós, todo esforço deve ser considerado.” “Estamos dando o nosso melhor”. “São ótimas, pois me dedico a cada dia para alcançar meu objetivo profissional e o aprendizado eficaz dos discentes.”

Os que classificaram como boa, posicionaram-se da seguinte maneira: “Não tenho dificuldade em atuar em redes sociais e me capacito nas lives, youtube, webnários.” “Em virtude de ser uma nova modalidade, estou aprendendo, me adequando e construindo”

do novos conhecimentos.” “É melhor do que o aluno ficar sem fazer nenhuma atividade.” “Não acontece alteração do conteúdo.” “Os alunos tem apresentado boa adesão e participação.” “Conhecimento e Conteúdo, internet boa (...).” “Utilizando a criatividade e inovação, tento fazer com que os alunos se concentrem no conteúdo e realizem a atividade com êxito.” “Com a nova realidade que vivemos as aulas se tornaram mais lúdicas.” “Considero boa, porque posso interagir com meus alunos, porém sinto falta de alguns que não aparecem por força maior.” “Apesar de não ter tido auxílio por parte da escola, estou procurando me aperfeiçoar para as aulas e fazendo vários cursos para que eu melhore cada dia mais.” “Na medida do possível, estou dando meu melhor, fazendo de tudo para que meus alunos se sintam incluso o mínimo que seja na sua rotina diária de aula.” “Poderia ser melhor se tivéssemos recebido treinamento para uso da modalidade Ensino à Distância.” “Proponho atividades acessíveis.” “Acredito que por não conhecer muito bem os programas a gente não usa todos os recursos, mas tentamos fazer atividades diferenciadas, gravando vídeos, contando histórias online e criando atividades que as crianças pequenas tenham prazer em realizar.” “Consigo utilizar as tecnologias, porém trabalho com alfabetização, minha demanda são crianças carentes, as famílias não conseguem acompanhar e ajudar aos filhos.” “(...) há pais que não auxiliam seus filhos em casa ou até mesmo não entendem a atividade proposta por serem analfabetos ou semianalfabetos.” “Eu estou utilizando o WhatsApp para as aulas com os meus alunos, e tenho, graças a Deus, a participação de todos os pais, eles estão bem participativos.” “Eu considero boa, não perfeita.” “Tento utilizar metodologias variadas de acordo com o acesso do meu estudante!” “Através de App’s, com horários estabelecidos.” “Nossos alunos estão gostando.” “Os estudantes estão se movimentando e realizando as atividades não presenciais com índice satisfatório.” “Me sinto reaprendendo

a fazer meu trabalho.” “Apesar do meu esforço, vejo que o retorno ainda não é o mesmo que o presencial.”

Os que classificaram a aula remota ministrada como ruim, posicionaram-se da seguinte maneira: “Falta de estrutura e internet de má qualidade.” “Ruim pelo fato dos alunos não participarem efetivamente como deveriam.” “As aulas não estão tão satisfatórias, porque não atingem todos os alunos, trabalho com o AEE, então há alunos que necessitam de mais estímulos.” “Não há suporte.” “O vínculo com o aluno está sendo perdido.” “Falta apoio familiar e pedagógico, falta instruções de como poder usar as ferramentas de aprendizagem disponíveis on-line.” “Porque acho que as aulas devem ser inovadoras, visto que utilizam de ambientes digitais para ocorrerem.” “Não estou preparado para esse tipo de aula e creio que os estudantes também não.” “A maioria dos discentes não possuem acesso à internet.”

E os que informaram ser péssima as aulas remotas ministradas, alegaram: “Sinto falta do contato.” “Essas atividades são apenas para fazer de conta, não dá para dizer se estão sendo úteis, pois nas correções pode-se observar que as atividades estão sendo feitas ou induzidas pelos pais.” “O motivo é que, com o meu aparelho celular, não consigo entrar nos links.”

As justificativas utilizadas mostram a resistência dos profissionais de aceitar o novo e assumir riscos. Sair da zona de conforto e de forma imediata, trouxe não somente angústia, mas atrelado a isso, inseguranças, incertezas e medo quanto ao trabalho por eles desenvolvidos.

Aqui nos permite a seguinte reflexão do filósofo Charlot (2013, p.107 e 108):

Quando um aluno não entende as explicações, a professora tem vontade de poder entrar no seu cérebro para fazer o trabalho. Mas, não pode: por mais semelhantes que sejam os seres humanos, são também singulares e, logo, diferentes. Quem aprende é o aluno. Se não quiser, recusando-se a entrar na atividade intelectual, não aprenderá, seja qual for o método pedagógico da professora. Neste caso, quem será cobrado pelo fracasso? O próprio aluno, mas igualmente a professora. (...) Sendo assim, permanentemente, ela deve pressionar o aluno, negociar, procurar novas abordagens dos conteúdos ensinados, adaptar o nível da sua aula, sem por isso renunciar à transmissão do saber. (...) o sucesso e o fracasso escolar já não são somente assuntos pedagógicos(...).

Pensar em desenvolver um Plano de Ação é muito importante para o sucesso da instituição de ensino a qualquer tempo. Definir quais serão os objetivos para o ano e repensar o planejamento diário faz-se necessário para melhor apontar as conquistas ou fracassos oriundos do ensino e aprendizagem.

A décima pergunta indagou se o docente tem encontrado dificuldades para executar seu trabalho: 76,1% confirmaram que sim e 23,9% disseram não. Dos entrevistados que responderam sim, encontrou-se as seguintes dificuldades justificadas na décima primeira questão: “Os alunos e os pais têm dificuldade de acesso à internet e também é mais difícil para o aluno focar nos estudos.” “Manuseio dos aplicativos e plataformas, falta de material de apoio.” “Segurar atenção do aluno” “Ansiedade e incertezas.” “Dificuldade com a tecnologia.” “Porque as aulas remotas são mais desgastantes.” “A falta de interesse dos pais no acompanhamento das atividades.” “Ambiente tranquilo para às aulas e falta de recursos, além da cobrança exacerbada da direção da escola.” “Trabalho no primeiro ciclo e introduzir novos conteúdos é mui-

to complicado quando estamos distantes.” “Os vizinhos, às vezes, não colaboram com os barulhos e algumas mudanças repentinas por parte da instituição.” “Falta de estrutura para gravar as aulas.” “Pela quantidade de exigências, cobranças, sempre exigindo cada vez mais.” “Não tenho conseguido estabelecer comunicação com meus alunos por falta de recursos tecnológicos, financeiros, de tempo ou falta de interesse das famílias.” “Não estou preparada para aplicar aulas virtuais.” “Rotina da casa, falta de espaço para gravar as aulas, falta de materiais necessários para realizar uma aula de melhor qualidade, rotina com a minha filha, que não tenho com quem deixar quando estou gravando as aulas, por estarmos em quarentena e ser somente eu e ela em casa.” “Em organizar as atividades, pensar em quais podem ser realmente úteis, saber como prosseguir com um planejamento que não terá efeito frente a situação, uma vez que leciono para o 2º ano e não vejo como eles podem aproveitar essas atividades sendo feitas e/ou induzidas pelos pais.” “Como nunca dei aula utilizando esse formato de vídeo-aula, tive que buscar ajuda, pesquisar e fazer cursos on-line para melhor programar minhas aulas de maneira que ficasse compreensível para os alunos, mas agora sinto que está fluindo com mais tranquilidade. A vida nos traz oportunidades que não imaginamos, depende de nós aceitarmos os desafios e assim crescemos e ajudamos outros a crescer também.” “Não tem suporte técnico pela Secretária, temos que utilizar nossos celulares, computadores e internet pessoal, e muitas vezes não funcionam direito.” “Falta de alinhamento para o trabalho docente e o diálogo entre a escola e a família.” “Me deslocar de casa à escola para gravar vídeos.”

Dos pontos abordados como justificativa, nota-se que a culpa sempre está em alguém ou em alguma coisa. Mas quando o profissional puxará a responsabilidade para si? Será que não falta

um olhar mais holístico na tentativa de buscar por soluções e assim resolver os variados problemas?

Charlot (2013) diz que a escola e o professor vivem na encruzilhada das contradições. Parece possível superar a dificuldade analisando as contradições que o professor contemporâneo enfrenta. Elas decorrem do choque entre as práticas do professor atual e as injunções dirigidas ao futuro professor ideal.

A décima segunda questão pontuou se antes do isolamento social os professores atualizavam-se sobre assuntos pedagógicos. 94,7% responderam que sim e 5,3% disseram que não. Solicitou aos participantes que justificassem a resposta na décima segunda pergunta. Quem respondeu Sim, afirmando buscar por atualizações as explicações foram: “Para se manter atualizado.” “Sempre procuro fazer capacitação e cursos referente ao meu trabalho.” “Sempre procuro me inteirar das novidades ao meu redor, assistindo e lendo materiais da área, livros entre outros.” “Realizando leitura de artigos e periódicos.” “Sempre busco as novidades nas minhas aulas.” “Assistindo palestra e tiro dúvida com minha filha e neta.” “Sempre busquei cursos de formação continuada e leituras relacionadas ao meu trabalho.” “Cursos de formação continuada oferecidos pelo nosso sistema municipal.” “Como atuo na alfabetização estava fazendo o curso oferecido pelo Governo Federal, Tempo de Aprender.” “Estava fazendo pós graduação em TEA, cursos ofertados pela SEMED.” “Cursos profissionalizantes, palestras sobre educação, cursos do NTM, leitura de artigos sobre educação e práticas de sala de aula.” “Estou fazendo minha terceira especialização e várias cursos na área.” “Trabalhei um tempo na área de gestão da Secretaria de Estado e faz com que voltemos o olhar a parte teórica aplicada a prática.” “Estou sempre participando de congressos e assistindo palestras sobre formação de

professores.” “Sim, sempre participando de cursos e formação continuada.” “Sempre há o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento pela direção da escola.”

Quem respondeu Não, justificou dizendo: “Não tinha tempo” para buscar por atualizações e conhecimentos sobre assuntos pedagógicos.

A décima quarta pergunta indagou se durante esse período de isolamento social, o docente inscreveu-se em cursos de formação continuada: 59,8% disseram que sim e 40,2% afirmaram que não. Ponto em que mais uma vez os docentes se contradizem. Pois, embora busquem por atualizações e/ou se mantêm atualizados, em outros momentos das perguntas eles enfatizam não se sentirem prontos para se enveredarem no caminho do novo saber fazer.

A décima quinta e última pergunta, questionou como o profissional considera ser professor nesse momento de pandemia: 88,7% disseram considerar desafiador, 10,3% considera difícil e 1% considera fácil.

Analisando os resultados expostos acima, de acordo com a questão de pesquisa estabelecida para este estudo, é possível perceber na fala dos docentes diferentes pensar sobre a integração das tecnologias como recurso alternativo na construção do saber frente as condições atuais do novo coronavírus.

Segundo Belloni (2001), ainda que as tecnologias da informação e comunicação – TIC’s estejam cada vez mais presentes na vida cotidiana e estejam integradas às atividades da sala de aula, professores tratavam de maneira desintegrada. Fator preponderante na atualidade tornando um grande desafio enfrentado pelo corpo docente.

Assim sendo, a interpretação deste resultado é a de que professores e instrutores têm buscado reinventar-se diante dos inúmeros desafios a fim de conseguir construir conhecimentos que possam contemplar à todos os discentes. Conseguir a atenção dos alunos e sua interação, tornou-se um dilema para alguns, porém, como bem diz Bernard Charlot (2013, p. 146):

Quando o motivo e o objetivo da atividade coincidem, esta faz muito sentido e sente-se prazer ao desenvolvê-la e, ainda mais, ao atingir o objetivo. Atividade, sentido, prazer: esses são os termos da equação pedagógica a ser desenvolvida.

Logo, nota-se quão preciso é esperar, desconstruir preceitos, proporcionar uma aprendizagem significativa e baseada na leitura de mundo do aluno. Desta forma, independentemente dessa situação atípica que as escolas vêm passando, a educação é possível, visto que ultrapassa muros e paredes das escolas, como também computadores, tabletes e celulares uma vez que a escola é uma instituição viva, constituída de pessoas.

4 NOVAS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS: SUPERANDO DESAFIOS

Desafios, estudos, tecnologias, interações à distância, metodologias e didáticas pedagógicas. Palavras utilizadas com frequência em diálogos docentes neste período de isolamento social. Visando possibilidades para continuar o desenvolvimento educacional dos estudantes e qualificações profissionais aos docentes, instituições de ensino migraram com maior frequência a utilização de recursos tecnológicos.

Para compreensão sobre a ferramenta virtual, cita-se Lévy (1999) citado por Dotta et al. (2013, p. 3, grifo do autor), afirmando que:

A presença virtual se dá dentro de uma perspectiva multidirecional, desterritorializada, mas real. Para o autor, real e virtual não são elementos que se contradizem, ao contrário, se potencializam. A palavra virtual vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência.

Como benefício da comunicação educacional durante o distanciamento social, destaca-se como interações:

- Aulas remotas (síncronas – por meio de interações que viabilizam comunicação entre docente e aluno no exato momento, semelhante ao presencial; e assíncronas – as comunicações não ocorrem de forma simultânea, os questionamentos são lançados em plataformas e em momento posterior trocam informações).
- Plataformas virtuais (é um software que possibilita a aprendizagem).
- Redes sociais (whatsapp – as aulas são gravadas e enviadas, resolução de situações problemas e diálogos por meio de mensagens, emojis e/ou áudios).
- Aplicativos editores de imagens e vídeos (os quais permitem inserir imagens que possuem movimentos interativos, sonorização que pode acompanhar movimentos do vídeo, letras com fontes variadas e luminosas).

Tais ferramentas de aprendizagem podem ser executadas com instruções pedagógicas alinhadas as concepções pedagógicas da instituição.

Segundo Lévy (2009, p.157), a educação e a formação precisam de duas reformas:

Em primeiro lugar, a aclimatação dos dispositivos e do espírito do EaD (ensino aberto e a distância) ao cotidiano e ao dia a dia da educação. A EaD explora certas técnicas de ensino a distância, incluindo as hipermídias, as redes de comunicação interativas e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura. Mas o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede. Nesse contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos.

E para a segunda reforma:

[...] diz respeito ao reconhecimento das experiências adquiridas. Se as pessoas aprendem com suas atividades sociais e profissionais, se a escola e a universidade perdem progressivamente o monopólio da criação e transmissão do conhecimento, os sistemas públicos de educação podem ao menos tomar para si a nova missão de orientar os percursos individuais no saber e de contribuir para o reconhecimento dos conjuntos de saberes pertencentes às pessoas, aí incluídos os saberes não acadêmicos.

De acordo com pesquisa realizada, cerca de 81,3% dos entrevistados responderam que estão lecionando durante a pandemia, contudo, 92,7% utilizam as aulas remotas como ferramenta educacional. Mas, para utilização de tais recursos é necessário saber como, quando e onde utilizá-los, quando questionados sobre treinamentos oferecidos pela instituição a qual trabalha, 61,4% disse sim ou seja, a maioria fornece suporte, no entanto o número faz-se expressivo quanto a negação 38,6%, que não foram qualificados para utilizar as ferramentas sugeridas pela instituição. O que deixa um vago, será que o profissional realmente compreende o

objetivo de tal suporte? E o aluno consegue ter uma aprendizagem significativa?

Portanto, o ambiente educacional continua ocorrendo, fora dos muros da escola, nas residências dos estudantes, dos professores envolvidos pelo conhecimento prévio e de sociedade, porém frente as mídias digitais. As quais podem ser visualizadas por meios de celular, notebook, desktop, tablet, TV e demais suportes de mídia.

4.1 um novo olhar para a profissão

Essa é a nova realidade, não dá para fugir dela, ainda que as coisas retomem como antes, é preciso continuar entendendo que a educação hoje precisa de professores e instrutores que enxerguem além da sua redoma.

Frente as problemáticas enfrentadas no momento, a priori é preciso que os profissionais da educação entendam o processo de inovação, pois é preciso avançar. Algumas escolas já trabalhavam com a utilização de recursos tecnológicos (livros virtuais, tablets, lousa digital, etc.), porém, somente depois do Covid-19, os profissionais se deram conta das dificuldades e do quanto ainda precisam saber e a cima de tudo, se permitir a conhecer novas possibilidades de ensino e aprendizagem.

As escolas têm que se permitir errar, reconhecer o erro e saber justificá-lo, incorporando a cultura do aprendizado. Paulo Freire já dizia que “nós precisamos estar abertos ao novo, ao inusitado, ao inédito. Está aberto a aprender a aprender.” Por mais conhecimento e experiência prática e teórica os profissionais que fazem a educação tiverem, ainda assim é preciso aprender, avançar, continuar, pois a educação em si traz discussões que não se esgotam,

não acabam. Talvez, esse seja o momento de desaprender para aprender novas metodologias práticas que funcionaram bem em outros tempos, mas para essa geração, já não se apliquem mais para os alunos de hoje.

As metodologias de aprendizagem precisam estar alinhadas ao novo momento, propiciando experimentação, discussão e interação, visto que os alunos têm um alto potencial de transformação e eles primam por práticas, por atividades que façam sentido para eles, como bem coloca Charlot. Os alunos querem sentir-se protagonistas e devem ser o agente da construção do saber.

A educação é um processo de intensos renovos, para este momento cabe pesquisar, anotar, registrar e experimentar. É o momento de se permitir! Segundo Karnal (2015, p.56), ser criativo é fugir do que é esperado imediatamente. Ser criativo é facilitar o aprendizado. Mas, ser criativo implica riscos e maior dedicação.

5 PARA NÃO CONCLUIR

A educação, historicamente, serviu para a transmissão de uma ideologia ou para a ação transformadora da sociedade. A maneira de se trabalhar e as condições deste, resultarão no tipo de educação que os alunos receberão. Em muito pouco tempo, as instituições de ensino tiveram que se reinventar e como estratégia, algumas anteciparam às férias e prepararam-se para melhor estruturar as aulas remotas.

A grande dificuldade no Brasil, assim como acontece em outros países do mundo, é a situação imprevisível em uma área que não tem tradicionalmente a cultura do digital, do trabalho remoto.

Isso é novo e complexo para quem trabalha com educação básica nas escolas públicas e particulares.

Em função disso, os profissionais da educação precisam ser capacitados, necessita investir em formação continuada, carece ser auxiliados diariamente em suas práticas, à equipe de coordenação deve fazer reuniões periódicas para acompanhá-los, para que este docente seja ouvido e também troque experiência com seus pares, bem como é importante o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar com Psicólogo, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional.

Uma vez que a instituição consiga ao menos um profissional deste para acompanhar não apenas os professores mas também alunos, o trabalho tornar-se-á leve e prazeroso. O psicólogo se responsabilizaria em atender familiares que frente ao momento pandêmico, sentem-se sozinhos, tristes ou angustiados. A fisioterapeuta com a missão de trabalhar a postura dos professores frente as câmeras, auxiliando nos exercícios e atividades propostas. A Terapeuta Ocupacional ensinaria equacionar o tempo dos professores, instrutores e pais ou responsáveis a fim de melhor se organizarem em casa. Auxiliaria no planejamento de atividades saudáveis, a estabelecer uma rotina com atividade física e lazer, já que diante dos artefatos, as pessoas vem confundindo tudo em casa – não sabem mais qual o tempo do trabalho, do lazer, afazeres domésticos, filho, conjugues e tempo para si mesmos.

Nem todas as instituições de ensino podem contar com esses profissionais, mas podem contar com parceiros que comungam do mesmo pensar e querer, como dizia Paulo Freire (2017): Por uma educação libertadora que transcende o ensinar propondo uma

educação crítica a serviço da transformação social: mais ética, mais justa, mais humana, mais solidária.

No desenvolvimento das aulas remotas, realidade atual inevitável, os profissionais precisam desenvolver algumas habilidades cruciais, como: Inteligência emocional para reconhecer suas emoções e saber lidar com ela; Disciplina e organização para conseguir compartilhar informações e trabalhar em equipe; Gestão por resultados visto que a ideia é atingir os resultados a partir do cumprimento de metas e objetivos estabelecidos pelo planejamento estratégico; Flexibilidade cognitiva para pensar fora da caixa e abrir a mente para repensar sobre outros pontos de vista pois as coisas mudam cada vez mais rápido; Desenvolver a curiosidade por tecnologia pois ela já faz parte do dia a dia das pessoas; e Comunicação assertiva e efetiva pois ela é o grande diferencial e a habilidade mais importante pois é por meio dela que dará informações claras, observando se quem as recebeu compreendeu como você quis dizer. O responsável pela comunicação é sempre o comunicador.

Para uma comunicação remota eficaz é preciso pensar no alinhamento sobre sinceridade radical, ou seja, está aberto a dar e acima de tudo, receber críticas construtivas onde possam melhorar sempre. Aja visto que ao mesmo tempo que cuida das pessoas, também as desafiam. Sempre que tiver na dúvida sobre o tom da conversa, suponha sempre que a pessoa falou com boas intenções.

Em diálogos via rede social, importante detalhar o que quer, se fazer entender, gravando áudio ou vídeo, colocando emoji, etc. Necessário manter uma comunicação humanizada, isso gera empatia, conexão e melhor entendimento.

Outra regra importante para a comunicação remota é manterem sempre a câmera ligada quando tiverem que dar feedback, reunião com alunos ou discutir algo mais complexo fazendo uso de alguma ferramenta de videoconferência.

Em meio às restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, acreditar e esperar em dias melhores é necessário para prosseguir com o processo de ensino e aprendizagem a partir de um trabalho remoto. É preciso seguir esperançosos, insistindo, persistindo, resistindo e com expectativas em obter bons resultados. O novo assusta, mas com prática e confiança se alcança as metas, objetivos e soluções.

REFERÊNCIAS

BERLLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRASIL. **Cronologia da covid-19 no Brasil**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-covid-19-no-brasil/g-52930927>> Acessado em 26 de julho de 2020.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber às Práticas Educativas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DOTTA, Silvia; OLIVEIRA, Camila A.; JORGE, Érica F. C.; AGUIAR, Paulo H. L.; SILVEIRA, Ronaldo T. **Abordagem Dialógica para a Condução de Aulas Síncronas em uma Webconferência**. In: ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 2013, Belém. Anais. UNIREDE, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um Jovem Professor**. 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MORALES, Juliana. Disponível em: <**O que é pandemia? Definição, histórico e gravidade**. <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/o-que-e-pandemia-definicao-historico-e-gravidade/>> Acessado em 25 de julho de 2020.

NETO, Josafá. **Crescimento de casos da covid-19 em Sergipe será equilibrado a partir do final de agosto.** Disponível em: <<http://www.faxaju.com.br/index.php/2020/07/13/crescimento-de-casos-da-covid-19-em-sergipe-sera-equilibrado-a-partir-do-final-de-agosto/>> Acessado em 26 de julho de 2020.

OMS. **O que é Covid-19.** Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>> Acessado em 25 de julho de 2020.

PORFÍRIO, Francisco. **Isolamento Social.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm>> Acessado em 25 de julho de 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Covid-19.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/doencas/covid-19.htm>> Acessado em 25 de julho de 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Distanciamento social.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/distanciamento-social.htm>> Acessado em 26 de julho de 2020.

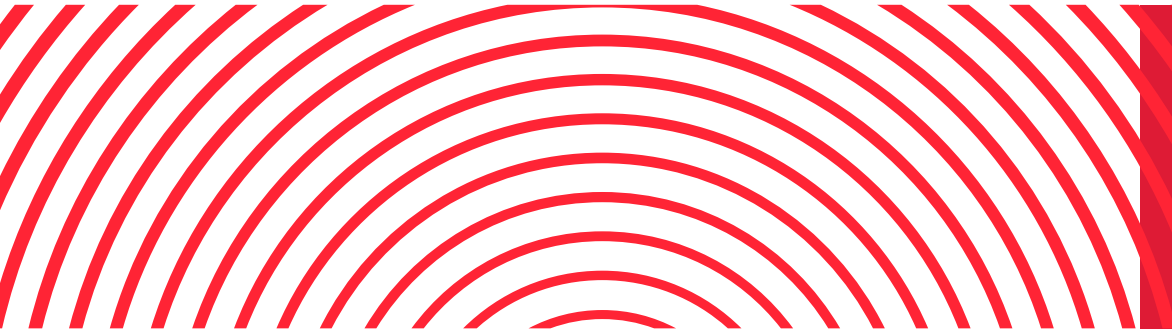


Proteção
Adaptação
Novo
Desafio
Experiência
Marcante
Inesquecível
Aprendizado



Para Mim e Para Você

Juliana Farias



ACESSIBILIDADE WEB E REDES SOCIAIS: O CASO DA BIBLIOTECA PÚBLICA EPIFÂNIO DÓRIA EM ÉPOCA DE COVID19

Isaias Pereira dos Santos

Graduação em Administração pela Faculdade São Luis de França
Assistente de Contas a Pagar do Fertinor Fertilizantes Ltda

Ana Laura Campos Barbosa

Especialização em Neuropsicopedagogia Clínica pela Faveni-Faculdade
Venda Nova do Imigrante
Professor básico do Secretaria Municipal de Educação de Aracaju

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Professor assistente da Universidade Federal de Sergipe

1. INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública Epifânio Dória - BPED é uma das mais antigas bibliotecas da cidade de Aracaju-SE. Fundada em 1848 com o nome de Biblioteca Provincial de Sergipe (SANTOS, 2019) passou por diversas mudanças e hoje está instalada na rua Vila Cristina, no Bairro São José. Desde sua implantação até os dias atuais tem servido à população sergipana como centro de informação, espaço cultural, local de estudos com a oferta de cursos e eventos voltados principalmente para a memória e história de Sergipe. Atualmente, diante desse período de pandemia mundial causada pelo COVID-19, a instituição mantém uma aproximação com os usuários através das redes sociais, *Instagram* e *Facebook*. Esses dispositivos tecnológicos digitais têm contribuído para manter as atividades da instituição, assim como colaborado para que os usuários tenham acesso às atividades propostas nesse período. No entanto, diante da importância da biblioteca na mediação da construção do conhecimento e de sua função social perguntamos: Será que o uso das mídias sociais e da *web* tem facilitado a acessibilidade de todos os usuários?

Além disso, a Biblioteca Pública Epifânio Dória tem desenvolvido estratégias de inclusão digital e acessibilidade em suas redes sociais? A exibição do conhecimento tem sido planejada para dar acesso a todos independente de suas dificuldades e limitações? O

uso do desenho universal, da acessibilidade universal e das normativas de acesso voltadas para o ambiente virtual estão sendo observadas? Dentre as possíveis instituições que estão mantendo essa prática, perguntamos: Como a Biblioteca Pública Epifânio Dória(BPED) tem atuado nesse período de pandemia?

Diante desses questionamentos percebemos a urgência de trabalhos que tenham por finalidade pesquisar esse contexto na seara sergipana. Algumas pesquisas mais atuais têm voltado o olhar para investigar as ações da BPED e/ou sobre o intelectual que lhe nomeou, Epifânio Dória. Dentre eles podemos citar o texto de Maynard (1998), Campello (2015), Santos (2019), Silva e Santos (2009) e Santos (2020) tem contribuído para identificar não só o traçado histórico dessa instituição, mas também o desenvolvimento de suas ações. No entanto, percebemos uma parcimônia na produção de estudos voltados para a discussão sobre a atuação desta instituição no ambiente virtual e suas práticas de inclusão social e cultural. Assim, o trabalho tem como objetivo discutir como a Biblioteca Pública Epifânio Dória, está desenvolvendo mecanismos de inclusão digital e acessibilidade universal.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter quantitativo-descritivo do tipo exploratória. Onde será feito uma revisão de literatura no que trata das bibliotecas de modo geral e da acessibilidade digital para verificar o panorama atual. A análise será feita a partir da Biblioteca Pública Epifânio Dória, localizada no estado de Sergipe. A escolha das mídias sociais a serem analisadas foram as consideradas a mais utilizadas atualmente. São elas: o *Instagram*, *Facebook*, além do site institucional sendo analisada através da plataforma *AccessMonitor*.

O *AccessMonitor* é um avaliador português que permite avaliar automaticamente a acessibilidade de um *site*. Ao final da avaliação será fornecido um relatório com nota de zero a dez para o *site* indicando os níveis de acessibilidade, como também uma lista de erros e avisos que devem ser verificados para melhorar o nível de acessibilidade do ambiente.

A diretriz usada será a *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG). Sendo a versão mais atual a WCAG 2.1. Pois de acordo com Guimarães e Souza (2017, p. 4) “na versão mais atual são descritos os níveis de abordagem que são: (1) princípio, (2) recomendações, (3) critérios de sucesso; (4) técnicas de tipo Suficiente e de tipo Aconselhada”. Entretanto, o critério utilizado será apenas o item 3, dada a relevância na temática no que se refere a acessibilidade digital, porque apresenta três níveis de conformidade. Segundo Guimarães e Souza (2015, p. 4) “A” (mais básica, considerada de nível mais baixo); “AA” (remove barreiras significativas) e “AAA” (mais elevado, melhora significativamente a acessibilidade).

3. ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES DE INFORMAÇÃO

Vivenciamos uma sociedade cheia de desafios, os quais temos que de modo rápido e contínuo, adquirir habilidades e competências para interagir com as novidades tecnológicas. Essa interação foi ainda mais impulsionada após o início da pandemia do Covid-19 no final do ano de 2019 a qual vivenciamos nos dias atuais. Com isso os ambientes informacionais têm ressignificado sua forma de promover acesso aos seus serviços e atender as necessidades dos usuários pensando na interação com seu público, haja vista que uma das medidas de contenção do vírus é o distanciamento social, impactando diretamente todas as unidades de informação na sua forma de atuação. As bibliotecas como instituições

que possibilitam a produção e circulação do conhecimento são fundamentais para a sociedade e por isso deve-se atentar para o desenvolvimento de suas práticas nos tempos atuais e como elas têm atingido os objetivos esperados.

Uma das atribuições do bibliotecário é a tarefa de mediação, a qual podemos entender como,

possibilitar que o usuário tenha acesso à informação desejada e ir além daquilo que precedentemente foi solicitado, é um processo de troca de informações e aprendizagem entre bibliotecário e usuário que resulta em desenvolvimento intelectual para ambas as partes (GARCIA; SOUSA, 2017, p.29).

Entretanto esta tarefa teve que ser repensada diante da pandemia, sendo os recursos das vias *web* e as mídias sociais as mais solicitadas neste período para promover a ação de mediar. O estado de crise força os profissionais da informação a procurarem condições melhores para que o processo de mediação continue acontecendo. Para Garcia e Sousa (2017, p.30-31) cabe ao bibliotecário “possuir competência de gerir e mediar à informação também em âmbito virtual e inserir nesta realidade a comunidade que ainda se encontra aquém dessas ferramentas”. Deste modo é constante o processo de aprendizagem do profissional da informação.

No entanto, muitos fatores têm implicado nas atividades cotidianas visto que os protocolos e normativas emitidos pelos órgãos responsáveis têm reforçado a tomada de medidas preventivas e restritivas. Silva (2020) discute em sua pesquisa sobre os desafios enfrentados pelas bibliotecas nesses tempos de pandemia ressaltando que as restrições propiciaram a intensificação do uso de “recursos e serviços no meio digital” principalmente das redes sociais como o *Facebook, Instagram, Twiter, Whatsapp e Telegram*.

Ela aponta em sua discussão as orientações técnicas referentes às atividades internas e externas para as bibliotecas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e pelo *International Federation of Library Associations* (IFLA), sendo que as direções convergem para evitar o contágio e fornecer segurança necessária aos funcionários e usuários. Dentre as recomendações citadas na pesquisa, Silva (2020) ressaltou que o SNBP advertiu sobre a necessidade de oferecer acesso aos serviços por meio virtual, o que demonstra a urgência para adequação das bibliotecas. Silva (2020, p.22) apontou que: “o enfrentamento ao Covid-19 requer adequação e competências para o uso de tecnologia no desenvolvimento de produtos e serviços que viabilizam a mediação e acesso à informação”. Para Valerín e Sousa (2020), a *live* tem sido uma importante estratégia virtual utilizada pelas bibliotecas como prática informacional para manter interlocução com sua audiência e, conseqüentemente, disseminar o conhecimento.

A maioria das instituições de informação já vem fazendo tentativas de utilizar recursos tecnológicos para estabelecer uma conexão com seu público isto porque “a presença de tecnologia se faz em todos os ambientes, por onde alguém estiver com algum dispositivo conectado” (MARTINS; BARACHO, 2018, p. s/n), desse modo o acesso remoto nos dispositivos móveis, já estavam sendo utilizado antes mesmo de serem ainda mais impulsionados pela pandemia. Para Martins e Baracho (2018, p. s/n) “o uso das redes sociais, a facilidade de compartilhamento de informes, aplicativos, programas e conteúdos via web podem potencializar sobremaneira a relação entre os museus e o público”. Martins e Baracho (2018) acreditam que as redes sociais tendem a potencializar a relação dos museus com o público, não só por causa das facilidades de compartilhamento via *web*, mas por aproximá-los.

Essa premissa pode ser pensada também em relação aos arquivos, espaços culturais, educacionais, assim como para as bibliotecas. Nesse entendimento, Silva (2020, p.24) defende que a qualificação e conhecimento a respeito das ferramentas e mecanismos tecnológicos são inevitáveis no fazer diário do bibliotecário. Sendo assim, fazer uso das tecnologias é uma das atribuições do profissional da informação. Elas promovem não só a participação dos usuários nas atividades dos ambientes informacionais, mas também possibilita novas formas de trabalhar pois proporciona a troca de experiências entre ambientes informacionais e seus profissionais, potencializam a divulgação de eventos, organização e disseminação das informações por meio de dados disponíveis via *web* (MARTINS; BARACHO, 2018, p.s/n).

As ressignificações acerca do papel social das bibliotecas têm mostrado as preocupações com a possibilidade de servir a todos independente dos limites e dificuldades apresentadas por seus usuários. A literatura atual sobre a acessibilidade nesses locais de informação tem reiterado a assertiva da adequação dos espaços físicos, comunicacionais e virtuais. Principalmente neste período de pandemia, as bibliotecas precisam voltar o olhar para novas possibilidades de acesso e uso das informações. Para Miranda (2017, p.1675)

essa situação que quebra o paradigma antigo da biblioteca como um local para poucos, um local de acesso restrito, de coleções restritas para pessoas restritas, passando para um enfoque dinâmico de biblioteca para todos, com acesso a todos os documentos, fazendo valer a universalidade e democratização da informação.

A autora aponta que além de treinamentos para bibliotecários e usuários sobre o funcionamento das ferramentas disponibilizadas pela biblioteca como: serviço de referência *online*, links com *sites*

acessíveis e as redes sociais, é preciso trocar experiências com outras instituições, implementar *softwares* e investir na acessibilidade independente do número de pessoas com deficiência que utilizam os serviços (MIRANDA, 2017). Um outro ponto é apresentar itens que respeitem as características particulares de cada indivíduo. É importante lembrar que pessoas com deficiência também fazem uso das tecnologias, portanto deve-se promover acessibilidade disponibilizando recursos que atendam às mais variadas necessidades.

Esses acessos devem se atentar aos sete princípios propostos por Ron Mace (CAMBIAGHI; CAMBIAGH, 2016, p.12) na discussão do Desenho Universal o qual corresponde a oferecer um produto que: seja igualitário, de uso equiparável; seja adaptável, de uso flexível; óbvio, de uso simples e intuitivo; conhecido, sendo uma informação de fácil percepção; seguro, que seja tolerante ao erro; sem esforço e abrangente. (CAMBIAGHI; CAMBIAGH, 2016, p. 12- 17). Somado a esses elementos as bibliotecas virtuais e rede sociais mantidas por esses espaços devem observar as normativas da *World Wide Web Consortium – W3C*. Eles apontam algumas orientações que devem ser observadas tanto pelos programadores de sites quanto pelos gestores das instituições de informação quando disponibilizarem conteúdos na *web*. Mas o que seria acessibilidade na *Web*?

4. ACESSIBILIDADE WEB E AS REDES SOCIAIS: O CASO DA BIBLIOTECA PÚBLICA EPIFÂNIO DÓRIA

Dentre as determinações e legislações voltadas para atender os direitos das pessoas com deficiência destacam-se a Lei 10.098/2000, NBR 15599/08, NBR 9050/15. Nelas percebemos que há um esforço para padronizar a compreensão do que seria acessibilidade, sendo esta definida como a possibilidade da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida poder utilizar, com segurança e autonomia,

dos espaços bem como das informações e formas de comunicação que eles possam proporcionar. (NBR 9050, 2015). Entretanto, essa definição prevê a acessibilidade nas redes sociais de forma muito esparsa, principalmente quando admite que a condição de acesso e uso da comunicação inclui seus sistemas e tecnologias. Já a Lei 13.146/15 delibera algumas orientações mais detalhadas referentes à acessibilidade da informação e comunicação. Para além da obrigatoriedade do acesso nos sítios de internet, essa lei prevê a necessidade da sinalização, de audiodescrição, janela com intérprete de Libras e subtítuloção por meio de janela oculta para os mecanismos de radiodifusão de sons e imagens. Em relação às bibliotecas, determina que sejam fornecidos livros e materiais também em formatos acessíveis. No Art. 68 parágrafo segundo a Lei esclarece o que compreende por ‘formato acessível’:

Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille (BRASIL, 2015, s/n).

Nessa direção, as redes sociais ou qualquer plataforma virtual deve observar os parâmetros determinados pela acessibilidade na *web*, pois esta permite que qualquer usuário possa ter uma melhor navegabilidade e acesso às informações independente de suas limitações. Para Souza e Tabosa (2014, p.148) a acessibilidade na *web* é “permitir que qualquer pessoa, independentemente da tecnologia que utilize, possa navegar sem restrições, podendo interagir com o *site* e obter a informação que busca”, ou seja, faz-se necessário conhecer as orientações da *World Wide Web Consortium* – W3C. Campos, Sánchez e Souza (2013) ao estudar a acessibilidade observando o comportamento de usuários com deficiência visual e

desenvolvedores *web* perceberam uma série de barreiras que tem impedido a ampliação e crescimento do número de *sites* acessíveis. No entendimento desses autores é imprescindível que os desenvolvedores conheçam e sigam os padrões determinados pela W3C para garantir a acessibilidade na *web* para minimizar a possibilidade de barreiras tecnológicas, pois estas podem desestimular o acesso, o uso, a frequência e a interação dos usuários. Dentre as barreiras identificadas nessa pesquisa eles apontam: “a ideia de que sites acessíveis são úteis apenas para uma pequena parcela da população, que a concepção de sites acessíveis exige muito trabalho extra da equipe de desenvolvimento, e que o resultado final não é visualmente atraente” (CAMPOS; SÁNCHEZ; SOUZA, 2013, p.332).

Quando voltamos o olhar para a Biblioteca Pública Epifânio Dória e suas redes sociais nos questionamos se ela tem contribuído para proporcionar acessibilidade a todos os tipos de usuários e como tem desenvolvido suas ações nesse período de pandemia. Desde sua fundação em 1848, a BPED teve uma história assinalada por avanços e retrocessos. Diz Santos (2019) que essa instituição foi inicialmente criada como Biblioteca Pública Provincial e instalada no Convento de São Francisco em São Cristóvão, mas teve uma vida curta funcionando apenas até 1855, por causa da mudança da capital para Aracaju. O projeto foi retomado apenas em 1890, por Felisbela Freire. Nesse momento ganhou a alcunha de Biblioteca Pública do Estado e foi instalada nas dependências do Palácio do Governo por não encontrar local mais adequado naquele momento. A partir de 1912, Epifânio Dória entusiasmado com a instituição implementou melhorias por acreditar na importância dela para fomentar a instrução pública (SANTOS, 2019). Dilton Maynard(1998) quando escreve sobre esse intelectual e a memória sergipana, revela que Epifânio Dória: “... conferiu cuidado especial à edificação de espaços destinados a per-

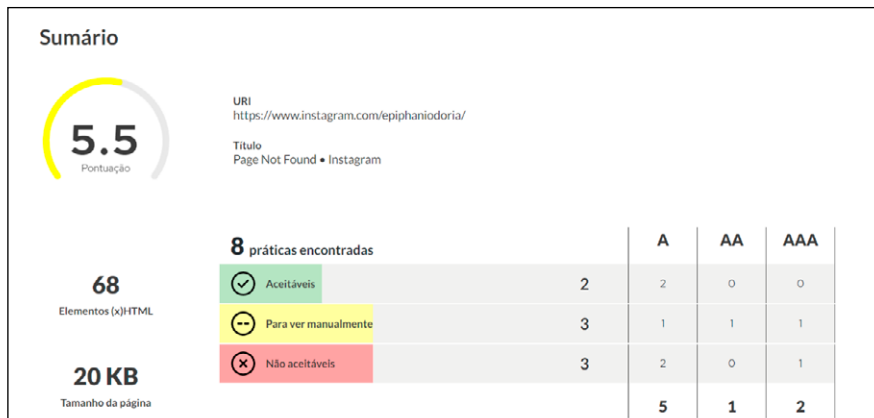
petuar lembranças, guardar a história local, narrar os fatos, aos mais novos”(MAYNARD, 1998, p.601-602). Estava se referindo ao zelo com o qual Epifânio Dória cuidou dos assuntos relacionados à Biblioteca e quanto trabalhou por ela. Confirma essa assertiva o trabalho de Campello (2019, p.39) ao afirmar que: “à BPED dedicou mais de 30 anos de trabalho como bibliotecário e diretor”.

Atualmente a Biblioteca recebe o nome desse intelectual e tem desenvolvido ações de atendimento ao público por meio remoto e através das redes sociais. Em pesquisa recente sobre a contribuição da BPED para o letramento informacional de idosos, Santos (2020) fez uma análise sobre como a interação social proporcionada por projetos desenvolvidos antes da pandemia colaborou para o bem estar do idoso e dos usuários em geral. Mas, neste momento de isolamento social, será que as redes sociais mantidas pela biblioteca tem contribuído para promover acessibilidade?

Segundo Roberto *et all* (2015), no Brasil existe vários tipos de deficiências que dificultam o acesso das pessoas à *web*. A Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência Brasil (2012) revela que “23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência” e que dentre essa porcentagem o maior índice é de pessoas com deficiência visual (18,6%), seguido da deficiência motora (7%), auditiva (5,10%) e mental ou intelectual (1,40%). Esse Censo (2012) apresenta a ideia que a deficiência ou a funcionalidade não está relacionada apenas às restrições físicas ou mentais, mas também à falta de organização e estrutura física adaptada para todos os tipos de pessoas. Defende: “nem sempre conseguem clamar por seus direitos nas mesmas condições em que o fazem as pessoas sem deficiência” (CENSO, 2012, p.14). O que não é diferente no que diz respeito à acessibilidade na *web*. Assim, os avaliadores automáticos foram utilizados neste estudo para traçar um perfil das

redes sociais mantidas pela BPED e verificar através dos *links* do *site* a interação que mantem com o público. Abaixo na figura 01 é apresentado sumário geral da rede social *Instagram* da Biblioteca Epifânio Dória. Como dito anteriormente, os níveis de conformidade da rede social para averiguar a acessibilidade foi padronizado em: “A” (mais básica, considerada de nível mais baixo); “AA” (remove barreiras significativas) e “AAA” (mais elevado, melhora significativamente a acessibilidade) (GUIMARÃES; SOUZA, 2015, p. 4).

Figura 01 - Relatório de Avaliação do *Instagram* da BPED



Fonte: *AcessMonitor* (2021).

A figura 1 apresenta dados referentes ao Instagram. Na parte superior apresenta a palavra sumário, seguindo abaixo com um arco amarelo do lado esquerdo e cinza do lado direito contendo ao centro a pontuação de 5.5. Do lado direito da pontuação consta o URI com o site: https://www.facebook.com/epiphaniodoria?_rdc=2&_rdr e o título: Page Not Found. Instagram. Do lado esquerdo consta a numeração 68 referente aos elementos (x)HTML e 20KB referente ao tamanho da página. Ao lado direito está apresentada uma tabela com a frase “8 práticas encontradas” com as representações A, AA, AAA separadas em três colu-

nas. Nas linhas abaixo conta a cor verde com um a palavra aceitáveis, seguidas pelas numerações 2, 2, 0, 0; de amarelo a frase “para ver manualmente” seguidas dos números 3, 1, 1, 1, e em vermelho “não aceitáveis”, seguidas dos números 3, 2, 0, 1. E abaixo, 5,1,2 acompanhadas na sequência das colunas.

É observado os níveis de conformidade e as práticas de acordo com cada nível. No total foram encontradas 8 práticas. Existem duas práticas aceitáveis, ou seja, no nível mais baixo “A”, três para verificar manualmente podendo ser corrigido e três não aceitável, ou seja, não apresenta conformidade aceitável para atingir os níveis de acessibilidade. Abaixo na Tabela 01 a descrição das principais ocorrências através da rede social *Instagram* gerado automaticamente pelo *AcessMonitor*.

Tabela 01 - Relatório de conformidade do Instagram da BPED

Tipo de erro	Nível	Descrição	Ocorrências
Erro	A	Constatei que a primeira hiperligação da página não permite saltar diretamente para a área do conteúdo principal.	10
Aviso	AAA	Encontrei 1 cabeçalho na página.	1
Erro	AAA	Não encontrei nesta página um cabeçalho principal H1 marcado.	1
Aviso	AA	Identifiquei 3 regras de CSS em que não se especifica a cor da letra ou a cor do fundo.	3
Sucesso	A	Constatei que não há elementos obsoletos usados para controlo visual da apresentação	0
Aviso	A	Verifiquei que o idioma principal da página estão marcado como “en”.	1
Sucesso	A	Encontrei um título na página e ele parece-me correto.	1
Erro	A	Verifiquei que o título da página tem 1 caracteres seguidos que me parecem ser Arte-ASCII.	1

Fonte: *AcessMonitor* (2021). Autoria: Isaiás Santos

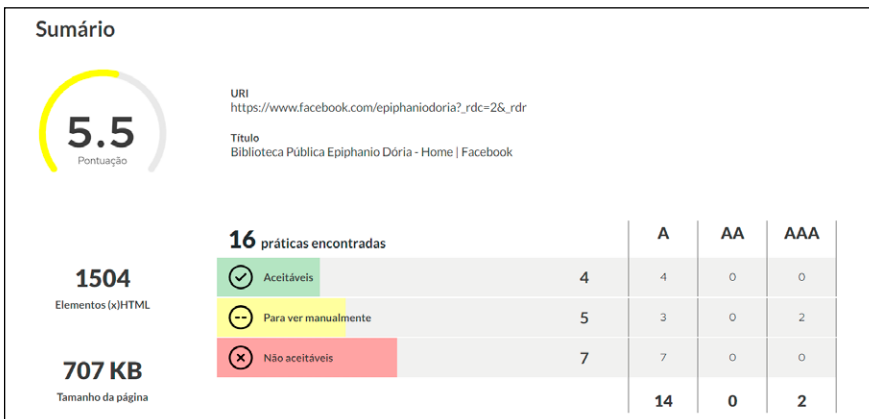
A tabela 1 possui 4 colunas e 9 linhas. Na primeira linha corresponde a cada coluna os títulos: Tipo de erro; Nível; Descrição;

Ocorrência; A primeira linha possui a cor vinho com letras brancas. Nas linhas seguidas se alternam as cores rosa escuro e rosa claro, com letras em preto.

Parte dos erros identificados na Tabela 01 demonstram as barreiras de navegabilidade, usabilidade e acesso à informação pela pessoa com deficiência. Pontos de prioridade que os desenvolvedores e gestores devem verificar. Para além dos erros identificados, o *AcessMonitor* identificou dois tópicos como “sucesso” indicando pontos importantes e que agregam conformidade com os critérios para acessibilidade.

Observa-se que a troca de informações entre os usuários principalmente das mídias sociais, através das redes sociais permite uma interação social. O *Facebook* hoje é uma dessas redes mais utilizada, dessa forma as mídias sociais permitem a disseminação e compartilhamento de informações e sua acessibilidade é fator importante para isso. Conforme o avaliador de acessibilidade, assim a rede social analisada será o *Facebook*.

Figura 02 - Relatório de Avaliação do *Facebook da BPED*



Fonte: *AcessMonitor* (2021).

A figura 2 apresenta dados referentes ao Facebook. Na parte superior apresenta a palavra sumário, seguindo abaixo com um arco amarelo do lado esquerdo e cinza do lado direito contendo ao centro a pontuação de 5.5. Do lado direito da pontuação consta o URI com o site: https://www.facebook.com/epifaniodoria?_rdc=2rdr e o título: Biblioteca Pública Epifânio Dória – Home/ Facebook. Do lado esquerdo consta a numeração 1504 referente aos elementos (x)HTML e 707KB referente ao tamanho da página. Ao lado direito está apresentada uma tabela com a frase “16 práticas encontradas” com as representações A, AA, AAA separadas em três colunas. Nas linhas abaixo conta a cor verde com um a palavra aceitáveis, seguidas pelas numerações 4, 4, 0, 0; de amarelo a frase “para ver manualmente” seguidas dos números 5,3,0,2, e em vermelho “não aceitáveis”, seguidas dos números 7,7,0,0. E abaixo consta a numeração 1,4,0,2 na sequência das colunas.

De acordo com *AcessMonitor* na figura 02 analisando o *Facebook* foram encontradas dezesseis práticas no total. Sendo quatro aceitas no nível “A”. Cinco práticas entre os níveis “A” e “AAA” para verificar manualmente sendo passível de correções e outras setes não aceitáveis no nível “A”.

A figura 2 apresenta uma composição semelhante a figura 1, porém traz dados relacionados ao Facebook. Nela forma encontradas 16 práticas, sendo 4 consideradas aceitáveis; 5 para ver manualmente e 7 não aceitáveis no nível “A”. Voltando o olhar para a Tabela 02 é possível identificar os possíveis ‘erros’ identificados pelo avaliador.

Na tabela 02, conforme relatório do *AcessMonitor*, é apresentado uma análise geral das dezesseis práticas encontradas detalhando os tipos de erros, nível, descrição e ocorrências.

Tabela 02 - Relatório de conformidade do *Facebook* da BPED

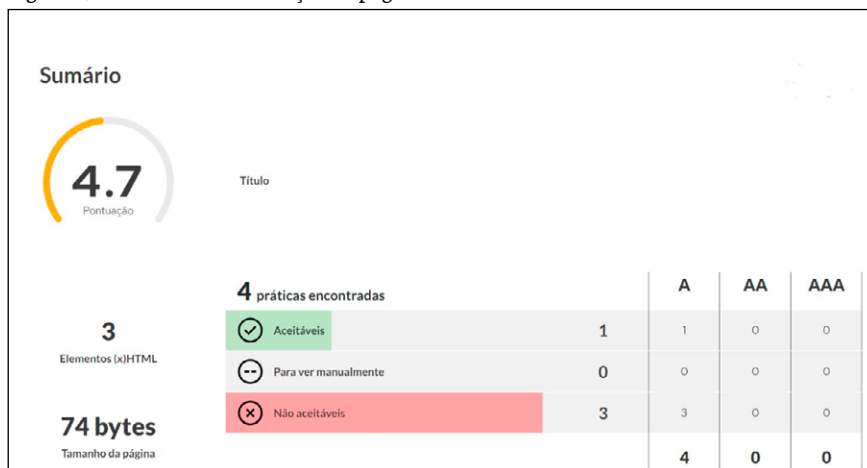
Tipo de erro	Nível	Descrição
Sucesso	A	Constatou-se que todas as imagens da página tem o necessário equivalente alternativo em texto.
Aviso	A	Encontrei 4 imagens na página com alt="" (alt nulo).
Aviso	A	Encontrei 3 imagens na página em que alt tem mais de 100 caracteres.
Erro	A	Identifiquei 1 caso em que o atributo title do elemento link se limita a repetir o texto existente no link.
Aviso	AAA	Encontrei 7 grupos de links com o mesmo texto mas cujo destino é diferente.
Erro	A	Constatei que a primeira hiperligação da página não permite saltar diretamente para a área do conteúdo principal.
Aviso	AAA	Encontrei 8 cabeçalhos na página.
Sucesso	A	Constatei que todos os controlos de formulário tem uma label associada.
Erro	A	Identifiquei 2 formulários sem o botão para submeter os dados ao servidor.
Erro	A	Localizei 1 tabela de dados sem o elemento caption.
Erro	A	Encontrei 1 tabela de dados complexos - em que múltiplas linhas configuram as células cabeçalho nas quais se constatou existirem células de dados sem o atributo headers.
Erro	A	Encontrei 1 tabela sem cabeçalhos marcados.
Sucesso	A	Perguntei ao validador de HTML do W3C e constatei que não existem erros de HTML.
Erro	A	Encontrei 2 elementos obsoletos usados para controlar a apresentação visual.
Aviso	A	Verifiquei que o idioma principal da página estão marcado como "en".
Sucesso	A	Encontrei um título na página e ele parece-me correto.

Fonte: *AcessMonitor* (2021) Autoria: Isaiás Santos.

A tabela 2 possui 4 colunas e 17 linhas. Na primeira linha corresponde a cada coluna os títulos: Tipo de erro; Nível; Descrição; Ocorrência; A primeira linha possui a cor vinho com letras brancas. Nas linhas seguidas se alternam as cores rosa escuro e rosa claro, com letras em preto.

Por último foi analisado a acessibilidade do site da Biblioteca Pública Epifânio Dória. De acordo com a análise do *AcessMonitor* apontado na figura 03 foram encontrados quatro práticas, com apenas uma aceitável dentro do nível A. Sendo que apresentou pior resultado de acordo com o índice “sumário”.

Figura 03 – Relatório de Avaliação da página Web da BPED



Fonte: *AcessMonitor*(2021).

A figura 3 apresenta dados referentes ao Facebook. Na parte superior apresenta a palavra sumário, seguindo abaixo com um arco amarelo do lado esquerdo e cinza do lado direito contendo ao centro a pontuação de 4.7. Abaixo consta a numeração 3 referente aos elementos (x)HTML e 74 bytes referente ao tamanho da página. Ao lado direito está apresentada uma tabela com a frase “4 práticas encontradas” com as representações A, AA, AAA separadas em três colunas. Nas linhas abaixo conta a cor verde com um a palavra aceitáveis, seguidas pelas numerações 1, 1, 0, 0; de cinza a frase “para ver manualmente” seguidas dos números 0,0,0,0, e em vermelho “não aceitáveis”, seguidas dos números 3,3,0,0. E abaixo consta a numeração 4,0,0 na sequência das colunas.

Na tabela 03 foram apresentados os erros encontrados no *site*. Verifica-se que apresenta um único “sucesso” onde consta que o *site* não é obsoleto, porém nos demais itens é necessária uma atualização para deixar mais acessível.

Tabela 03- Relatórios de Conformidade da página *Web* da BPED

Tipo de erro	Nível	Descrição	Ocorrência
Erro	A	Constatei que esta página não tem cabeçalhos	0
Sucesso	A	Constatei que não há elementos obsoletos usados para controlo visual da apresentação.	0
Erro	A	Constatei que o atributo lang se encontra em falta.	1
Erro	A	Verifiquei que esta página não tem título - falta-lhe o elemento title.	1

Fonte: *AcessMonitor* (2021). Autoria: Isaías Santos

A tabela 3 possui 4 colunas e 5 linhas. Na primeira linha corresponde a cada coluna os títulos: Biblioteca Pública Epiphânio Dória; Erros encontrados; Índices de Avaliação; Nível de conformidade; A primeira linha possui a cor vinho com letras brancas. Nas linhas seguidas se alternam as cores rosa escuro e rosa claro, com letras em preto.

Dessa forma, nota-se uma deficiência da Biblioteca Pública Epifânio Dória com relação a Acessibilidade no geral. O nível de conformidade encontrado das mídias analisadas e da *Web* não são os melhores, estando no nível “A” conforme aponta o WCAG 2.1. Isso demonstra uma não adequação aos padrões estabelecidos.

É necessário pensar em alternativas para que qualquer usuário independente de suas limitações consiga navegar tanto nas mídias sociais, como na *web geridas pela* BPED. Sousa (2012, p.73) afirma que “os avanços tecnológicos podem contribuir para o aprimo-

ramento dos ambientes informacionais [...] porém profissionais que lidam com a informação não podem esquecer de considerar as necessidades dos usuários”. Neste sentido as mídias sociais e *web* da Biblioteca Pública Epifânio Dória precisa desenvolver ferramentas para atender pessoas com deficiência, seja auditiva, visual, cognitiva e outras. Os índices demonstram a necessidade de ajustes e correções que a Biblioteca Pública Epifânio Dória pode fazer para melhorar a acessibilidade em suas redes sociais e possibilitar a um maior número de usuários possível o acesso à informação, principalmente nos tempos atuais de pandemia do novo Coronavírus.

Abaixo o resumo geral acerca da acessibilidade na *web* e nas mídias sociais apresentado na tabela 04.

Tabela 04. Panorama Geral de Conformidade para Acessibilidade *web*

Biblioteca Pública Epiphânio Dória	Erros encontrados	Índices de Avaliação	Nível de Conformidade
Instagram	3	A	5,5
Facebook	7	A	5,5
Site	3	A	4,7

Fonte: *AcessMonitor* (2021) Autoria: Isaias Santos

A tabela 4 possui 4 colunas e 4 linhas. Na primeira linha corresponde a cada coluna os títulos: Biblioteca Pública Epiphanio Doria; Erros encontrados; Índices de Avaliação; Nível de conformidade; A primeira linha possui a cor vinho com letras brancas. Nas linhas seguidas se alternam as cores rosa escuro e rosa claro, com letras em preto.

Diante dos resultados apontados percebemos que todas as redes sociais geridas pela BPED obtiveram o índice de avaliação A, o nível mais baixo para a compreensão de conformidade com a

acessibilidade *web*. De acordo com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web(WCAG) 2.1 o conteúdo *web* deve ser programado e planejado para atender de uma forma mais vasta possível as pessoas com deficiências. Eles acreditam que não obstante o trabalho realizado com a publicação desta norma possa colaborar para padronizar, orientar e proporcionar ambientes *web* mais acessíveis, essa diretriz ainda não é capaz de “abordar as necessidades das pessoas com todos os tipos, graus e combinações de deficiências”(WCAG 2.1, 2018). Com esses índices espera-se a melhoria de usabilidade das redes sociais mantidas pelas instituições de informação e, principalmente, das geridas pela BPED. Para os casos analisados recomenda-se que priorize o uso de imagens com audiodescrição, evite *links* que não funcionam, opção de *softwares* de leitura de tela (GUIMARÃES; SOUZA, 2015). Além disso, deve-se observar se os símbolos estão descritos, possibilidade de aumento de caracter e uso de contraste e cores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação por meio digital é uma forma de atingir e atender a um grande número de pessoas, porém se o indivíduo se depara com alguma barreira em seu acesso acaba desestimulando a pretensão de interação. No entanto, a pandemia do COVID-19 vem causando um impacto sem precedentes no setor dos ambientes informacionais, suscitando uma mudança de paradigma em sua dinâmica de trabalho e atuação (IBER, 2020, p.online). Neste período se enfatizou a necessidade de apoio para a elaboração de planos de reabertura, estratégias de recuperação da participação do público principalmente através do uso de ferramentas virtuais (IBER, 2020, p.online). As exigências de distanciamento determinam a necessidade de mudanças de hábitos, sendo as tecnologias digitais utilizadas para poder promover a aproximação

necessária entre as pessoas no seu processo de interação social, possibilitando as relações interpessoais, acadêmicas e científicas. Assim, “utilizar a tecnologia para difusão de informações seguras e conteúdo pertinente ao público alvo pode ajudar a unidade de informação a não deixar de funcionar e ser esquecida” (SILVA, 2020, p.18).

A tecnologia contribui para a realização do trabalho nos ambientes informacionais, porém muitas destes ambientes possuem poucos recursos para tal investimento, além de possuírem usuários diversificados, podendo não ter acesso ao tipo de tecnologia a disponibilizado (SILVA, 2020, p.24). Diante do quadro de pandemia está sendo preciso se reinventar, assim buscar alternativas de diálogos com seus usuários para poder atender as suas necessidades informacionais mesmo a distancia. A Biblioteca Pública Epifânio Dória mantém a gestão de três redes sociais a saber: uma página no *Intagram*, uma página no *Facebook* e um *site*. Nesses espaços a instituição deixa público suas ações, materiais informativos, propostas de atividades de interação virtual. Apresenta um bom índice de engajamento, entretanto faz-se necessário procurar mecanismos para tornar esses ambientes mais acessíveis a todos os tipos de usuários/público.

Portanto, a partir das evidencias identificadas pelos relatórios gerados pela plataforma *AcessMonitor* sugere-se que as redes sociais da BPED procurem oferecer informações que atendam as condições para promover equidade, oferecendo a possibilidade da linguagem em Libras e de audiodescrição, é interessante que ofereça recursos que facilitem a visualização, aproximação, ampliação de acessos. Pensar sobre vocabulário e sinalizadores que facilitem o acesso a informação. Mas também deve pensar na segurança e promover a informação de forma clara e precisa.

REFERÊNCIAS

AcessMonitor Versão 2.1. 2021. Disponível em: <https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt>. Acesso em 25 de março de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>. Acesso em 29 de março de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15599. Acessibilidade: Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: . Acesso em 29 de março de 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: . Acesso em 29 de março de 2021.

BRASIL. LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em 29 de março de 2021.

CAMBIAGHI, Ana Claudia Carletto; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. Realização: Mara Gabrilli. https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso 24/03/2021

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O legado documental de Epifânio Dória**: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: . Acesso em 28 de março de 2021.

CAMPOS, Márcia de Borba. Sánchez, Jaime. Souza, Thânia Clair de. Acessibilidade na Web no Brasil: percepções de usuários com deficiência visual e de desenvolvedores Web. In: **Nuevas Ideas en Informática Educativa** TISE 2013. Disponível em: . Acesso em 29 de março de 2021.

GARCIA, Andressa Rayanne Souza; SOUSA, Ana Livia Mendes de. Mediação da

Informação no Contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação: uma reflexão sobre o impacto dessas ferramentas em bibliotecas públicas. Folha de rosto **Revista em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v.3, n. 2, p. 28-37, 2017. Disponível em: periodicos.ufca.edu.br

GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Acessibilidade em mídias sociais: uma análise baseada em avaliadores automáticos de acessibilidade. **Anais do XVI ENANCIB Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes**. João Pessoa-PB:UFPB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questiones.ufpb.br/repositorios/handle/123456789/2959?show=full>. Acesso em 28 de março de 2021.

IBER MUSEUS. Relatório de impacto da pandemia e repositório COVID-19 para os museus. em 09 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.iber museos.org/pt/relatorio-de-impacto-da-pandemia-e-repositorio-covid-19-para-os-museus/>. Acesso em 29 de março de 2021.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O Beneditino Pesquisador: a contribuição de Epifânio Dória à historiografia sergipana. **Revista Tomo**. São Cristóvão, Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, n. 1, 1998.

MARTINS, Cesar Eugenio Macedo de Almeida; BARACHO, Renata Maria Abrantes. Tecnologia e interação: os museus no contexto das novas formas de expor e comunicar. **Revista Museus: Cultura levada a sério**. Rio de Janeiro/RJ. 18/maio/2018. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2018/4743-tecnologia-e-interacao-os-museus-no-contexto-das-novas-formas-de-expor-e-comunicar.html> Acesso em : 23/03/2021.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1669-1683, dez. 2017. ISSN 1980-6949. Disponível em: < >. Acesso em: 29 mar. 2021.

SANTOS, G. D. **A biblioteca provincial de Sergipe**. Aracaju: Edise, 2019. Disponível em: .Acesso em 28 de março de 2021.

SANTOS, Melânia Lima. **Práticas de letramento informacional de idosos na Biblioteca Pública Epifânio Dória** / Melânia Lima Santos; orientadora Janaina Fialho. - São Cristóvão, SE, 2020.

SILVA, Maria de Lourdes Gomes da. **O trabalho do Bibliotecário em tempos de pandemia: desafios e perspectivas** / Maria de Lourdes Gomes da Silva. - 2020. Disponível em: . Acesso em 28 de março de 2021.

SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. Acessibilidade nos mecanismos de busca dos periódicos brasileiros em Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: . Acesso em 29 d março de 2021.

SOUSA, Markson Roberto Ferreira de. O acesso a informações e a contribuição da arquitetura da informação, usabilidade e acessibilidade. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, p. 65-76, Número Especial. 2012.Disponível em: . Acesso em 30 de março de 2021.

SOUZA, Osvaldo de; TABOSA, Hamilton Rodrigues. **Virando a página**: um novo conceito de acessibilidade na web para deficientes visuais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 145-161, jan./abr. 2014. Disponível em: . Acesso em 29 de março de 2021.

VALERIM, Patrícia; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de. Live streaming em tempos pandêmicos: práticas informacionais realizadas por profissionais da Ciência da Informação. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 173 - 182, dec. 2020. ISSN 2237-826X. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/75755>>. Acesso em: 28 mar. 2021. doi: .

